

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CAMPUS PATO BRANCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUCIANO MARTIGNONI

**LAZER NO ASSENTAMENTO RURAL OITO DE JUNHO: ANÁLISE A  
PARTIR DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO  
2013

LUCIANO MARTIGNONI

**LAZER NO ASSENTAMENTO RURAL OITO DE JUNHO: ANÁLISE A  
PARTIR DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de “Mestre em Desenvolvimento Regional”.

Orientador: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona

PATO BRANCO

2013

M378I Martignoni, Luciano.  
Lazer no assentamento rural Oito de Junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura / Luciano Martignoni. -- 2013.  
128 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Hieda Maria Pagliosa Corona  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2013.

Bibliografia: f. 115 – 119.

1. Lazer. 2. Multifuncionalidade. 3. Ruralidade. 4. Turismo. 5. Assentamento. I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. III. Título.

CDD (22. ed.) 330

Ficha Catalográfica elaborada por  
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630  
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 32**

### **Título da Dissertação**

**Lazer no Assentamento Rural Oito de Junho: Análise a Partir da  
Multifuncionalidade da Agricultura**

### **Autor**

**Luciano Martignoni**

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 30 de abril de 2013, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof.<sup>a</sup> Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona – UTFPR  
Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Nilvania Aparecida de Mello – UTFPR  
Examinadora

Prof. Dr. Osney Marcos Cardoso – UTFPR  
Examinador

Prof. Dr. Marcelino de Souza – UFRGS  
Examinador

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi  
Coordenador do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR**

À Poliane e à Laura que com paciência e entusiasmo incentivaram e apoiaram essa conquista.

À Liria que com sabedoria, experiência e fé esteve sempre presente.

## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná e ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pela dedicação na consolidação de um programa de mestrado que contribui para a formação acadêmica e desenvolvimento social da região. Aos professores, pela dedicação, pelas críticas e pela imensa contribuição. Aos demais funcionários pela paciência e empenho.

À Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona, pelo apoio, pela dedicação e pela forma criteriosa e ao mesmo tempo amistosa com conduziu nosso trabalho.

Aos colegas de turma, principalmente à Joce e ao Elemar com quem trocamos conhecimentos, informações, dúvidas e receios, mas através de quem foi possível deixar o trabalho mais suave e prazeroso.

Ao Assentamento Rural 8 de Junho e ao Movimento dos Sem Terra da região, sem citar nomes para não cometer injustiça, comunitariamente agradecer a todos que me receberam com disponibilidade e me atenderam com uma alegria incomum, espero sinceramente que o estudo possa retribuir um pouco do muito que fizeram por mim.

Ao Instituto Federal do Paraná Câmpus Palmas, que possibilitou-me a presença neste programa e aos colegas do curso de Educação de Educação Física que me apoiaram sempre.

Enfim, à minha família, irmãos, mãe, filha e mulher entre outros que me aguentaram, principalmente nos momentos de stress, vocês fazem parte dessa conquista.

## RESUMO

MARTIGNONI, Luciano. Lazer no assentamento rural Oito de Junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Pato Branco, PR, 2013.

O lazer tem sido apontado como um fenômeno relevante na análise do novo rural, entendido como um lugar para viver e não somente um lugar para a produção primária. Nesse sentido o objetivo principal neste trabalho foi analisar o lazer no Assentamento Rural 8 de Junho, tendo como referência a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Inicialmente a construção dessa pesquisa foi marcada por um aspecto importante, a partir do vínculo com a orientadora, três trabalhos optaram por um espaço comum de pesquisa os assentamentos rurais oriundos do Movimento dos Sem Terra (MST), esse aspecto permitiu a troca de informações e a construção de um instrumento de coleta de dados compartilhado entre esta e uma das outras duas pesquisas, pelo fato de ambas utilizarem o mesmo espaço. Embasado teoricamente na perspectiva sociológica de reconstrução do rural, do lazer como elemento constituinte dessa perspectiva, bem como numa abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar, procurou-se, a partir dos dados empíricos, coletados a partir de formulário aplicado as famílias do assentamento e de entrevistas com lideranças e famílias, caracterizar o Assentamento 8 de Junho em relação a família, trabalho e produção, conhecer as relações históricas com o lazer nas famílias, identificar potencialidades para o lazer oriundas da cultura, da tradição e da interação com a natureza e apontar perspectivas para o lazer que possa congrega geração de trabalho e renda, interação e preservação ambiental e manutenção do tecido social. Neste cenário constatou-se uma riqueza cultural, social e ambiental expressiva no assentamento estudado, com destaque para a história de luta pela terra, o modo de produção familiar e para as riquezas naturais (cachoeiras, matas, pedreiras, etc.), onde o lazer desempenha um papel importante na sociabilidade da comunidade numa relação entre a tradição e a mudança, porém com relação às práticas de lazer em interação com a natureza e a paisagem percebeu-se um afastamento, principalmente das novas gerações. Com relação a geração de trabalho e renda o lazer ainda não foi considerado na comunidade. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a abordagem do turismo rural comunitário, pois ele pode agregar renda e lazer, dois elementos essenciais para a reprodução das famílias no assentamento, em interação com a natureza, paisagem, cultura e tradição local. Fortalece o lazer na comunidade, pois refere-se a oferta à sociedade apenas de práticas que fazem parte do cotidiano da comunidade, com equipamentos construídos pela comunidade. Sob esse olhar ele pode promover um resgate das atividades junto à natureza que estão em desuso ou ainda invisíveis para maioria dos assentados. Promove a interação entre saberes, o saber tradicional dos antigos em relação à pesca, à orientação à fauna e à flora, associado ao saber técnico e científico atuando na manutenção do tecido social e cultural. Pode ainda promover a distribuição dos dividendos baseada na equidade, de acordo com a prática de cooperação.

Palavras-chave: lazer, multifuncionalidade, ruralidades, turismo, assentamento.

## ABSTRACT

MARTIGNONI, Luciano. Leisure in rural settlement 8 de Junho: analysis from the multifunctionality of agriculture. 2013. 128 f. Dissertation (Master's degree) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Pato Branco, PR, 2013.

Leisure has been pointed out as a relevant phenomenon in the analysis of new rural, and it is understood as a place to live and not just a place for primary production. In this sense, the main objective of this study was to analyze leisure in the 8 de Junho rural settlement, having as reference the socioeconomic reproduction of rural households, the maintenance of the social and cultural structure and preservation of natural resources and landscape in the countryside. Initially, the construction of this research was marked by an important aspect, which is the bond between the supervisor and three different researches which chose a common space - rural settlements from Movimento sem Terra (MST). This aspect led to the exchange of information and construction of a data collection instrument shared between this and one of the other two studies, because both used the same space. Theoretically based on the sociological perspective of reconstruction of the rural and the concept of leisure as a constituent element of this perspective and approach of multifunctionality of family agriculture, this research was developed through empiric data collected from questionnaires applied to the households of the settlement and interviews with leaders and families. It aims to characterize the Settlement June 8, regarding to family, work and production, knowing the historical relations between leisure and the families, identifying potential for leisure originated from the local culture/tradition and the interaction with nature, and also to point out perspectives for leisure that can bring together employment and income generation, and environmental preservation and interaction, maintaining the social structure. In this scenario, an expressive cultural, social and environmental wealth was found in the settlement, especially for the history of the struggle for land, the family mode of production and the natural resources (waterfalls, forests, quarries, etc.), where leisure plays an important role in the community sociability, in a relationship between tradition and change. However, as for the leisure practices in interaction with nature and the landscape, we perceived a gap, especially in the younger generation. Regarding the generation of jobs and income, leisure has not been considered in the community, in this sense, the research pointed to the prospect of community rural tourism, by providing culture/nature interaction, the strengthening of leisure and enabling the generation of jobs and income. In this sense, the research points to the approach of rural tourism community, as it can add income and leisure, two essential elements for the reproduction of families in the settlement, in interaction with nature, landscape, local culture and tradition. It strengthens leisure in the community, because it refers to only offering to society the practices that are part of everyday life



of the community, with equipment built by the community. Under this view it can promote the reestablishment of activities in nature that are in disrepair or invisible to most of the settlers. It promotes interaction between different knowledge, such as traditional knowledge of the ancients in relation to fisheries, guidance fauna and flora associated with the technical knowledge and scientific working in the maintenance of social and cultural fabric. It can also promote the distribution of dividends based on equity, according to the practice of cooperation.

Keywords: leisure, multifunctionality, ruralities, tourism, settlement.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1 - SISTEMAS DE ATIVIDADES DAS FAMÍLIAS RURAIS.....	57
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRI GUAÇU .....	59
FIGURA 3 - RESERVA LEGAL COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO 8 DE JU NHO .....	96
FIGURA 4 - LAGOA NA RESERVA LEGAL COMUNITÁRIA DO ASSENTAMEN TO 8 DE JUNHO .....	97
FIGURA 5 - ÁREA COMUNITÁRIA ONDE FUNCIONOU UMA PEDREIRA .....	98
QUADRO 1- TIPOS DE TURISMO QUE OCORREM NOS MUNICÍPIOS DO TER RITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU .....	62
QUADRO 2- POTENCIALIDADES DA COMUNIDADE E POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES .....	104

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - TRATOR DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO RIO DO LEÃO.....	76
FOTOGRAFIA 2 - PROPRIEDADE ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO (PRODUÇÃO DE LEITE E MATA) .....	79
FOTOGRAFIA 3 - PROPRIEDADE COM POTENCIALIDADES PARA O LAZER RURAL.....	94
FOTOGRAFIA 4 - VISTA INTERNA DA ANTIGA PEDREIRA .....	99
FOTOGRAFIA 5 - IMAGEM DO RIO DO LEÃO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO .	100
FOTOGRAFIA 6 - CACHOEIRA NO RIO DO LEÃO – ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO .....	101
FOTOGRAFIA 7 - SEGUNDA CACHOEIRA NO RIO DO LEÃO – ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO .....	101
FOTOGRAFIA 8 - PAISAGEM DE MATA NATIVA NO CAMINHO DAS CACHOEIRAS DO RIO DO LEÃO.....	102
FOTOGRAFIA 9 - CACHOEIRA EM UMA PROPRIEDADE DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO .....	102
FOTOGRAFIA 10 -GUIA DURANTE AS INCURSÕES À ÁREA DE MATA NO ASSENTAMENTO .....	108

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- ASSENTAMENTOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – PR ..	62
TABELA 2 - RESIDÊNCIA POR GRAU DE PARENTESCO DAS FAMÍLIAS.....	67
TABELA 3 - RELAÇÃO DO NÍVEL DE ENSINO E GRUPO DE PARENTESCO ....	68
TABELA 4 - LOCAIS DE ATENDIMENTO À SAÚDE PARA AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO .....	70
TABELA 5 - TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMÍLIA.....	71
TABELA 6 - UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA.....	76
TABELA 7 - DIVERSIDADE DE ATIVIDADES E MÉDIA DE RENDA DAS FAMÍLIAS.....	80
TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM FESTAS .....	87
TABELA 9 - ACESSO ÀS ATIVIDADES DE LAZER POR GRUPOS ETÁRIOS.....	88

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JARCANS	Jogos Abertos da Microrregião do Cantuquiriguaçu
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1	OBJETIVOS.....	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos Específicos.....	16
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
2.1	MODERNIZAÇÃO E A NOVA RURALIDADE .....	21
2.2	O LAZER.....	25
2.2.1	Lazer e Modernidade .....	31
2.3	POR UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL PARA O LAZER NO RURAL .....	39
2.4	A RECONSTRUÇÃO DO RURAL E OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	44
2.5	A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA.....	49
2.5.1	Origens Europeias e Brasil .....	49
<b>3</b>	<b>O ASSENTAMENTO RURAL OITO DE JUNHO</b> .....	<b>58</b>
3.1	O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU.....	58
3.2	OITO DE JUNHO: DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO .....	63
3.3	CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E MORADIAS .....	66
3.4	PROPRIEDADE, TRABALHO E PRODUÇÃO.....	74
<b>4</b>	<b>LAZER NO ASSENTAMENTO RURAL 8 DE JUNHO</b> .....	<b>82</b>
4.1	PERSPECTIVAS PARA O LAZER NO ASSENTAMENTO RURAL 8 DE JUNHO.....	91
4.1.1	Tradição e Cultura .....	92
4.1.2	Natureza e Paisagem Rural.....	96
4.1.3	O Turismo Rural Comunitário: uma perspectiva teórica para o Assentamento Rural 8 de Junho.....	105
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>115</b>
	APÊNDICE A.....	120
	APÊNDICE B.....	128

## 1 INTRODUÇÃO

A modernidade se constituiu, historicamente, num período marcado por profundas mudanças sociais, com um caráter descontínuo sem precedentes que gerou alterações nos hábitos, costumes e estilos de vida. Os processos de industrialização, comercialização e racionalização modificaram significativamente o modo de produção da vida, acarretando um deslocamento da base produtiva para centros urbanos e uma transformação do espaço e do modo de vida rural.

O modo de produção que a modernidade inaugurou, pautado na hegemonização da industrialização, na urbanização e na racionalidade levou a sociologia clássica a apresentar a ideia do desaparecimento do rural já entre o fim do século XIX e o início do século XX, mesmo antes de serem conhecidos os efeitos do processo de modernização sobre a agricultura. Com o fim da II Guerra Mundial e com o início do processo de intensificação da produção agrícola, as teorias do desaparecimento do rural, ancoradas nos pressupostos das Ciências Sociais clássicas, e com o fortalecimento do processo de modernização da agricultura, se desenvolveram e ganharam força.

A modernização da agricultura implicou uma intensiva modernização do aparelho produtivo pautada na mecanização, no uso de insumos agrícolas industrializados e de sementes selecionadas. Esse processo apresentou como consequência direta o surgimento de dois tipos de agricultura, a grande cultura de cereais pautada no monocultivo e a pequena agricultura diversificada, associada à pecuária.

Nesse cenário, delineado pelo declínio demográfico no meio rural, pela subordinação da agricultura à indústria e pela homogeneização e propagação da cultura urbana, essas teorias apontavam para a integração da agricultura à indústria, o fim do campesinato e a urbanização do campo. No entanto, no final do século XX, o processo de modernização da agricultura apresenta resultados com desdobramentos para além dos aspectos econômicos, a questão ambiental, os elementos socioculturais ganham corpo nesse debate, nesse sentido a própria racionalidade moderna é questionada.

O debate científico sobre o rural ganhou novos contornos, as ciências sociais apontam para novas possibilidades do rural e ganha destaque a posição da reconstrução e ressignificação do rural. Um modelo analítico que propõe a

complementaridade entre o rural e o urbano, mantendo suas características e singularidades próprias. Como resposta a homogeneização proposta pela modernização, esse novo olhar sobre o rural possibilita a formulação de alternativas, baseadas na cultura e no modo de vida, principalmente de agricultores familiares.

No Brasil, esse novo olhar aponta para uma nova realidade, em que o rural deixa de ser visto apenas como um lugar de produção agrícola e passa a ser entendido como um lugar onde a vida acontece. Novas formas de organização da atividade produtiva, valorização da cultura local e do espaço surgem como alternativa para o agricultor, principalmente para o agricultor familiar. Com a crescente busca de (re)valorização da natureza, o rural passa a ser visto como um lugar de lazer e também como um lugar para morar. Dessa forma, a análise de novas possibilidades do rural em países de capitalismo avançado, permite orientar os estudos para um processo de desenvolvimento do rural em países como o Brasil.

A premissa de que o lazer já se constituiu em importante oportunidade de desenvolvimento para famílias rurais em outros países, ou mesmo em outras regiões do Brasil, aponta para a necessidade de estudos e análises das singularidades locais e regionais com relação a esse tema. Diante da relevância do fenômeno do lazer para pensar a ruralidade regional e da importância social dos movimentos e dos assentamentos rurais, neste trabalho foi proposto como problema de pesquisa, a seguinte pergunta: Qual a perspectiva para o lazer no Assentamento Rural 8 de Junho, tendo como referência de análise a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural?

Nesse sentido, procurou-se caracterizar o Assentamento Rural 8 de Junho e as relações entre família, propriedade, trabalho e produção. Para tanto foram utilizados dados colhidos no trabalho de campo através da aplicação de um formulário de pesquisa (anexo) e de posteriores entrevistas (tópicos em anexo) com informantes selecionados de acordo com os objetivos da pesquisa. Através da coleta das informações foi possível conhecer aspectos importantes das relações históricas e tradicionais com o lazer (entrevista com os mais velhos) e compará-las com as práticas atuais, levando em conta as temporalidades, os interesses e o espaço de lazer e suas ligações com a manutenção do tecido social, com a interação e preservação da natureza e da paisagem e como gerador de trabalho e renda.

Posteriormente a pesquisa procurou identificar potencialidades para o lazer oriundas da cultura e da tradição, e da interação com a natureza e com a paisagem. A fonte inicialmente foram as entrevistas, acompanhada da observação participante e da produção de imagens locais e uso de imagens via satélite fornecidas pelo programa Google Earth. Finalmente o retorno a literatura para apontar uma perspectiva teórico-metodológica para o lazer tanto para usufruto dos agricultores como para oferecer à sociedade.

A partir dessa abordagem do lazer ancorada na multifuncionalidade da agricultura familiar algumas questões nortearam o trabalho de pesquisa:

- As vivências de lazer estão relacionadas a uma identidade rural, visto se tratar de um assentamento, em que se presume conter certa diversidade cultural?
- As atividades de lazer utilizam adequadamente os recursos naturais, respeitam a paisagem e preservam a biodiversidade?
- Qual a percepção da comunidade sobre o lazer como possibilidade de expressão do patrimônio cultural e natural e como canal de comercialização de produtos e serviços ligados ao território?
- Sob qual perspectiva o lazer pode representar uma possibilidade de ocupação e renda e de manutenção dos jovens no campo, sem contanto, afetar negativamente a vida dos camponeses, com relação ao tempo destinado ao trabalho, à preservação dos ambientes e manutenção do tecido sócio-cultural?

Abordar o tema do lazer tornou-se muito especial, pois se trata de um fenômeno que extrapola os limites da formação profissional do autor que é a Educação Física, permitindo relacionar e aproximar vários campos do saber para dar conta da amplitude e relevância do lazer na sociedade contemporânea.

Outro aspecto que justifica a opção pelo tema diz respeito a quantidade de estudos sobre o lazer no meio urbano, relacionados aos espaços, às políticas, aos comportamentos, entre outros, e poucos estudos sobre o fenômeno no meio rural da região, principalmente, pela área da Educação Física, e mesmo quando abordado, ele o é feito pelo olhar do urbano.



Pesquisas apontam o lazer como um fenômeno de relevância para o rural contemporâneo, no entanto, esses estudos parecem convergir para o aspecto mercadológico que o tema apresenta, como mais um serviço dentro de uma estratégia pluriativa de trabalho para o homem do campo. Justifica-se, portanto, um estudo que o problematize para além do seu aspecto econômico, sem, contudo, negá-lo. Por esse olhar, o enfoque da multifuncionalidade da agricultura amplia o universo de análise, pois permite avaliar o fenômeno em sua relação com a dinâmica sócio-cultural e ambiental do contexto rural.

Contexto que precisa ser analisado dentro de suas singularidades regionais e locais, considerando os aspectos ambientais, culturais e sociais. Dessa forma, optou-se por delimitar o estudo num assentamento rural, devido à intencionalidade das famílias ali presentes de fazer do rural o espaço para viver o presente e também o futuro. Nesse sentido o lazer exerce um importante papel para viabilizar essa permanência.

Marcellino (1995, p. 18) sintetiza que:

[...] a consideração da “especificidade concreta” do lazer deverá levar em conta: o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolve, os valores que propicia, a consideração dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades como instrumento de mobilização e de participação cultural, e as barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intraclasses como interclasses sociais.

Esta pesquisa não enseja apontar condições nas comunidades rurais para que o cidadão encontre o seu “elo perdido” com a natureza, transformando-a em mais um bem de consumo, alterando completamente a cultura e o ambiente acarretando uma “urbanização” do rural. Pretende-se com este estudo descobrir potencialidades de lazer e turismo que façam parte da cultura dessas comunidades, que tenham relação histórica e social com esses agricultores e que possam dar identidade a essas localidades.

Para dar conta da proposta desta dissertação de mestrado, na sequência serão expostos os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos. No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico, no qual abordou-se a temática da modernização do rural após a segunda guerra mundial, seus reflexos no Brasil e as novas possibilidades para o rural; seguido por outro tópico em que procurou-se definir o lazer a partir de suas características e da relação entre lazer e modernidade

destacando as transformações e rupturas das formas lúdicas e culturais das sociedades pré-modernas a partir da sociabilidade e racionalidade moderna. O terceiro tópico do capítulo dois apresentou a proposição de uma racionalidade ambiental para o lazer no rural, não numa condição pós-moderna, mas uma racionalidade que amplia e avança principalmente sobre a racionalidade capitalista da modernidade e se situa na contradição apresentada pela intensificação dos processos modernos. O quarto tópico desse mesmo capítulo analisou a reconstrução do rural e os assentamentos da reforma agrária principalmente sobre a ótica da possibilidade destes se tornarem fomentadores da agricultura familiar e sua identidade. Posteriormente no tópico cinco abordou-se a multifuncionalidade da agricultura familiar, suas origens e desenvolvimento da noção e a relação com o território.

O capítulo três apresenta a descrição do território Cantuquiriguaçu e das dinâmicas sociais do Assentamento Rural 8 de Junho. No segundo item abordou-se a trajetória do acampamento Rio do Leão até o Assentamento 8 de Junho. O terceiro item desse capítulo foi reservado à caracterização das famílias e moradias e o quarto tratou da propriedade, trabalho e produção nessa comunidade. Na sequência, o quarto capítulo foi construído para analisar o lazer no assentamento em estudo, iniciando pelas relações históricas das famílias com o lazer, passando pelas relações atuais com o tempo, o espaço e os interesses de lazer, culminando com as perspectivas para o lazer no Assentamento 8 de Junho e finalizando com alguns apontamentos sintetizando as conclusões parciais de cada capítulo como considerações finais.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o lazer no Assentamento Rural 8 de Junho, tendo como referência a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o Assentamento 8 de Junho em relação a família, trabalho e produção;
- Conhecer as relações históricas e tradicionais com o lazer em famílias do assentamento estudado;
- Analisar o lazer no contexto atual das famílias assentadas no 8 de Junho abordando os aspectos tempo, interesses e espaços;
- Identificar potencialidades para o lazer e turismo no assentamento oriundas da cultura e da tradição, e da interação com a natureza e com a paisagem;

### 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção inicial desta pesquisa apresentou um aspecto marcante, três mestrandos de áreas de conhecimento diferentes (educação física, filosofia, administração) e que tinham a mesma orientadora (socióloga), optaram por um espaço comum de pesquisa que eram os assentamentos rurais oriundos do Movimento dos Sem Terra (MST). A presente pesquisa abordou como objeto de estudo o lazer, a segunda abordou o desenvolvimento sustentável, ambos realizados no Assentamento 8 de junho, em Laranjeiras do Sul. A terceira optou pela estudo da sustentabilidade na Indústria da marca Terra Viva da Cooperoeste, no oeste de Santa Catarina. Essa dinâmica está contida na perspectiva do PPGDR de criar espaços para as trocas interdisciplinares, que favoreçam o diálogo entre disciplinas, pesquisa empírica em mesmos espaços geográficos e mesmo em temáticas que permitam ampliar as reflexões.

Esse aspecto foi muito importante, pois permitiu a troca de informações preciosas entre as três pesquisas durante o seu desenvolvimento. Entre as duas pesquisas que compartilharam o mesmo espaço a possibilidade de troca foi maior, além das informações e trocas foi possível construir um instrumento de coleta de dados compartilhado, com elementos que interessavam as duas pesquisas e elementos específicos de cada pesquisa. Dados, conversas e informações que aparentemente não serviriam e originalmente não eram destinados a esta pesquisa, posteriormente, através da troca, foram muito úteis no desenvolvimento desta dissertação.

A decisão por realizar as pesquisas em assentamentos da Reforma Agrária se deu primeiramente pelo fato dos assentamentos funcionarem como aglutinadores de famílias de agricultores. Segundo porque resgatam a ideia de viver no rural e dessa forma contestam o modelo de modernização da agricultura como única alternativa para o rural. Abordar o lazer em assentamentos se justifica no que tange a apontar as possibilidades desse fenômeno contribuir com a manutenção do tecido social e da identidade dessas famílias, bem como atuar na reprodução econômica, na geração de trabalho e renda. Nesse sentido, a pesquisa se realizou no Assentamento 8 de Junho por se tratar de um assentamento com um histórico de luta pela terra, pela possibilidade de entrevistar todas as famílias e pela importância política do assentamento na região

O Assentamento 8 de Junho está situado no município de Laranjeiras do Sul na região geográfica centro-sul do estado do Paraná. Faz parte do território da Cantuquiriguaçu, espaço marcado por uma forte ação dos movimentos sociais ligados à luta pela terra e a uma disseminação de assentamentos da reforma agrária, nesse sentido o assentamento estudado se constitui num território dentro do território, que reproduz muitas práticas sociais, mas que também preserva identidade própria.

A partir da determinação das bases teóricas e da delimitação do espaço a ser estudado, partiu-se para um estudo preliminar – fase exploratória - da comunidade e da população pesquisadas. Esta fase, segundo Gil (2007, p. 130), “representa um período de investigação informal e relativamente livre, no qual o pesquisador procura obter, tanto quanto possível, entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa.”

Apesar do caráter menos formal e relativamente livre dessa fase, procurou-se entender a dinâmica social do grupo a ser estudado e apontou-se alguns aspectos que foram observados e permitiram conhecer de uma maneira geral a estrutura social e a relação com o lazer. Essa etapa tornou possível uma aproximação com a comunidade estudada e o entendimento mais geral da estrutura social da comunidade em estudo, com respeito a seus principais grupos, subgrupos e lideranças. Outro aspecto que foi observado trata-se dos espaços naturais e da paisagem rural, bem como as relações socioculturais da população com o ambiente. Essa primeira fase aconteceu entre abril, maio e junho de 2012, através da observação, de conversas com as lideranças e demais integrantes, fotos e imagens

e foi fundamental na orientação das demais fases do processo empírico da pesquisa, principalmente a construção dos instrumentos de coleta de dados.

Na segunda fase da pesquisa, procurou-se fazer uma caracterização das famílias levando-se em conta as múltiplas dimensões da agricultura familiar (MALUF 2003) e conhecer as relações históricas e atuais com o lazer nessas famílias de agricultores da comunidade.

Essa fase foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2012, visando uma caracterização geral das famílias da comunidade, foi utilizado o formulário estruturado (Anexo) para a coleta de dados empíricos, o qual foi construído por Corona et al (2006) e adaptado em outras pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Pato Branco. A intenção inicial era de aplicar o formulário às 71 famílias assentadas no Assentamento 8 de Junho, porém devido a recusa de algumas famílias, o formulário foi aplicado para 49 famílias que consentiram em fornecer os dados necessários à pesquisa. Além da caracterização geral das famílias do assentamento a aplicação do formulário permitiu orientar a seleção de algumas famílias e lideranças para as entrevistas posteriores. Para Marconi & Lakatos (2010, p. 195) “o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista.”

Para o segundo momento dessa fase da pesquisa, o qual ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2013, foram selecionadas as lideranças a serem entrevistadas, sendo uma liderança ligada ao assentamento, uma liderança ligada ao município e uma liderança ligada ao Conselho de Desenvolvimento do Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Foram selecionadas também quatro famílias conforme os seguintes critérios: que fossem envolvidas com as atividades culturais, compostas necessariamente por pessoas mais idosas, para conter informações históricas sobre o lazer, e pessoas jovens pela importância que o lazer tem nessa faixa etária. Para as famílias selecionadas foi realizada uma entrevista aberta, com gravação das falas para compreender as relações históricas das famílias com o assentamento e principalmente com aspectos históricos, atuais e potencialidades para o lazer. Com relação às lideranças foi incluído um item referente às dinâmicas sociais, políticas e econômicas no assentamento (Anexo).

Para explorar ao máximo a espontaneidade dos entrevistados optou-se pela entrevista não estruturada que segundo Richardson et. al. (2011), se destina para obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa, procurando saber que, como e por que algo ocorre. A técnica utilizada foi de entrevista guiada, em que o entrevistador, a partir de um guia de temas, orienta e estimula as falas do entrevistado. A análise das falas foi feita através da determinação de três categorias: história, comunidade e lazer; atualidade e lazer e potencialidades culturais e da natureza; essas categorias estão diretamente ligadas aos objetivos da pesquisa e visam dar resposta ao problema proposto. As entrevistas foram analisadas em perspectiva com os dados colhidos através do formulário

A terceira fase destinou-se a identificação de potencialidades para o lazer, tendo como referência a interação e a preservação dos recursos naturais, das paisagens e da biodiversidade, em convergência com os aspectos sócio-culturais e históricos da comunidade. A partir da análise das falas dos entrevistados realizou-se incursões ao ambiente para uma coleta de dados por imagem, aliada às imagens de satélite obtidas por programa de livre acesso, o Google Earth. A análise compartilhada dos dados do formulário, do conteúdo das falas e das imagens coletadas, permitiu conhecer e compreender as relações históricas e atuais com o lazer, bem como, identificar potencialidades culturais e ambientais para a comunidade usufruir e oferecer o lazer. Esta fase foi realizada entre fevereiro e março de 2013.

Finalmente, então, fez-se um retorno à literatura para apontar uma perspectiva teórico-metodológica, que desse conta de valorizar e incentivar o lazer em comunidades rurais e a própria comunidade e seu modo de vida e também pudesse gerar uma possibilidade de trabalho e renda, oferecendo esse lazer para a sociedade.

Toda a pesquisa foi permeada por observações das dinâmicas sociais das famílias no assentamento, principalmente as que envolviam o lazer, inicialmente essas observações foram assistemáticas, mais livres, através de conversas e como espectador atento, posteriormente as observações foram ficando mais sistemáticas, a partir do momento em que o objeto de estudo foi ficando mais claro, e renderam dados e informações muito importantes ao trabalho, porém não se constituiu em uma observação participante, pois o pesquisador não se inseriu como um elemento

participante de toda a dinâmica social, mas inseriu-se como participante apenas em algumas atividades culturais e de lazer. Nesse sentido a forma foi de uma observação não participante que variou de uma observação assistemática para uma observação sistemática elementar.

Com relação ao tratamento, os dados coletados através do formulário foram tabulados utilizando-se uma planilha Excel, onde as questões foram distribuídas nas linhas e cada formulário foi disposto nas colunas o que possibilitou quantificar respostas iguais constituindo-se assim indicadores que permitiram analisar as características da comunidade estudada. Estes foram expostos no texto através de tabelas ou no próprio texto, visando à compreensão dos aspectos analisados. As informações e relatos oriundos das entrevistas e das observações foram gravadas e transcritas para uma posterior análise do conteúdo das falas à partir das categorias já citadas formuladas a partir dos objetivos da pesquisa. Muitas informações foram anotadas em bloco, em todas as fases da pesquisa para que pudessem subsidiar a análise ou orientar a passos da pesquisa, todos os dados foram coletados tanto sob a forma de formulários, depoimentos, relatos, observações e fotografias foram obtidos com autorização e consentimentos dos informantes e com o cuidado de manter o anonimato.

O trabalho ainda propõe um retorno futuro à comunidade, após a defesa em banca no programa, visando retornar à comunidade os resultados e as perspectivas concretas apontadas pela pesquisa. Esse movimento metodológico não tem e nem poderia ter a intenção de alimentar cientificamente o trabalho, porém ele atende ao interesse social da pesquisa, que é orientar algumas mudanças na prática social da comunidade, e dessa forma abrir possibilidade de novas demandas de pesquisa, num processo dialético de prática social, instrumentalização e nova prática social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 MODERNIZAÇÃO E A NOVA RURALIDADE

O período após a II Guerra Mundial marca a intensificação do processo de modernização da agricultura. Na Europa vários países adotaram, para a agricultura, uma política que objetivava a auto-suficiência alimentar, a exportação dos produtos agrícolas e a importação de equipamentos e insumos industriais. A França, por exemplo, tornou-se neste período a segunda potência mundial e a primeira potência europeia exportadora de alimentos (ZANONI, 2004). No Brasil, o processo de desenvolvimento agrícola implantado em certas regiões se assemelha muito ao processo europeu.

O processo de modernização agrícola no Brasil teve origem na década de 1950. Visava substituir uma agricultura tradicional, mais dependente da natureza e com utilização de métodos e técnicas rudimentares, por uma agricultura mecanizada. No entanto, somente na década de 1960 esse processo se inicia concretamente, a partir de um novo modelo econômico brasileiro, chamado de modernização do setor agrário e formação do complexo agroindustrial. A partir da década de 1970 nota-se um maior desenvolvimento do setor agrário, o qual passa a responder aos anseios da sociedade urbano-industrial (TEIXEIRA, 2005).

Apesar da modernização ter trazido no seu bojo uma proposta homogeneizadora de progresso, o quadro que se estabeleceu no campo, no Brasil, apresentou um caráter heterogêneo. Culturas mecanizadas, pautadas em monoculturas, visando excedentes exportáveis se relacionam com culturas tradicionais baseadas em multiculturas e agricultura de subsistência, gerando gradativamente, no decorrer dos anos, uma marginalização do pequeno agricultor e o êxodo rural.

Diante deste cenário fica claro que um modelo de agricultura universal, gestado a partir de países de capitalismo avançado foi disseminado globalmente, assim, culturas, modos de vida e ambientes locais foram ignorados e gradativamente descartados em função de uma proposta ancorada exclusivamente na produtividade a partir da racionalização dos meios de produção.

A disseminação desse modelo na agricultura gerou consequências econômicas, sociais e ambientais. A necessidade de importantes investimentos de



capitais no campo acentuou as desigualdades entre agricultores, acelerando a concentração de estabelecimentos e a redução do número de pequenos agricultores, já que estes não tinham condições de sobreviver a este seletivo processo.

O êxodo rural acentua-se, modificam-se as relações sociais, até então de parentesco e vizinhança. Mesmo nas famílias que permanecem no campo, os filhos são encaminhados para a cidade em busca de estudo e trabalho com melhores condições, seja porque não há trabalho para todos, seja porque parte destes agricultores não quer para os seus filhos a vida rural.

Para Zanoni, (2004, p.106):

Diante desse mundo rural marcado pela exclusão de uma grande parte de sua população, pela redução do número de estabelecimentos agrícolas familiares, pela concentração fundiária e de crédito, pelo envelhecimento de seus habitantes, pela perda de seus jovens, pela pobreza rural, surge a questão ambiental, que se sobrepõe à questão da modernização da agricultura.

Os métodos produtivos consagrados pela Revolução Verde não são adequados para lidar com a necessidade urgente de preservar e regenerar os ecossistemas degradados pelo uso intensivo para a produção. Ao contrário, eles ameaçam a fertilidade do solo e a biodiversidade e apoiam-se sobre insumos cuja oferta vai-se tornando escassa (ABRAMOVAY, 2008).

Desenvolve-se assim uma crescente conscientização a respeito da degradação ambiental provocada pela agricultura intensiva. Primeiramente na Europa e posteriormente no cenário brasileiro aumentam as pressões para revisões na política agrícola, mudanças que apontem para a valorização de produtos de qualidade, a conservação dos espaços e a utilização sustentável dos recursos naturais (ZANONI, 2004).

Percebe-se que não só o modelo produtivo foi disseminado por muitos países, mas as consequências desse processo atingem de forma significativa a todos. Essa percepção das consequências negativas do processo de modernização da agricultura, em países de capitalismo avançado, gerou um movimento de análise e ressignificação do rural contemporâneo. Pesquisas em países desenvolvidos apontam como fator importante na análise das novas ruralidades, a contribuição da

cultura do agricultor familiar na formulação de respostas à crise do modelo produtivista.

Ferreira (2002) aponta que a partir da década de 1990 as Ciências Sociais especializadas passam a apontar o rural como potencial espaço para reformas societárias e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade. Em países desenvolvidos foram registrados processos de recomposição do rural, demonstrados pelo crescimento demográfico, diversificação ocupacional e, principalmente, organização de movimentos sociais de base rural com uma forte crítica às políticas gestadas conforme o modelo de modernização da agricultura.

Ao chamar a atenção para a integração de sistemas culturais em países avançados, esses estudos têm o mérito de alertar para a possibilidade de contribuição para a reorientação dos caminhos da modernização e das análises sobre os seus efeitos em nosso país que não concluiu seu processo de modernização e de industrialização (CARNEIRO, 1998).

Carneiro (1998) aponta que no Brasil, dois conjuntos de fenômenos nos ajudam a pensar a ruralidade hoje. Em primeiro lugar o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola, num movimento que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Em segundo lugar a procura crescente por formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo. Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo, que passa a ser reconhecida como espaço de lazer, ou mesmo como possibilidade de residência.

Percebe-se um movimento concreto no sentido de pensar o rural no Brasil para além da visão homogeneizadora do modelo produtivista, para além de uma ideia de rural em declínio, com papéis determinados pelo mundo urbano. Esse movimento propõe considerar os múltiplos sentidos do rural e as singularidades locais e regionais.

Ferreira (2002) enfatiza nesse processo de reflexão e ressignificação do rural no Brasil, a importância dos movimentos sociais, primeiramente por propor e defender o retorno ao campo, tanto de agricultores que não possuam terra, como de migrantes rurais que na cidade foram marginalizados. Segundo, pelo caráter coletivo das estratégias de reprodução, pautadas na diversificação, na pluriatividade, no

associativismo, enfim, estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais. Destaca, neste sentido, o papel do movimento sem-terra e dos assentamentos rurais que evidenciam sua potencialidade para uma política de combate à fome e à exclusão social.

Uma possível abordagem da reestruturação do rural apoia-se na noção de multifuncionalidade da agricultura, apontada por Carneiro e Maluf (2003, p.21) como:

[...] um novo “olhar” sobre a agricultura familiar que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. Isso implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, como também incorporar à análise a provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural.

Dessa forma a família rural, é entendida como uma unidade social e cultural e não apenas como uma unidade produtiva. A análise do rural vai além dos meios de produção, este passa a ser visto como lugar para morar, lugar para aprender, lugar para o lazer, enfim lugar para viver bem. Não se trata de desqualificar o potencial produtivo da agricultura, mas de ampliar o significado social do rural.

Destaca-se desta forma o lazer como um elemento importante para a reconstrução do rural, pois perpassa as principais dimensões abrangidas pelo enfoque da multifuncionalidade da agricultura: a reprodução socioeconômica das famílias (geração de trabalho e renda), a promoção da segurança alimentar (acesso e qualidade dos alimentos), a manutenção do tecido social e cultural (formas de sociabilidade das famílias e comunidade) e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (interação propriedade rural e natureza), em tópico específico, na sequência deste capítulo, esses aspectos serão abordados mais detalhadamente.

Segundo Magnani, (2000), o lazer e seus desdobramentos representam uma via de acesso ao conhecimento dos impasses e possibilidades que se apresentam na contemporaneidade. Nesse sentido, a presente pesquisa aborda o objeto não apenas como um campo promissor de atividades e negócios, mas, também, um campo a partir do qual se pode pensar a sociedade atual, seus grupos, sua sociabilidade e seus conflitos.

## 2.2 O LAZER

Ao abordar a temática do lazer torna-se fundamental conceituar o fenômeno, primeiramente, devido aos vários entendimentos que a palavra comporta na nossa sociedade e principalmente para definir uma concepção de lazer abordada pelo estudo. Sabe-se que a abordagem do lazer aqui proposta não é unívoca, nem consensual, mas apresenta uma visão de homem e de sociedade.

Com relação ao termo “lazer”, é comum ser diretamente relacionado ao conteúdo da atividade e a questão do prazer, por exemplo: uma pescaria, pode ser vista como uma ótima opção de lazer, no entanto, para o pescador profissional é trabalho, além disso, o que pode ser prazeroso para uns, pode significar desconforto para outros. Portanto, como aponta Marcellino (2006), o conteúdo da ação não constitui condição suficiente para a definição de lazer, mas as circunstâncias que cercam o desenvolvimento dos vários conteúdos são básicas para a sua caracterização, nesse sentido, o autor considera como fundamentais os aspectos tempo e atitude.

O autor citado acima ao apontar a atitude e o tempo como aspectos fundamentais para caracterizar o lazer, fundamenta-se principalmente nos estudos do sociólogo Joffre Dumazedier. Este autor, no interesse de definir o lazer, para além da produção teórica da sociologia clássica do século XIX e das produções do século XX sobre o lazer realizou uma pesquisa em 1953 na França, que verificou o que representava o lazer para operários e empregados. Foram entrevistados 819 indivíduos e a grande maioria, definiu o lazer opondo-o a certas preocupações da vida cotidiana, principalmente as obrigações profissionais, que aparecem em 60% dos casos, mas que não são as únicas, merecendo destaque as seguintes: 1. Trabalho profissional; 2. Trabalho suplementar; 3. Trabalhos domésticos; 4. Refeições, higiene e sono; 5. Atividades rituais resultantes de obrigação familiar, social ou espiritual; 6. Atividades ligadas aos estudos interessados (formal). (DUMAZEDIER, 2000).

Ao investigar a função do lazer nesta pesquisa, Dumazedier aponta que todas as respostas afirmam que, independente da função, lazer é, inicialmente, liberação e prazer, em seguida elas diferenciam-se em três categorias que correspondem à três funções mais importantes: a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento. Para

Dumazedier (2000, p.34), “As três funções são solidárias, estão sempre intimamente unidas umas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si. [...]; podem suceder-se ou coexistir; manifestar-se uma de cada vez ou simultaneamente na mesma situação de lazer.”

Em síntese:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2000, p. 34).

Percebe-se na definição acima, os dois aspectos apontados por Marcellino: a atitude – livre vontade, opção individual, prazer, repouso, formação – e o aspecto tempo – após livrar-se das obrigações – fundamentais para o entendimento das circunstâncias que cercam o lazer. Entretanto esses aspectos não podem ser considerados isoladamente, pois se for considerado, por exemplo, apenas o aspecto atitude, qualquer atividade poderia ser considerada lazer, desde que proporcionasse prazer e fosse de livre escolha, até mesmo o trabalho se encaixaria nessas condições. Por outro lado, se for analisado apenas as condições referentes ao tempo, de forma isolada, pode-se definir o lazer como alguma atividade realizada no tempo de não trabalho, opondo o lazer ao trabalho, como ficaria nesse caso, o sujeito desempregado?

Assim, além de considerar de forma combinada o aspecto tempo e aspecto atitude é preciso relacionar o lazer com outras esferas da vida, por exemplo: o lazer não se opõe ao trabalho, mas se relaciona com ele; o lazer não se opõe à educação formal, mas se relaciona com ela; o lazer não se opõe à religião, mas se relaciona com ela, enfim o lazer não se opõe às obrigações, mas se relaciona com elas. Ele é uma via de mão dupla em relação às demais esferas da vida social, influencia-as e é afetado por elas.

Considerá-lo de forma isolada pode levar a equívocos tais como: acreditar que o lazer compensaria todos os problemas pessoais e sociais – “se a vida urbana é agitada, uma semana no campo compensaria os problemas do stress urbano”; ou ainda relacioná-lo de maneira pejorativa ao ócio, à vagabundagem – “lazer é coisa sem sentido, pois é um tempo de não produção”. Uma viagem, um fim de semana,

entre outros não podem ser o que dá sentido à vida, mas podem ser consideradas como possibilidade, associadas a outras esferas da vida social. Vida, que para ser cheia de sentidos em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se se:

[...] Tecida e criada por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, em que ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade de suas dimensões, em formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 2001 p.23).

O autor acima aponta a necessidade de uma atividade vital, cheia de sentido e autodeterminada, sem barreiras entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, que possibilite desenvolver uma nova sociabilidade. O lazer pensado sob estas condições supera a possibilidade de sua utilização como fonte de alienação e de consumo, supera sua visão funcionalista e sua condição de mercadoria.

O lazer, que, antes de tudo é liberação e prazer, deve envolver a satisfação das aspirações mais autênticas das pessoas, para tanto, é necessário compreender, conhecer, ter condições materiais que permitam a opção. No sentido dessa autonomia e autenticidade é importante a classificação das áreas que são abrangidas pelo lazer.

Segundo Marcellino (2006), a classificação mais aceita é a que distingue seis áreas, de acordo com o interesse:

- a) interesses artísticos – conteúdo estético e busca do encantamento, abrange todas as manifestações artísticas;
- b) interesses intelectuais – contato com o real, informações e explicações racionais, participação em cursos e leituras são os exemplos;
- c) interesses físicos – atividades onde prevalece o movimento, ou o exercício físico, incluem as práticas esportivas, a ginástica, a dança entre outros;
- d) interesses manuais – capacidade de transformar objetos, por exemplo o artesanato, e o bricolagem, e também para lidar com a natureza, como a jardinagem;
- e) interesses turísticos – busca de novas paisagens, de novas pessoas e de novos costumes, se realiza através de passeios e viagens;

f) interesses sociais – procura relacionamentos, contatos, convívio social, são exemplos os bailes, as festas, os bares, a comunidade entre outros.

Fica claro que uma atividade pode atender e congrega mais de um interesse e que seria ideal que as pessoas procurassem o lazer a partir de suas próprias aspirações, mais, que as condições materiais fossem adequadas para que todos pudessem acessar o lazer de forma igualitária, no entanto, questões socioeconômicas como as diferenças de classe, de renda, de gênero e até de etnia se tornam barreiras para um desenvolvimento mais democrático e autônomo no âmbito do lazer.

Outro aspecto que permite o entendimento do lazer pela análise das circunstâncias que o cercam, diz respeito a uma atitude ativa ou passiva perante ele, ou seja, o que seria lazer ativo? E o que seria lazer passivo? Num primeiro momento parece simples caracterizar o que seria uma atitude ativa ou uma atitude passiva, assim participar de um jogo de futebol se enquadraria no campo da atividade e assistir uma partida de futebol se aplicaria ao lazer passivo. De certa forma isso até pode ser verdadeiro, mas necessariamente não. Há que se ter cuidado para não simplificar opondo prática e consumo do lazer. Assistir seria consumir e praticar seria vivenciar.

Sendo assim, a atividade de lazer em si não é ativa nem passiva, mas a atitude do sujeito perante a atividade é que a define. Dumazedier (2000) classifica o nível de participação da pessoa envolvida, segundo o qual poder-se-ia definir o grau de atividade, tanto de práticas, como jogar o futebol, quanto de consumo como assistir a um filme. Segundo essa classificação tem-se o nível elementar, caracterizado pelo conformismo; o nível médio, onde prepondera a criticidade; e o nível superior ou inventivo, quando impera a criatividade.

Dessa classificação pode-se concluir que praticar um esporte como o futebol, no caso do nosso exemplo, poderia nessas circunstâncias ser incluído no nível elementar de atividade, o que implicaria uma atividade não crítica nem criativa, principalmente quanto aos interesses sociais, intelectuais ou artísticos. Por outro lado a mesma prática do futebol num nível médio de atividade pode levar a uma postura crítica e transformadora quanto à discriminação racial, socioeconômica e de gênero, entre outras.

De outra forma, um espectador, que aparentemente apresentaria uma postura passiva, poderia ser considerado num nível de atividade superior, desde que

apresentasse as seguintes características, segundo Dumazedier (2000), no exemplo de assistir a um filme:

- a) seletividade: o espectador não vai ao cinema apenas porque não tem o que fazer, ou ainda não escolhe o filme apenas pelo nome do autor principal, o espectador ativo, seleciona o filme de acordo com seus interesses, busca informações e escolhe seus informantes;
- b) sensibilidade: basicamente ele é sensível às imagens, aos sons, ao enredo, ao conjunto do filme, procura livrar-se dos preconceitos morais e sociais que possam prejudicar sua sensibilidade e agindo assim, o espectador gradativamente deixa de ser condicionado;
- c) compreensão: procura decifrar o filme não somente na sua linguagem, mas também com relação à história, à cena, ao sentimento e à ideia;
- d) apreciação: distancia-se da obra para apreciá-la, compará-la com outras e procura aproximá-la da realidade;
- e) explicação: toda a obra é produto de uma concepção artística, mas também de uma concepção política, expressa uma visão de homem e de sociedade. Um espectador ativo busca as explicações das forças e dos motivos que determinaram a obra. Poderá ser uma oportunidade de melhorar o gosto, estimular a compreensão, a criticidade e o conhecimento com relação a ação cultural e social;
- f) comunicação ou socialização: o espectador ativo não guarda para si essas aquisições, deverá socializar a outras pessoas, assim contribui para mudar atitudes e transformar no aspecto coletivo.

Nesse sentido o lazer com características transformadoras e como possibilidade para novas sociabilidades deve ser caracterizado por uma atitude ativa que gradativamente se eleve do nível elementar até um nível superior proporcionando a superação de uma funcionalidade condicionada e de apenas um produto de consumo.

A democratização do lazer implica na democratização dos espaços de lazer, na lógica social moderna o espaço do lazer é o espaço urbano, o processo de urbanização e industrialização é que concretizou a forma do lazer vivenciado na atualidade, e, nesse sentido, delimitou locais onde, no tempo adequado, o lazer deve ser vivenciado. Nesse sentido, os arranjos sociais do modo de produção atual, lançam cada vez mais equipamentos, muitos deles não específicos, mas que



atendem também o interesse do lazer como os shoppings, ou criam outros espaços não urbanos destinados ao público urbano, como o lazer na natureza.

Nessa lógica de atrelamento ao espaço urbano o lazer precisa ter seu lugar. Marcellino (2006), chama esse espaço de equipamento e classifica-os como equipamentos específicos e equipamentos “não-específicos” de lazer. Os equipamentos não específicos de lazer são espaços não construídos de modo particular para o lazer, mas que podem, eventualmente, ser utilizado para tanto. O lar é o principal deles, onde a maioria da população urbana desenvolve suas atividades de lazer no tempo livre. Outros equipamentos que se encaixam nessa categoria são os bares, as ruas, as escolas entre outros.

Quanto aos equipamentos específicos, espaços especialmente concebidos para as várias atividades e interesses no lazer, são subdivididos em: a) micro equipamentos – devido às dimensões e a atenderem prioritariamente um conteúdo de lazer, são exemplos um teatro, um cinema, etc.; b) equipamento médio – atendimento diversificado aos interesses do lazer, por exemplo, centro comunitário, ou cultural ou esportivo; c) macro equipamentos – equipamentos de grande porte e polivalente, grandes parques com construções variadas, equipamentos de turismo social, campings, colônia de férias, etc. (MARCELLINO, 2006).

Com relação a democratização desses espaços de lazer, é fundamental o aprofundamento da questão, pois o avanço da racionalidade econômica moderna, que aprofunda a forma de mercadoria do lazer e privatiza os espaços, permite acesso somente aqueles que tem melhores condições sócio-econômicas. De outra forma, iniciativas econômicas mais lucrativas substituem espaços destinados ao lazer, como em teatros e cinemas. As políticas públicas relacionadas ao lazer, muitas vezes, por interesses privados, são desconsideradas e destinam áreas que deveriam ser implementadas com equipamentos para o lazer para outros empreendimentos, assim o espaço para o lazer se torna privilégio de alguns.

Nesse sentido, além da luta por políticas públicas que garantam a obtenção de novos espaços de lazer democráticos e que todos tenham acesso, é preciso lutar pela manutenção dos espaços existentes e sua adequada utilização. Outra questão relevante com relação ao espaço destinado ao lazer reside no fato de não serem consideradas as características culturais e sociais locais, os espaços são construídos a partir de uma ideia universal de lazer e dessa forma o próprio espaço

orienta a universalização de atitudes, desconsiderando o tecido social que dá vida a determinada localidade.

### 2.2.1 Lazer e Modernidade

Outro debate bastante polêmico que perpassa o fenômeno do lazer se encontra na questão referente ao desenrolar histórico. O lazer é um fenômeno essencialmente moderno, ou é o desenvolvimento histórico de práticas tradicionais presentes desde os primórdios da civilização humana?

Concorda-se, nesse aspecto com Marcellino (2006), que aponta a inexistência de rejeição entre as duas correntes, elas não se excluem, mas se relacionam. Ocorre que elas decorrem de abordagens diferentes do tema: a segunda se sustenta na tese de que o lazer tem sido historicamente, uma atividade necessária ao desenvolvimento do ser humano independente da época, se o homem sempre trabalhou, sempre houve um tempo de não-trabalho e que esse tempo era ocupado por atividades que hoje denominamos lazer; a primeira esta ancorada na análise das características que essa necessidade assume na sociedade moderna, assim as características socioculturais que o fenômeno adquire na modernidade são o que o definem, inclusive o termo “lazer” para atividades ligadas ao lúdico e ao tempo livre surgiu na modernidade.

Entende-se o lazer como um fenômeno historicamente construído, resultado das necessidades históricas do homem, porém não como uma evolução linear, mas como fruto das contradições e das rupturas que historicamente a sociedade passou, assim, o lazer é uma transformação de formas lúdicas e culturais do modo de vida das sociedades tradicionais, a partir de um modo de vida moderno. Decorre de uma racionalidade específica que orienta uma organização social, onde as dimensões da vida passam a ser divididas, medidas e normatizadas.

Marcellino (1995, p. 20) apresenta no trecho destacado a seguir essa descontinuidade:

[...] 1º) Na sociedade tradicional marcadamente rural, e mesmo nos setores urbanos pré-industriais, não havia uma separação entre as várias esferas da vida do homem. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar, obedecendo ao ciclo natural do tempo. O trabalho, frequentemente interrompido para conversas, acompanhava o ritmo do

homem, e não raro era executado ao som de cantos. O mutirão constitui o mais marcante exemplo da relação produção/festa nas sociedades tradicionais. O binômio trabalho/lazer não era caracterizado e as ações se desenrolavam como na representação de uma peça teatral, com os “atores” atuando de forma integrada e linear[...] 2º) Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização acentuou a divisão social do trabalho, que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despessoalizando as relações. [...] Caracteriza-se o binômio trabalho/lazer. [...]

As transformações sociais produzidas pela modernidade alteraram significativamente o modo de vida de uma maneira sem precedentes na história da humanidade. As formas como os sujeitos brincam a vida, transmitem sua cultura, enfim, empregam seus projetos de ludicidade, são fortemente transformados a partir da revolução industrial inglesa.

Ao abordar o tema das discontinuidades da modernidade Giddens (1991), aponta a influência que teve o evolucionismo social, segundo o qual a história pode ser contada em termos de um enredo que impõe uma imagem ordenada sobre os acontecimentos humanos. Deslocar a narrativa evolucionária, ou desconstruir seu enredo ajuda a analisar a modernidade. Infere o autor que as discontinuidades que diferenciam a modernidade de qualquer ordem social precedente são identificadas principalmente por três características: o ritmo de mudança, a abrangência da mudança e a natureza intrínseca das instituições modernas, como por exemplo, a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. Assim algumas formas sociais modernas não se encontram em períodos anteriores e outras apenas apresentam uma continuidade aparente.

O lazer é uma consequência dessa característica descontinuista da modernidade, apresenta uma ligação com as formas lúdicas que o precederam, no entanto, cabe entender como, na modernidade, esse produto da relação homem/natureza foi se transformando até adquirir a forma atual de mercadoria.

O dinamismo da modernidade, bem como o alcance das instituições modernas, deriva da separação tempo-espaco, do desencaixe dos sistemas sociais e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas de conhecimento (GIDDENS, 1991). Analisar o lazer sob essas óticas permitirá entender o processo de construção do lazer e compreendê-lo como um fenômeno em constante movimento.

Marcassa (2002) aponta que a história da humanidade nos mostra que o lazer nem sempre existiu como prática social circunscrita há um tempo, espaço ou atividades que lhe conferissem qualidades próprias. Nas sociedades anteriores ao capitalismo e ao processo de industrialização não é possível observar uma fragmentação do tempo social e das atividades nele desenvolvidas. O modo de vida e a lógica cotidiana estavam articulados à dinâmica da natureza, às estações do ano, aos períodos de chuva ou de colheitas fartas, de forma que o trabalho, a diversão, o descanso, o ócio e a convivência social e familiar se misturavam e se confundiam sem provocar grandes problemas entre o trabalho e o passar do tempo.

Nas sociedades tradicionais o tempo ainda estava conectado com o espaço, a invenção do relógio mecânico e sua difusão permitiram a expressão de uma dimensão uniforme do tempo e uma quantificação do tempo, gerando a organização social do tempo, permitindo, por exemplo, a designação da jornada de trabalho. O esvaziamento do tempo é em grande parte pré-condição para o esvaziamento do espaço. Espaço vazio pode ser compreendido em termos de separação entre espaço e lugar, onde lugar é entendido como cenário físico da atividade social. Nas sociedades pré-modernas tempo e espaço coincidiam amplamente, pois as dimensões espaciais da vida social eram dominadas por atividades localizadas. O advento da modernidade separa o espaço do tempo fomentando relações entre ausentes, localmente distantes de qualquer interação face a face (GIDDENS, 1991).

Nesse sentido a organização social do tempo na modernidade, a criação da jornada de trabalho, fez surgir também o tempo de não trabalho e é justamente nessa relação tempo de trabalho/tempo livre que o lazer se estabelece. Era preciso ordenar o tempo de não trabalho, visto que a racionalidade moderna busca ordenar a sociedade. Desta forma o tempo livre foi destinado aos estudos, à religião, ao descanso e ao lazer, ficando claro o caráter funcionalista destinado ao lazer, ou seja, revigorar as forças produtivas.

Conforme aponta Marcassa (2002, p. 11):

Durante o trabalho, as atividades foram hierarquizadas em tarefas, setores, escalas e turnos de produção. Durante o tempo livre, a educação, o descanso e a diversão foram bem definidos e delineados, tendo em vista a necessária reposição e preparação da força de trabalho para o retorno à produção. Dessa forma, parece que o tempo livre – como um tempo oposto ao trabalho – é decorrente das transformações pelas quais passou as sociedades modernas e que o lazer é um fenômeno que só pode ser

compreendido quando situado – no âmbito do tempo livre – como expressão desse mesmo movimento.

As formas lúdicas tradicionais se organizavam a partir do local, das relações sociais localizadas, a cultura era transmitida, construída e reconstruída pela presença, pelo contato entre os sujeitos. O espaço era a própria comunidade onde a vida, em todas as suas dimensões, se realizava, a produção e a reprodução da vida social e cultural se dava na relação direta com o ambiente. O dinamismo da modernidade através da reordenação tempo e espaço permite o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação. Gradativamente começam a surgir o espaço para o trabalho, o espaço para morar e o espaço para o lazer, e isso necessariamente não precisa ter nenhuma ligação cultural, o lugar não é mais a expressão de todas as dimensões da vida.

O lazer apresenta então um estatuto próprio com um tempo específico em contraposição ao tempo de trabalho, com espaços determinados, separados dos locais de trabalho e moradia, como fenômeno moderno adquire funções específicas. Se nas sociedades pré-modernas a ludicidade, a brincadeira, o jogo, as festas estavam atrelados a produção e reprodução social e cultural relativos a determinado lugar, na modernidade o lazer ganha uma função no sentido de ordenar o tempo livre e adequar os comportamentos para aceitar e prover o aumento da produtividade.

As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global, afetando rotineiramente a vida das pessoas, as atividades sociais antes encaixadas nas particularidades dos contextos de presença, agora são afetadas pelos mecanismos de desencaixe e se abrem para múltiplas possibilidades de mudanças liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais (GIDDENS, 1991). Como exemplo do mecanismo de desencaixe pode-se citar os meios de comunicação (rádio, TV, internet), como propagadores de uma cultura, ou, no caso de uma forma de lazer universal sobre formas locais. Outro exemplo são os peritos, ou especialistas, que através da reflexão sobre a sociedade e a produção de conhecimento, orientam e reorientam sobre verdades, tecnologias e metodologias para o lazer.

Dessa forma fica claro que existe uma relação entre as formas lúdicas pré-modernas e o lazer, no entanto, a sociabilidade moderna as distancia

gradativamente, a produção de conhecimento que envolve a temática transforma o lazer contemporâneo em algo essencialmente diferente do lúdico tradicional. Assim é importante entender como a produção de conhecimento orientou, reorientou e foi orientada, nesse constante movimento de construção do lazer e de produção de conhecimento sobre ele.

Segundo Leff (2002, p. 121):

Uma racionalidade social define-se como o sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Estas regras e estruturas orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, por meios socialmente construídos, refletindo-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção.

No cenário internacional, os primeiros estudos voltados à problemática do lazer datam das décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos e na França, igualmente orientados para o ajustamento dos trabalhadores ao uso moral e utilitário do tempo livre. Mas é no pós-2ª guerra, a partir da década de 1950, que a chamada sociologia do lazer toma corpo, com pesquisas sobre o assunto alastrando-se por outros países e estabelecendo interface com outros temas (MASCARENHAS, 2005).

Requixa (1977) aponta que no Brasil, o marco inicial histórico dos estudos sobre o lazer se dá a partir do “Seminário sobre Lazer” organizado pelo SESC e pela Secretaria de bem-estar do Município de São Paulo em 1969. Ressalta que isso não significa a ausência de estudos anteriores sobre o lazer, indicando, por exemplo, uma tese de Oswald de Andrade, que antevê o predomínio do “homo ludens” sobre o “homo faber” e principalmente a obra do professor Acácio Ferreira intitulada “Lazer Operário” de 1959, como o primeiro trabalho exclusivamente dedicado à temática do lazer. No entanto, é a partir do seminário que a consciência social percebe a importância do lazer.

Consciência social marcada por uma racionalidade instrumental moderna, pautada numa moralidade do trabalho, que percebe a importância no lazer a partir da funcionalidade apresentada. Os próprios estudos apresentados no seminário de lazer, segundo Requixa (1977, p. 95) demonstravam “[...] a preocupação dos estudiosos do problema em procurar insistir na funcionalidade do lazer [...]”. O autor

justifica essa preocupação pelo fato destes intentarem fixar outro caráter ao lazer, para além da inutilidade e futilidade que o caracterizavam a época.

É certo que antes mesmo que o lazer se tornasse objeto de explicação e interpretação científica, ele já existia para as pessoas. Contudo, o que se intentava agora era difundir uma teoria do lazer que reorientasse os saberes inerentes a tal fenômeno a partir das experiências realizadas, analisando seus limites, possibilidades, falhas e êxitos, tudo em nome do bem-estar social, do desenvolvimento, do progresso, da integração e da produtividade. (MASCARENHAS, 2005 p. 6)

Nesse contexto histórico, que podemos situar na década de 1970, o que se percebe é uma teoria do lazer, amparada numa lógica formal que pretende definir uma verdade sobre o lazer. E esta verdade ancorava-se justamente numa racionalidade instrumental, que esperava das práticas de lazer algo não apenas lúdico e divertido, mas algo disciplinador e compensatório contribuindo para a produção e reprodução da força de trabalho. Sobre essa teoria do lazer, Mascarenhas (2005 p. 7) afirma que “tinha por base a crítica e a oposição a todo e qualquer tipo de lazer que expressasse hábitos e modos de vida dissonantes daqueles que não fossem a obediência e o rendimento.”

No entanto, a teoria do lazer que se propunha hegemônica, que se apoiava na lógica formal e tentava impor-se como única verdade, como representante de um modo de vida, não era homogênea, no sentido de definir o lazer. No espaço da contradição corriam outras concepções de lazer. Instaurou-se, assim, uma compreensão que atravessou décadas, chegando até mesmo na década de 1990, sempre distinguindo, classificando e prescrevendo o lazer mais adequado, melhor e verdadeiro. Nesse sentido Marcellino (1990) destaca duas grandes linhas entre os autores que se dedicaram ao estudo do lazer. Uma que enfatizava o aspecto atitude, considerando o lazer como um estilo de vida independente de um tempo determinado, e a que privilegiava o aspecto tempo, situando-o como liberado do trabalho ou de outras obrigações.

Lembramos que neste período histórico, em países de capitalismo avançado, o processo de modernização já estava em crise e apresentava, a partir de uma racionalidade social, uma reconfiguração de suas estruturas e sua organização social que refletia no modo de produção e reprodução social, definido por alguns autores como pós-industrialização, outros como pós-modernidade, já Giddens (1991) define como a intensificação das consequências da modernidade.

No Brasil, no entanto, o processo de modernização e de expansão industrial ainda estava, nesse período, em desenvolvimento. Nesse contexto o lazer e as produções científicas no campo, tanto na perspectiva subjetiva de atitude, quanto no aspecto objetivo relacionado ao tempo, se estabelece na relação com o trabalho no sentido moderno da palavra, alienado, mecânico, fragmentado e especializado.

Marcellino (1990) reforça essa perspectiva quando aponta autores que se referem ao lazer com um caráter essencial para a tranquilidade, a ordem e a segurança social, ou outros autores que enfatizam a função compensatória das atividades de lazer, ou aqueles que o apresentam com a função de recuperação da força de trabalho. Ele inaugura uma nova vertente nas produções teóricas, no sentido de criticar as visões funcionalistas do lazer, tanto no caráter moral, quanto no caráter utilitarista, colocando as discussões num outro patamar.

No entanto, a respeito dessa nova fase inaugurada por Marcellino, pautada na crítica ao caráter funcionalista do lazer, Mascarenhas (2005 p. 14) afirma que:

É certo que o pensamento de Marcellino (1983, 1987, 1997) exerceu enorme influência no campo, trazendo importantes contribuições para a constituição de um olhar mais crítico em relação aos estudos do lazer. Entretanto, o que se argumenta é que justamente aquilo que sua obra apresenta de descontinuidade e ruptura com o funcionalismo da sociologia empírica, acaba por ter o seu poder explicativo enfraquecido ao passo que, a partir da década de 1990, assistimos uma refuncionalização do lazer dada por sua subsunção à forma mercadoria.

O lazer que surgiu com um produto social e cultural relacionado a formas lúdicas locais, atinge nesse momento histórico a forma de mercadoria. Fruto da intensificação da modernidade, dos mecanismos de desencaixe e da submissão de tudo isso a uma racionalidade capitalista. Que segundo Leff (2002 p. 128) “tem estado associada a uma racionalidade científica que incrementa a capacidade de controle social sobre a realidade, e a uma racionalidade tecnológica que assegura uma eficácia crescente entre meios e fins.”

Seu antigo valor e utilidade sociais, propugnados como verdade e enormemente difundidos nas décadas anteriores como força auxiliar para a produção e reprodução da força de trabalho, passam a se subordinar aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer. Além de ressignificar ou até mesmo implodir com a “verdade” e o mundo do lazer anteriormente edificados, tal indústria resgata e confere nova vida às concepções



subjetivistas, uma vez que a afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado se misturam ao enaltecimento e estandardização de práticas de lazer cada vez mais individualistas e hedonistas, diante do objetivo primeiro da troca e do lucro, pouco importando seu valor moral e utilitário. (MASCARENHAS, 2005)

Diante disso, entende-se que o lazer apresenta uma relação com as formas lúdicas pré-modernas, porém diferenciou-se gradativamente dessas formas. Como um fenômeno moderno, apresentou uma funcionalidade social relativa à sociedade em questão, servindo a um projeto de ocupação do tempo livre voltado para a produção e reprodução da força de trabalho. Quando essa sociedade entra em crise, e se reconfigura, a partir de uma racionalidade capitalista, apoiada numa racionalidade científica e tecnológica, o lazer assume outra funcionalidade, se transforma em mercadoria e como tal serve ao ideal do lucro. Da produção e reprodução da mão de obra, o lazer passa a operar na produção e reprodução do capital.

Para essa racionalidade social o lazer não apresenta contradição, pois ele é uma verdade acabada, é uma mercadoria e como tal analisada, instrumentalizada, produzida e reproduzida para a comercialização.

Conforme aponta Marcassa (2002, p. 193):

Portanto, o lazer é uma instituição, hegemonicamente definida e configurada pelas normas e valores da racionalidade produtiva, fazendo-se presente por meio das políticas públicas, e hoje sobretudo das privadas, bem como da indústria cultural, como tempo/espaço profícuo para o consumo de mercadorias e bens culturais estimulados pelos meios de comunicação articulados à produção e reprodução do capital e de sua lógica excludente e desigual.

Nesse sentido, esse é o ponto de partida da crítica e da transformação, é preciso entender o lazer como movimento, como um vir a ser e não como um fenômeno acabado. Para isso faz-se necessário entender o lazer para além da racionalidade capitalista. O acesso ao lazer como um direito social básico, ao lado do trabalho, da educação, da saúde, etc; conceituado por Mascarenhas (2000, p. 17), “ [...] como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. [...] entendido também como tempo e espaço para a prática da cidadania e liberdade.”

As externalidades da racionalidade capitalista (superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho, degradação ambiental, deterioração da qualidade de vida) de problemas marginais (embora funcionais) para o sistema econômico foram adquirindo em seu processo acumulativo e expansivo do capital um caráter crítico para seu crescimento. (LEFF, 2002 p. 128). 19

O conhecimento de uma sociedade e dos fenômenos que a compõem começa pela análise do seu modo de produção, assim a definição e as características do lazer apresentadas são construídas relacionadas ao modo de produção capitalista, pautados na industrialização e na urbanização. Dessa forma, se impõe olhar o fenômeno do lazer e seu determinante rural para além da racionalidade capitalista, caso contrário estar-se-á adaptando o rural ao modelo produtivista que já se encontra em crise.

### 2.3 POR UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL PARA O LAZER NO RURAL

O lazer é um fenômeno que assume as características da sociabilidade moderna, que se intensifica com o aprofundamento do processo de industrialização e de urbanização e a necessidade moderna da sociedade industrial de produção e reprodução da força de trabalho. Historicamente, não houve preocupação para com o modo de vida rural, visto que esse estaria em declínio, era, portanto, um problema urbano. De que forma então essa preocupação das cidades modernas afetaria o rural ao ponto inclusive de ter se anexado ao lazer o determinante rural. E mais, por que se propor uma reflexão para além de suas características urbanas e modernas?

O lazer passa a relacionar-se e a ser adjetivado pelo rural a partir do momento em que as teses do desaparecimento do rural em função de uma expansão do modelo produtivista urbano/industrial não se confirmaram totalmente. As estratégias produtivistas que sustentaram a modernização da agricultura, apesar de intentar a transformação do rural num lugar somente de produção de recursos primários e geração de divisas, não foram homogêneas e em muitos locais o campo ainda permanece como um lugar para viver para produzir e reproduzir a cultura.

Souza et al. (2010) apontam um processo que chamam de “publicização” do rural, onde constata-se mudanças no olhar da sociedade sobre o agrícola e o rural, este torna-se objeto de atenção e interesse coletivo ou público, conferindo-lhe status de espaço público. A visão de desenvolvimento sustentável exerce influência no

reconhecimento de novas funções da agricultura, das funções clássicas (produção de alimentos, divisas, etc.) relacionadas à dimensão econômica, o rural passa a ser visto como cumpridor de múltiplas funções, produtivas, mas também de preservação, sociais e culturais. Assim, o lazer, principalmente na área de interesse turística e físico esportiva, se associa ao rural, pois envolvem um estilo ou modo de vida diferente em relação ao urbano, a paisagem é mais bonita, é mais tranquilo, entre outros.

A eminência da sociedade de risco, conceito que designa uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem a escapar cada vez mais do controle, numa fase em que os perigos começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos como privados (BECK, 1997). Esses conduzem a olhar para o rural como um ponto de refugio, onde os efeitos da modernização podem ser amenizados.

Dessa forma o rural passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo de residência, a sociedade fundada no ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros urbanos. Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo, o ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos purificadores do corpo e do espírito, poluídos pela sociedade industrial. (CARNEIRO, 1998).

O reconhecimento do rural como um espaço que supera sua ligação singular com a produção primária (agricultura, pecuária) e que assume múltiplas funções e dimensões, na lógica da resignificação do rural, abre espaço para o alargamento das possibilidades no campo do lazer. A área que compõe o interesse turístico, por representar uma possibilidade concreta de ganho econômico, surge com um apelo muito forte. No entanto, outras áreas de interesse como o físico, que envolve as práticas esportivas, como o interesse social, bailes e festas e o interesse intelectual, como aspectos históricos e culturais ganham um espaço muito grande nesse novo rural.

O turismo rural tem se constituído numa importante alternativa para localidades e territórios, principalmente como alternativa de diversificação econômica, em muitos casos se tornando na principal fonte de receitas e em outros casos contribuindo de maneira significativa nas estratégias de diversificação de

atividades no rural. Nesse sentido, cabe esclarecer as possibilidades de turismo rural.

Dinis (2011) aponta que o turismo rural inclui a cultura como parte integrante do produto e caracteriza-se por um contato personalizado, integração no ambiente físico e humano e a participação na forma de vida da comunidade. Diferenciando-o de turismo em áreas rurais que corresponde a todo o turismo que tem lugar em áreas rurais, uma definição meramente geográfica. Pode-se por aproximação utilizar essa classificação para o lazer. O autor indica ainda a frequente associação de turismo rural ao eco-turismo – modalidade que apela à consciência ecológica dos indivíduos em consequência à preservação da natureza; e também ao agro-turismo – modalidade associada aos modos de vida da comunidade e dos agricultores.

Ribeiro & Barros (2007, p.29) subdividem o turismo ecológico em quatro grandes categorias:

- 1) “turismo tipo Cancún”, que apresenta uma complexa infra-estrutura de transportes, comunicação e serviços na região visitada, “região-alvo”, e em diversos pontos de saída, “de captação”, dispersos no mundo; consiste em empreendimentos de capitalismo transnacional apoiados por uma retórica de respeito ao meio ambiente e à cultura locais;
- 2) “turismo tipo institucional-ambiental”, em que o visitante de uma unidade de conservação é admitido e frequentemente guiado dentro de um território delimitado, devendo seguir regras preestabelecidas para usufruir daquela área diferenciada;
- 3) “turismo tipo aventura de luxo pseudocientífico-humanista”, em que o turista – em transporte rápido, seguro e confortável, guiado por personalidades ou autoridades ambientalistas – visitam a mãe-natureza e o bom selvagem.
- 4) “turismo tipo aventura desportista de grupo” (trekking, canoagem, alpinismo, espeleologia), que inclui modalidades alternativas de baixo investimento de capital fixo, mas de alto retorno; apoiado em ideologias ambientalistas e/ou místico-religiosas.

Com relação ao turismo rural, pode-se distinguir diferentes tipos, de acordo com as características do destino. Dinis (2011), embasada na Comissão Europeia, aponta os seguintes: a) destinos tradicionais e populares perto de áreas urbanas; b) áreas tradicionais de férias, com uma quantidade significativa de visitantes e acomodações e infraestrutura; c) áreas protegidas que procuram integrar o turismo, o ambiente e a economia local; d) áreas rurais caracterizadas por pequenas aldeias e lugares históricos e uma rica herança cultural e histórica; e) áreas rurais remotas com apelo pela vida selvagem e pelo agreste/inóspito; f) áreas de grande pendor agrícola, cujas quintas fornecem muito do apelo para o visitante; g) áreas perto do

mar, que procuram desenvolver o turismo nas localidades mais interiores; localização em montanhas ou florestas.

Numa primeira análise, a possibilidade de lazer no rural, nos mais variados interesses, remete a condição de oferecer lazer às pessoas de fora da comunidade, porém, analisar o lazer no rural, principalmente quando entendido como prática da cidadania e da liberdade, remete também a analisar as condições de lazer para os próprios integrantes da comunidade. Nesse sentido, alguns questionamentos podem ser feitos: existem possibilidades de lazer na comunidade (espaço, atividades)? As atividades propostas mantêm uma relação sociocultural, ambiental e de relação com a natureza do território? A alternativa ao lazer é a cidade? Qual a relação entre trabalho e lazer?

Nessa perspectiva, tanto o lazer na sua forma mais ampla, como o turismo, como uma especificidade deste, superam a lógica da racionalidade produtiva moderna, pois ao atenderem a valores e a dimensões para além da lucratividade exclusiva, proporcionam a valorização da história, da cultura, da tradição, dos aspectos sociais locais, promovem a preservação da natureza, sem abrir mão da possibilidade de produção econômica. A lógica que busca no rural apenas uma mercadoria escassa, ou inexistente no meio urbano é superada. Ou seja, não é possível pensar o lazer limitado a: se o ar é poluído, adquire-se ar puro através de uma estada próxima à natureza; se o stress não permite que você trabalhe eficientemente, busque o lazer no campo e recarregue as suas baterias; se a sua saúde foi afetada por uma alimentação inadequada baseada em produtos industrializados, consuma produtos orgânicos.

No entanto, a racionalidade capitalista tende a reduzir o lazer à atividades produtivas, mercantilizadas que visam o desenvolvimento econômico, desconsiderando que para além disso, o lazer pode contribuir na manutenção do tecido social, na preservação dos recursos naturais e como expressão da cultura de um povo, que além de ser organizado por uma racionalidade, ele contribui na organização e na construção de uma outra racionalidade. Nesse sentido propõe-se que o lazer seja pensado para além da racionalidade capitalista para pensá-lo pelo que Leff (2002) chama de racionalidade ambiental.

Sobre a racionalidade ambiental pedimos licença para transcrever diretamente o autor, pois não há maneira melhor de acesso à compreensão do fenômeno:

[...] a problemática ambiental questiona muito mais a fundo a racionalidade da civilização moderna. A sociedade capitalista gerou um crescente processo de racionalização formal e instrumental que moldou todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. A questão ambiental não só propõe a necessidade de introduzir reformas no estado, de incorporar normas ao comportamento econômico, de legitimar novos valores éticos e procedimentos legais e de produzir técnicas para controlar os efeitos poluidores e dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital; a problemática ambiental questiona os benefícios e as possibilidades de manter uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos, que induziram um processo global de degradação socioambiental, socavando as bases de sustentabilidade do processo econômico e minando os princípios de equidade social e dignidade humana. Num sentido propositivo, a questão ambiental abre assim novas perspectivas para o desenvolvimento, descobrindo novos potenciais ecológicos, tecnológicos e sociais, e propondo a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimento da sociedade, para construir uma racionalidade produtiva alternativa. (LEFF, 2002 p. 124-25).

Embora nos remeta à transformação de conteúdos e orientações teóricas, esses saberes se orientam a um fim prático, para resolução de problemas concretos e implementação de políticas alternativas de desenvolvimento; isso conduz à construção de uma racionalidade ambiental, que funciona legitimando ações e estabelecendo critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais, orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para fins do desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro. (LEFF, 2002).

Pensar um lazer legitimado por uma racionalidade ambiental não significa apontar para um lazer pós-moderno, ou neo-moderno, implica considerá-lo como um fenômeno que assume as características da modernidade, portanto, expressa suas contradições, e busca uma racionalidade que represente a superação dessas contradições. Nesse sentido ele é compreendido em sua complexidade, como movimento, como possibilidade, aberto à mudança, como um saber e um fazer transpassado pelo social, pelo político e pelo cultural, em que os valores e os interesses se relacionam com o conhecimento.

Diante da realidade complexa e como um fenômeno complexo, o lazer pode ser entendido como algo em movimento, não como algo pronto, acabado, mas também não pode ser entendido num movimento linear, com uma ideia evolucionista

que levaria a um lazer idealizado. Da mesma forma a sociedade contemporânea e sua racionalidade social também se encontram nesse constante movimento; portanto, nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que ele é legitimado e construído pela racionalidade ambiental, também se torna um elemento na construção dessa racionalidade.

Segundo Leff (2002) a racionalidade ambiental constrói-se mediante a articulação de quatro níveis de racionalidade: uma racionalidade substantiva, referente aos valores que normatizam ações e orientam processos no sentido de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente equitativo, culturalmente diverso e politicamente democrático; uma racionalidade teórica, que constrói os conceitos que articulam os valores aos processos materiais que dão suporte a uma racionalidade produtiva; uma racionalidade técnica ou instrumental, que produz os vínculos funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável; uma racionalidade cultural, entendida como um sistema de significações que produzem a identidade e a integridade internas de diversas formações culturais, que dão coerência a suas práticas sociais e produtivas.

O determinante rural para o lazer aqui analisado passa ser entendido não apenas como o espaço onde atividades produtivas são realizadas, ele passa a ser compreendido como lugar, onde a riqueza natural, valores, saberes e culturas são socializados com o interesse de produção da vida e reprodução de sujeitos. Por outro lado, o lazer para o rural não é visto apenas como uma mercadoria para uma estratégia pluriativa de renda e reprodução social, ele passa a ser entendido como um fim, mas também como um meio de comunicabilidade, que permita a manutenção de um tecido social, a preservação dos recursos ambientais e a formação humana.

## 2.4 A RECONSTRUÇÃO DO RURAL E OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

A ideia de reconstrução remete à reflexão e análise sobre a agricultura estabelecida e construída historicamente e, justamente por ser histórica, é passível de ressignificação e de transformação. Ferreira e Zanoni (1998) apontam que a reflexão sobre outras formas de agricultura se contrapõe a existência de uma forma

hegemônica de agricultura, da mesma forma que indica a possibilidade de se consolidarem outras formas de agricultura.

Um meio rural dinâmico pressupõe a existência de diversidade, de formas variadas de produzir e reproduzir o modo de vida. Uma população que faça dele um espaço de relações sociais, que envolva trabalho, lazer, convivência, onde seja possível expressar a sua cultura e que defina uma identidade. Segundo Wanderley (2001) a perda de vitalidade do espaço rural surge justamente com a ampliação dos espaços socialmente vazios, que no Brasil está diretamente ligado ao modelo latifúndio/grande empresa.

Modelo que, no Brasil, apresenta suas origens no processo de colonização, quando os primeiros mecanismos de acesso a terra resguardavam o interesse político e das classes sociais mais abastadas. Segundo Graziano Silva (1981) é a sesmaria que vai marcar a evolução da propriedade da terra da forma pública para a forma particular.

De uma maneira geral, o vínculo político e não o interesse produtivo funcionava como credencial para a conquista da terra, pois quem se candidatava às sesmarias via a terra como uma forma de demonstrar poder político, tendo, em poucos casos o interesse na exploração econômica da área, somado ao fato das distribuições de terra beneficiar determinada classe social, em detrimento de camadas menos privilegiadas social e economicamente, configura desde o início da colonização um modelo identificado com a propriedade improdutiva e a restrição do acesso à terra (SERRA, 2010).

Nessa perspectiva a constituição do rural no Brasil foi fruto da contraposição constante de forças antagônicas, mas não equilibradas. De um lado uma camada da população privilegiada social e economicamente, detentora de grandes extensões de terra, muitas vezes improdutivas, unidas a interesses políticos e, portanto, muito poderosas; e de outro lado camadas menos privilegiadas, formadas por indígenas, caboclos, posseiros e colonizadores que resistem e lutam para conquistar o direito de possuir ou de manter-se na terra e dela extrair os meios de produção e reprodução do seu modo de vida.

Gehlen (1998) constata cinco concepções resultantes e geradoras de relações que definem formas sociais do uso da terra que foram construídas historicamente, dessas, devido ao objetivo do trabalho, vamos nos referir a três, que passamos a descrever a seguir.



A primeira concepção considera a terra como fonte de poder e a usa como meio especulativo o que historicamente possibilitou a emergência do latifundiário e a constituição da oligarquia agrária. Atualmente a classe que representa essa concepção mostra sua continuidade através da defesa de privilégios, de um domínio ideológico conservador e agressivo, da defesa da propriedade da terra contra ações da reforma agrária.

A segunda concepção considera a terra fonte ou meio de geração de riqueza para acumulação, combina intensidade tecnológica, apropriação de trabalho alheio e especulação sobre preços dos produtos-mercadorias e da terra-mercadoria, emergem dessa noção três tipos sociais: a burguesia agrícola, proprietária de grandes áreas, monocultura ou duas ou três culturas de cereais, alia-se com oligarquias tradicionais, empresários financeiros e políticos conservadores, posicionando-se contra a reforma agrária; o granjeiro, possuidor de áreas médias, emergiu da modernização, tem acesso à tecnologia e busca produtividade; o “colono forte” tem o seu trabalho predominantemente familiar, mas já conta com participação decisiva de assalariados.

A terceira concepção considera a terra um espaço e lugar de trabalho, necessária para a produção e reprodução familiar e da vida, sendo a parte central do patrimônio familiar, a terra é condição de afirmação da identidade e de realização de cidadania. Esses agricultores familiares sofrem mais agudamente as transformações pelas quais passa a sociedade.

O processo de modernização da agricultura produziu significativas alterações no rural, no Brasil esse processo ganha força a partir dos anos 1970. Ele altera não somente o modo de produzir, mas o modo de vida no campo. Apesar de intenso o processo atinge de forma diferente os agricultores gerando consequências sociais, ambientais e econômicas. Esse modelo acaba por excluir uma grande parcela da população rural, concentrando renda e propriedade.

Dessa forma a agricultura familiar foi a que mais sofreu com as consequências dessas transformações sociais porque passou o rural, uma pequena parcela ascendeu à condição de colono, uma grande parte perdeu parcial ou totalmente a terra e ao mesmo tempo sua identidade social, tendo que buscar sua sobrevivência nas cidades. Outra parcela permaneceu no campo, e busca constantemente criar e participar de novas formas de organização da produção e reprodução social, com estratégias de resistência e recriação da vida no meio rural.

A agricultura convencional seja ela atrelada a concepção que considera a terra como meio de poder e a utiliza como meio especulativo, ou esteja ela ligada a concepção que considera a terra fonte ou meio de geração de riqueza para acumulação, já mostrou seus significados sociais, políticos e econômicos. O desenvolvimento da agricultura e do rural ao priorizar formas sociais de produção e reprodução não hegemônicas, traz o desafio de construção de novos espaços de vida e de trabalho para a população brasileira e de acesso a condições mínimas de exercício de cidadania (FERREIRA E ZANONI, 1998).

Nesse sentido, agricultores, movimentos rurais e a comunidade científica apresentaram reações aos efeitos e as consequências da modernização da agricultura. Os princípios que norteiam o processo passaram a ser questionados e surgiram ações e proposições que se contrapõem à hegemonia modernizadora.

Nesse contexto, agricultores que permaneceram na terra, ou muitos que foram excluídos dela, começaram a organizar os movimentos sociais para lutar, inicialmente pelo direito a terra e posteriormente vão se somando a essa luta, as reivindicações por melhores condições de produção e comercialização.

Ressalta-se a criação de assentamentos rurais que passam a povoar áreas pouco habitadas, tornar produtivas áreas improdutivas e impactar as localidades onde se implantam. Esses movimentos resgatam a ideia de viver no rural, da volta à terra e dessa forma tornam clara e legítima a contestação ao modelo de modernização, como única alternativa ao agrário e ao rural (FERREIRA E ZANONI, 1998).

Ao mesmo tempo esses assentamentos apoiados nos movimentos sociais somados a outros segmentos da agricultura familiar indicam a possibilidade histórica de serem consolidadas outras formas de agricultura que se contraponham ao modelo do latifúndio e da grande propriedade. Não se trata aqui de propor a substituição de modelos, mas sim de ampliar as possibilidades de se produzir e de viver no campo.

Nesse sentido, segundo Wanderley, (2001, p. 40): “A disseminação de assentamentos, na medida em que estes se tornam uma “sementeira” de agricultores familiares, permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento, que existem na agricultura familiar, até então desperdiçadas.”

A construção de outra agricultura, ou melhor, a reconstrução da agricultura, em contraposição ao modelo hegemônico deve valorizar e criar condições de vida

para os segmentos não capitalizados da agricultura familiar, incluindo aí os assentamentos da reforma agrária, sejam eles organizados em forma de produção familiar ou coletivizados.

A diversidade de situações sociais em que se encontram os agricultores, a partir da sua forma de inserção nesse duplo processo de modernização/exclusão, também foi acompanhada por uma forte transformação do meio ambiente, tanto pelo impacto do modelo tecnológico que lhe é subjacente sobre os recursos naturais como no sentido social de ambiente: o modelo de modernização parcial e exclusão social corrobora para reproduzir e ampliar as carências de serviços fundamentais no espaço rural brasileiro, ao esvaziar relativamente o campo e manter bloqueadas as possibilidades de desenvolvimento de segmentos importantes da agricultura familiar, com todas as consequências disso para as configurações do rural e das pequenas cidades (FERREIRA E ZANONI, 1998 p. 20).

Nesse sentido a pluralidade do rural deve ser considerada, a hegemonia do modelo pautado na modernização da agricultura pode ser contraposto por um rural que é identidade social, que é vida, para além de simplesmente espaço de produção de monoculturas. Em realidades diferentes da brasileira, a valorização da diversidade na agricultura foi resultado de um processo de crise do modelo produtivista, além de uma preocupação com os impactos ambientais da agricultura convencional. No Brasil, o processo de modernização da agricultura ainda está em expansão, assim, é possível a partir da experiência de outros países alterar em alguns aspectos esse processo. Construir um novo rural não é substituir um modelo hegemônico por outro, mas sim valorizar o rural em todas as suas dimensões, entendê-lo como plural e não considerar inexpressivas formas que não apareçam numa macroanálise econômica e política.

O que se percebe na realidade europeia, mas especificamente na francesa é um debate entre duas concepções de agricultura, uma visão econômica baseada nas leis de mercado, mesmo que isso significasse redução do número de agricultores; e no outro polo uma visão socioambiental que defende a ideia de que a agricultura não se esgota na produção de mercadorias, ou seja, a agricultura é uma atividade com múltiplas funções. Decorre dessa segunda visão segundo Wanderley (2003), [...] “a redefinição da atividade agrícola e, por conseguinte, da própria profissão de agricultor, incluída na legislação francesa [...]”.

Segundo Wanderley (2003) com a crise do modelo produtivista de modernização agrícola, que gerou efeitos altamente negativos, como a superprodução, o esvaziamento dos espaços sociais e o profundo desgaste dos recursos naturais, diante da necessidade de repensar o processo de modernização levado ao campo, o resultado foi a construção de um campo que, alicerçado em profundo rigor teórico, como o referente à multifuncionalidade da agricultura, pode favorecer a adoção de políticas originais e inovadoras.

## 2.5 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

### 2.5.1 Origens Europeias e Brasil

O modelo produtivista tinha como base teórica a Economia Neoclássica, que justificava a adoção de novas tecnologias pela necessidade de uma combinação mais eficiente dos fatores de produção. Este suporte teórico em sintonia com a visão de desenvolvimento-crescimento-industrialização se configurou em condições adequadas para a implantação do processo de modernização agrícola. Na época, além do aspecto produtivo, as questões do rural também se referiam às desigualdades sociais e ao acesso a terra. Atualmente, além destes, os embates giram em torno das novas funções da agricultura e do rural, apontando o desejo por um desenvolvimento mais sustentável. Nesse sentido a questão rural tenta reatar os laços entre sociedade e natureza, integrar homem e ambiente, buscando produção, mas também reprodução econômica e social aos agricultores e a conservação do ambiente. (SOUZA et. al. 2010)

O conceito de multifuncionalidade nasceu no Brasil, da Declaração do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento). A partir da conferência Eco 92, a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público ou geral de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis e associadas à atividade agropecuária. (SABOURIN, 2008).

Durante três décadas, desde 1962, a União Europeia fomentou o desenvolvimento agrícola através de uma política de sustentação de preços, a Política Agrícola Comum (PAC), que impulsionou a modernização da agricultura

européia, trazendo um incremento na produtividade, mas também potencializou a degradação dos recursos naturais, a segregação de um grande contingente de agricultores, entre outros. Com o objetivo de contornar estes impactos socioambientais, uma mudança na maneira de auxiliar a agricultura foi adotada pela UE a partir da Reforma MacSharry, em 1992: a política de preços subsidiados deu lugar ao sistema de ajudas diretas aos agricultores, fornecidas na medida em que estes se comprometiam a seguir uma série de requisitos relacionados com a proteção do ambiente e da paisagem (CAZELLA; ROUX, 1999).

Percebe-se aqui, o poder de orientar políticas que a noção de multifuncionalidade da agricultura pode desempenhar, mesmo que, segundo Abramovay (2002) seja uma lenta construção, com aspectos contraditórios, onde o entusiasmo com que a literatura científica, as organizações profissionais e as agências públicas falam do desenvolvimento rural e das novas funções que crescem no campo e de suas repercussões positivas não é o mesmo entusiasmo que se realiza na prática, no sentido que, apesar da política ter se alterado a maior parte dos incentivos continuam dando suporte a uma minoria produtivista. O que em teoria funcionaria como uma forma de compensação aos agricultores engajados ecologicamente, na prática continuou mantendo os subsídios agrícolas aos agricultores mais produtivos.

Cazella e Roux (1999) trazem dados que corroboram com esta afirmação. Segundo eles, a análise do repasse dos recursos públicos franceses destinados aos agricultores, para que adotassem medidas de preservação ambiental, tal como a extensificação da atividade, ou para permanecerem nas regiões naturalmente desfavorecidas (montanha), mostra que somente cerca de 6% do montante líquido total são gastos com esta finalidade. Por outro lado, prosseguem os autores, a demanda social dos produtos agrícolas de qualidade, por uma agricultura menos poluente e pela valorização dos diferentes tipos de territórios tem se demonstrado, capaz de influenciar os rumos do desenvolvimento agrícola e rural nesses últimos anos.

A noção de multifuncionalidade da agricultura permite rever os termos em que a agricultura é inserida na problemática do desenvolvimento sustentável e também oferece uma base de análise para repensar políticas públicas referente aos agricultores. Lançada ao debate público no âmbito da União Europeia é na França a discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura provoca um maior impacto,

servindo de base para a adoção de políticas públicas de grande repercussão social. (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Como exemplo dessas políticas inspiradas na multifuncionalidade, surge na França os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTEs), que segundo Abramovay (2002), foram a primeira materialização da multifuncionalidade, porque envolviam um contrato entre agricultores e o Estado, pelo qual o apoio do estado ao setor agrícola baseia-se em funções que ultrapassavam a esfera puramente produtiva como a preservação da paisagem, do patrimônio natural e do próprio tecido social. Havia um relativo esgotamento do modelo de intervenção de caráter setorial e unificada e sua substituição por uma intervenção territorial, com o fortalecimento de organizações locais para a gestão de bens públicos localizados.

A constatação era de que o rural ao ampliar as suas dimensões incorporava atores que anteriormente não faziam parte do meio. Além dos que buscam residência, também os que desenvolvem atividades de lazer, que vão desde caminhadas, passeios de bicicleta, atividades esportivas diversas, até atividades turísticas. Para Abramovay (2002), o que se torna evidente é que o espaço rural é composto por um conjunto variado de bens públicos aos quais estão ligados a valores que vão muito além da produção de alimentos, fibras ou energia e é exatamente isso que imprime interesse à discussão europeia e que dá à multifuncionalidade um caráter que extrapola a simples manobra protecionista.

Laurent, (2000) citada por Alles (2005, p. 26-27), destaca três correntes principais de visões sobre a multifuncionalidade da agricultura e do rural: a primeira aponta o debate sobre a multifuncionalidade como puramente retórico, visando manter práticas políticas conservadoras sob outra roupagem, especificamente, na lógica europeia a noção de multifuncionalidade se tornaria um disfarce para a manutenção dos subsídios; a segunda visão considera a multifuncionalidade uma nova estratégia econômica para a agricultura, mercantilizando bens muitas vezes não mercantilizáveis até então; a terceira visão defende a multifuncionalidade como uma estratégia política para reformular funções econômicas, socioculturais e ambientais, aproximando-se da noção de desenvolvimento sustentável.

Souza et. al. (2010), baseados em Pingault, (2004) indicam que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adotou o conceito ainda em 1998 e a partir dela foi composto um programa de trabalho acerca da multifuncionalidade da agricultura.

[...] Pingault (2004) aponta que tal programa se constituiu de três etapas. A primeira, teórica, incluindo o estudo da produção conjunta ou simultânea, pela agricultura (“*production jointe*”), de produtos de base, de externalidades e de bens públicos. A segunda, mais prática, buscando, por um lado, mensurar a demanda existente para os diferentes tipos de produtos e, por outro, precisar os critérios de elaboração e avaliação das políticas públicas. A terceira, de natureza política, envolvendo a incorporação da MFA às reformas e às negociações referentes à liberalização do comércio agrícola internacional. (SOUZA et. al. 2010, p. 209).

No Brasil estudos que tem a agricultura e principalmente a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável destas famílias passam a dar destaque ao enfoque da multifuncionalidade da agricultura, levando em conta as particularidades de um país onde o processo de modernização da agricultura foi muito forte e ainda está em fase de expansão. Buscam identificar nos casos estudados para além da função primária de fornecimento de alimento, a produção de externalidades e de bens públicos. Apontam ainda demandas ambientais e sociais, ou por outras demandas econômicas, como o caso do turismo.

Carneiro e Maluf (2003) apontam que cabe fazer duas ressalvas aos termos empregados na própria denominação “multifuncionalidade da agricultura”. A primeira decorre do viés funcionalista da ideia, visto que o debate e as controvérsias a respeito das funções da agricultura não são novos, no entanto, nesse momento o que muda são as funções valorizadas nos diferentes contextos sócio-históricos.

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia das anteriores por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados, além de repercutir as críticas às formas predominantemente assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A segunda ressalva deve-se ao uso do vocábulo agricultura, cujo significado deve ser ampliado até o ponto de englobar um conjunto diverso de elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais presentes no mundo rural. Deve-se evitar a tendência a atribuir um peso excessivo à dimensão agrícola (e econômica)

da reprodução das famílias rurais e do território onde elas se localizam. (CARNEIRO e MALUF, 2003).

As ressalvas acima apontam para uma visão, com a qual nos identificamos, que separa a noção de multifuncionalidade das práticas pluriativas, se posicionando de maneira diferente das visões que as tratam como sinônimo, assim, a noção de multifuncionalidade engloba a temática da pluriatividade, mas não se restringe a ela.

Lacerda e Marques (2008, p. 152) tratam dessa questão:

O debate brasileiro sobre a noção da multifuncionalidade da agricultura provoca, na maioria das vezes, a emergência da idéia de pluriatividade. Trata-se de indagações sobre similaridades entre as noções que distorcem, em boa medida, a reflexão sobre o tema. Com efeito, as fronteiras entre essas noções são pouco claras.[...] Assim, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas idéias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagem a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural.

A posição de Lacerda e Marques (2008), mais especificamente quando apontam que a pluriatividade não se constitui em uma ruptura com as lógicas produtivistas, mas sim uma adaptação a um modelo hostil produtivista que favorece a concentração fundiária, a degradação ambiental e a exclusão social, enquanto a multifuncionalidade da agricultura e do rural visa a construção de novas políticas e também perspectivas de análise e interpretação da dinâmica social, relacionando territórios e possibilidades de atuação homogênea nos aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, vai ao encontro a visão expressa nos parágrafos anteriores por Carneiro e Maluf.

No intuito de tornar o campo de análise mais amplo, é lançada a ideia de atividade para-agrícola, não no sentido sugerido pelo programa de pesquisa do Arkleton Trust (marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa em 1987 e 1991), que visava, ao englobar a ideia de atividade para-agrícola, ampliar o sentido da pluriatividade para além de empregos múltiplos ou atividade agrícola em tempo parcial. O sentido apresentado pelos autores Lacerda e Marques (2008) exclui as atividades para-agrícolas daquelas consideradas como pluriativas, e as coloca no âmbito da multifuncionalidade, desde que sejam associadas à unidade familiar de produção, preservem o tecido sociocultural e os espaços e recursos naturais, tais como atividades em agroindústrias, no lazer e suas variações e na preservação ambiental. Assim a pluriatividade se limita à atividade agrícola em



tempo parcial associada ao assalariamento em circunstâncias de trabalho industrial ou de serviços. (LACERDA; MARQUES 2008).

Nesse sentido o olhar sobre o rural é ampliado, outras dimensões para além da visão reducionista de produção de grãos através da monocultura, ou de culturas limitadas a alguns produtos, passam a integrar o meio rural, ou seja, deixa de ser visto apenas como produtor de mercadorias. Essas outras dimensões o mostram como um lugar para viver onde a identidade local seja preservada, a cultura expressada e valorizada e ocorra a reprodução social de uma forma ampla, não apenas no seu aspecto econômico, tudo isso numa relação mais equilibrada com a natureza.

Dessa forma a noção de multifuncionalidade pode ser muito útil à realidade brasileira, pois possibilita enxergar fatos e dinâmicas sociais ocultas pela visão que privilegia o aspecto econômico e preservá-los dessa visão hegemônica.

Não se trata de substituir um modelo por outro, numa troca de hegemonias, mas sim de garantir a heterogeneidade dos modos de vida no rural, garantir espaços para novas e diferentes territorialidades, mesmo quando essas não alterem significativamente os índices macro-econômicos. Carneiro e Maluf (2003) apontam que o enfoque da multifuncionalidade permite colocar, no mesmo quadro analítico, diversos elementos e fatos que compõem o universo social do mundo rural, mais do que isso, permite legitimar formas de reprodução social que normalmente ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos.

Entre as múltiplas funções atribuídas à agricultura Maluf (2003) enfatiza quatro:

a) Reprodução socioeconômica das famílias rurais: essa função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias manterem-se no campo em condições dignas, assim a agricultura continua tendo papel central, mas nem sempre sua contribuição mais importante seja monetária.

b) Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade: considerada nos dois sentidos usuais dessa noção, o da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade dos mesmos.

c) Manutenção do tecido social e cultural: refere-se, para além da reprodução socioeconômica e da segurança alimentar, a manutenção de uma identidade social e as formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais. Deve-se considerar aspectos como os modos de vida, as relações com a natureza,

as relações com parentes e vizinhos e a produção de alimentos para a própria família. Nesse sentido a agricultura e o rural são tomados como modo de vida, para além da dimensão econômica da atividade agrícola;

d) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: há que se distinguir os olhares dos diferentes atores sociais sobre o que isso significa, no caso dos agricultores familiares, eles mantêm uma relação própria com os recursos naturais, principalmente com as áreas de mata, ainda que possam haver diferenças pronunciadas entre eles a este respeito, chega-se a falar numa relação muito forte e personalizada dos agricultores com a mata, já os olhares externos dos turistas englobam desde o turismo ecológico até as formas de turismo rural, que pressupõem a existência de agricultores desenvolvendo alguma atividade produtiva.

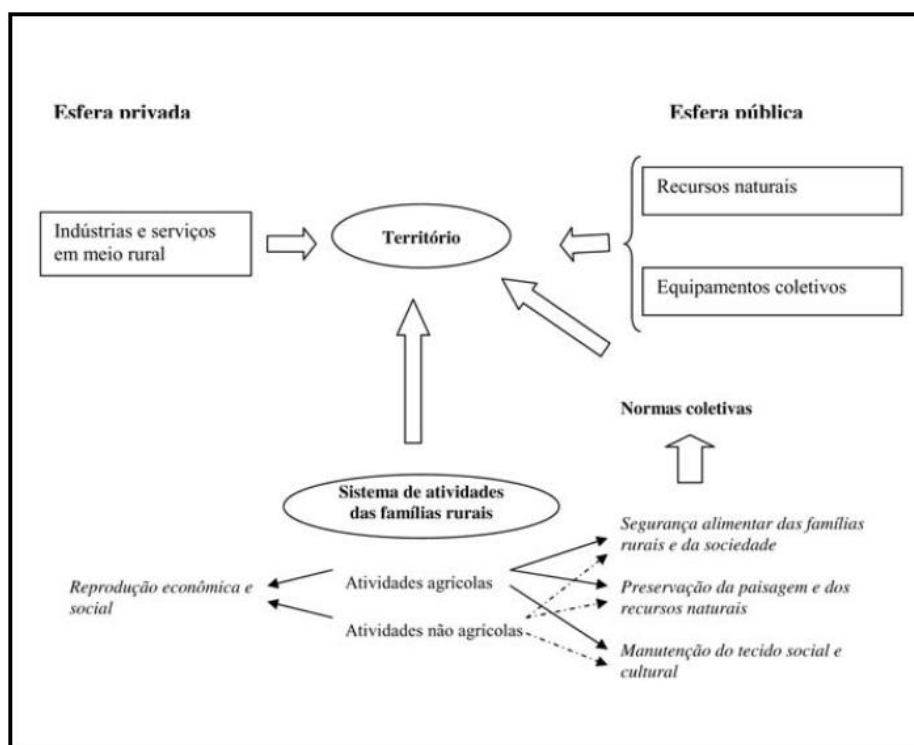
Enfim, a noção de multifuncionalidade favorece a passagem do “agrícola para o rural e para o familiar, a partir de uma ótica territorializada. (CARNEIRO; MALUF, 2003). Pesquisar famílias rurais permite observar as circunstâncias que afetam o desempenho das múltiplas “funções” atribuídas à agricultura, desde a ótica das dinâmicas de reprodução dessas famílias. Essas dinâmicas são “localizadas” no sentido de estarem inseridas em determinados territórios ao mesmo tempo em que contribuem para a sua configuração. Assim, a unidade de observação deixa de ser a agricultura no sentido restrito e passa a ser a família rural, entendida como uma unidade social que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, “situada” num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais. (CAZELLA, et. al., 2009).

O território se configura em um dos níveis de análise que a multifuncionalidade da agricultura aborda, de outra forma também são consideradas unidades privilegiadas de expressão desta, podendo inclusive orientar políticas públicas. Cazella et. al. (2009) apontam, no entanto, uma grande diferença de abordagem entre autores que tratam da relação entre multifuncionalidade e território. Essas diferenças se devem à existência de muitas abordagens da multifuncionalidade do ponto de vista disciplinar. Essas diferenças expressam também quatro concepções de território, que não são excludentes entre si e guardam estreita ligação com os olhares disciplinares. Quais sejam:

- a) território como unidade de atuação do Estado para controlar a produção de externalidades pela agricultura, sejam elas positivas ou negativas: esta abordagem responde a uma preocupação da economia da escolha pública;
- b) território como unidade de construção de recursos específicos para o desenvolvimento econômico: esta preocupação está tratada a partir do ponto de vista da economia territorial;
- c) território produto de uma ação coletiva: concepção que responde nitidamente a uma preocupação da Sociologia e da economia das organizações;
- d) território como componente fundamental das sociedades tradicionais, no sentido de sociedades arcaicas, que se inscreve na perspectiva da Antropologia e da Antropologia Econômica. (CAZELLA, et. al., 2009).

Para completar a análise da relação entre multifuncionalidade e território é proposta a correlação entre as múltiplas funções da agricultura e os sistemas de atividades das famílias rurais cujas manifestações no âmbito dos territórios são mediadas por dinâmicas sociais, econômicas e institucionais. Cazella et. al. (2009) embasado em Bonnal e Maluf (2007), aponta que, de início convém estabelecer uma diferenciação entre esfera privada regida pela regulação de mercado e a esfera pública regulada por normas coletivas. Na esfera privada, os produtos agrícolas vendidos sustentam a reprodução econômica e social, enquanto na esfera pública ocorre a produção de bens públicos relacionados à segurança alimentar, preservação dos recursos e das paisagens e manutenção do tecido sociocultural (Figura 1).

Nesse sentido, o lazer no rural assume uma dupla posição na dinâmica do território. Inicialmente o lazer pode ser entendido como um bem público que atua principalmente na manutenção do tecido social como expressão da cultura, das tradições e da história, na utilização adequada dos recursos naturais e da paisagem e que deve ser usufruído pelos próprios atores do território, assim, ele se torna estratégico na construção de uma sociabilidade que valorize o rural como um lugar para viver. Dessa forma ele atua no desenvolvimento do território não somente nos aspectos econômicos, mas também nos aspectos sociais, políticos e ambientais.



**Figura 1 – Sistemas de Atividades das Famílias Rurais**  
**Fonte: Bonnal & Maluf apud Cazella et. al. (2009).**

Num segundo processo e em estreita ligação com o primeiro, o lazer pode atuar na reprodução socioeconômica das famílias na esfera privada, no sentido de oferecer serviços de lazer para a sociedade no sentido mais amplo, como por exemplo, atividades de lazer físico-esportivas, sociais (festividades), culturais e de turismo, entre outras. Além dos serviços específicos, o lazer abre uma porta de comercialização de produtos, artesanais, naturais, agroecológicos, etc.

O lazer, nessa dinâmica de atividade e território, relaciona-se num duplo sentido aproximando e integrando interesses privados de reprodução econômica e social e interesses públicos de manutenção do tecido sociocultural, preservação dos recursos naturais e valorização do ambiente.

Nesse sentido, a noção de multifuncionalidade deve ser considerada como um instrumento de análise que permite observar fatos e dinâmicas sociais, assim, neste estudo, analisaremos o lazer no Assentamento Rural 8 de Junho e perspectivas de utilização como estratégia de renda através de três dimensões ou funções da agricultura, a reprodução socioeconômica das famílias, a manutenção do tecido social e a preservação dos recursos naturais e das paisagens.

### 3 O ASSENTAMENTO RURAL OITO DE JUNHO

#### 3.1 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

O Assentamento Rural Oito de Junho está situado no município de Laranjeiras do Sul, na região geográfica Centro-sul, no território Cantuquiriguaçu. O nome do Território é uma referência aos rios que o delimitam: o rio Piquiri, ao Norte; o rio Iguaçu, ao sul e o rio Cantu, no oeste. Devido à existência destes rios o território possui sete usinas hidrelétricas, entre as quais Salto Santiago, Salto Osório e Governador Ney Braga. (CONDETEC, 2004).

Segundo artigo do IPARDES (2007) o conceito de território vem atrelado à perspectiva da promoção do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente. Nesse contexto, a escala territorial assume um papel crescente enquanto unidade de planejamento e intervenção. Portanto, o conceito vincula-se às políticas públicas.

O território Cantuquiriguaçu localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 13.947,73 km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 7% do território estadual. Faz divisa, ao norte e noroeste, com o território Paraná Centro; a oeste, com o território Cascavel; ao sul, com o Grande Sudoeste; a sudeste, com o território União da Vitória; e a leste, faz divisa com o território Centro-Sul. É constituído por 20 municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. (fig. 2) Esse conjunto de municípios reúne 233.973 pessoas, representando 2,3% da população estadual, conforme figura 1. (IPARDES, 2007).

Até o final dos anos 1970, o conjunto do território Cantuquiriguaçu estava dividido em apenas cinco extensos municípios, havendo, a partir da década de 1980, sucessivos desmembramentos de novas municipalidades. Apesar desse processo, pode-se afirmar que o ritmo de crescimento populacional da maior parte desses municípios vem sendo baixo, notando-se, inclusive, a ocorrência de inúmeros casos de decréscimo absoluto de população. No entanto, alguns municípios do Cantuquiriguaçu particularizaram-se, nos anos 1990, por sediarem assentamentos populacionais – ligados, em geral, ao movimento dos sem-terra –

formados por expressivos volumes de famílias assentadas. Dentre eles, destacam-se Rio Bonito do Iguaçu, Goioxim e Pinhão, sendo que, principalmente em função desse fator, Rio Bonito do Iguaçu registrou, na década de 1990, uma taxa de crescimento superior a 11% ao ano. IPARDES, 2007)



**Figura 2 - Localização e Composição do Território Cantuquiriguaçu**  
Fonte: IPARDES, (2007).

O Cantuquiriguaçu é um território de características rurais, esses traços são comprovados quando se analisa a geração de riqueza do território, já que a produção primária é responsável por 33% do total, enquanto no Paraná ela responde por 14%. Além disso, 50,8% da PEA - População Economicamente Ativa do território refere-se a agricultores de base familiar, com predominância de estabelecimentos agrícolas com área inferior a 50 hectares e produtores de grãos, milho, feijão, soja e pecuária extensiva. (CONDETEC, 2004).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, os municípios que integram o território Cantuquiriguaçu acompanharam o movimento de variação positiva do indicador no período 1991 e 2000 que, de modo geral, abrangeu os municípios brasileiros. No entanto, esse movimento não foi suficiente para melhor posicionar este conjunto de municípios em relação à média estadual. Mesmo

Laranjeiras do Sul, que registra o índice mais elevado (0,753), encontra-se abaixo da média estadual (0,787). Todos os municípios do território situam-se inclusive abaixo da média brasileira (0,766) (IPARDES, 2007).

O Diagnóstico Socioeconômico do território mostra que o Cantuquiriguaçu se destaca negativamente no estado do Paraná pelos altos índices de pobreza. Em trabalho realizado em 2000 pelo IPARDES, 26.159 famílias eram consideradas pobres, representando na época 41,9% do total das famílias, enquanto a média paranaense ficava em 20,9%, segundo o IBGE. O analfabetismo no território na população de 15 anos ou mais alcançava em 2007, taxas superiores à média estadual que é de 9,5%, exceção feita a cidade de Virmond, a única com taxa inferior a média estadual. Os índices de mortalidade infantil no território também surpreendem, apesar de algumas cidades apresentarem índices abaixo da média estadual, o índice geral do território fica em 22,5 para cada mil nascimentos, enquanto a média do estado é 15,53 para cada mil. (IPARDES, 2007). Apesar dos dados serem de tempos diferentes, permitem seu uso como referência para a contextualização do território.

A primeira tentativa de organização dos municípios que compõem o Território Cantuquiriguaçu é datada do ano de 1984 quando foi criada a Associação dos Municípios, que existe ainda hoje e é mantida pelas prefeituras que a compõe. A sede da Associação está localizada no município de Laranjeiras do Sul. No ano de 2001, lideranças dos municípios que compõem o Cantuquiriguaçu começaram a se reunir na tentativa de proporem políticas visando à diminuição das desigualdades do território. Durante dois anos foram realizadas atividades visando o levantamento de informações detalhadas sobre o território, a capacitação de atores sociais e agentes de desenvolvimento e a habilitação dos gestores públicos municipais, objetivos sistematizados no documento intitulado “Plano Diretor para o Desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu”. Estas demandas foram apresentadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário no ano de 2003, buscando a inserção do território nos programas federais.

No ano de 2004 foi criado o CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, com o objetivo de agregar maior participação social, em um órgão de caráter consultivo, normativo e deliberativo. Enquanto na Associação o poder de decisão é conferido aos poderes públicos municipais, no conselho são abertos espaços para outros setores da sociedade civil. Dentre os participantes do

Conselho estão órgãos como as secretarias municipais, o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, universidades públicas, o EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, movimentos sindicais, movimentos socioterritoriais como o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, organizações indígenas, igrejas etc., totalizando 44 entidades dos segmentos público, privado e não governamentais do território. No CONDETEC funcionam câmaras setoriais, dentre as quais as de educação, saúde, promoção social, infra-estrutura, agricultura e turismo; além de uma assessoria de planejamento e dos conselheiros. O CONDETEC é formado por representante de variados setores da sociedade, com diferentes concepções de desenvolvimento para o território. Quando da criação do Conselho tinha-se por meta estruturar estes segmentos da sociedade para a gerência dos recursos do programa federal "Territórios Rurais", que posteriormente foi substituído pelo programa "Territórios da Cidadania". (COCA; FERNADES, sd).

Ainda, segundo artigo do IPARDES (2007), o território da Cantuquiriguaçu, experimenta, a partir da década de 1990, um momento de grande expansão dos assentamentos populacionais. Os assentamentos rurais são relevantes e expressam a mobilização pelo acesso a terra e a participação no Programa Nacional de Reforma Agrária na região, foram assentadas pelo INCRA 3090 famílias em 40 assentamentos rurais distribuídos por 13 municípios, com uma área ocupada de 62 mil hectares (tabela 1).

Outro aspecto relevante na caracterização do território Cantuquiriguaçu diz respeito a questão do lazer, da cultura e do turismo. Segundo relatório do CONDETEC (2004), a infraestrutura e os equipamentos de lazer e cultura são incipientes, os dados referentes a 2001 mostram que não havia biblioteca pública em seis municípios e apenas dois tinham museus, metade dos municípios do território não tinha clubes e/ou associações. O evento esportivo de maior destaque é os Jogos Abertos da Microrregião do Cantuquiriguaçu (JARCANS), criado em 1992 e que conta com a participação de 19 municípios.



Tabela 1- Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - PR

MUNICÍPIO	ASSENTA- MENTOS	ÁREA		FAMÍLIAS ASSENTADAS	
		ha	%	Abs.	%
Campo Bonito	1	946,79	1,5	47	1,5
Candói	5	3 965,69	6,5	250	8,1
Cantagalo	6	3 707,58	6,0	136	4,4
Espigão Alto do Iguaçu	1	642,49	1,0	13	0,4
Goioxim	8	9 080,38	14,5	352	11,4
Laranjeiras do Sul	3	2 276,69	3,6	115	3,7
Marquinho	2	1 401,99	2,2	56	1,8
Nova Laranjeiras	3	3 437,12	5,5	220	7,1
Pinhão	4	5 967,45	9,5	198	6,4
Quedas do Iguaçu	2	1 608,75	2,6	81	2,6
Reserva do Iguaçu	2	1 977,40	3,1	96	3,2
Rio Bonito do Iguaçu	2	27 078,43	43,4	1504	48,7
Três Barras do Paraná	1	353,78	0,6	22	0,7
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	40	62 444,54	<sup>(1)</sup> 19,3	3 090	<sup>(1)</sup> 21,0
PARANÁ	274	323 046,73	100,0	14 702	100,0

FONTE: IPARDES, (2007).

Uma das principais potencialidades do território é o turismo, respaldada no fato de o Cantuquiriguaçu possuir elementos naturais, como fonte de água mineral, lagos das usinas hidroelétricas e cachoeiras, bem como eventos tradicionais religiosos, festivais, campeonatos esportivos, rodeios crioulos e festas de padroeiro. (CONDETEC, 2004). No entanto, segundo quadro apresentado pelo IPARDES (2007), baseado em dados da Secretaria de Turismo do Paraná, o território Cantuquiriguaçu apresenta poucas opções de turismo estruturadas. (Quadro 1)

MUNICÍPIO	TIPO DE TURISMO	OBSERVAÇÃO
Candói	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rural</li> <li>• Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa Nacional do Charque</li> <li>• Cavalcada de integração</li> </ul>
Catanduvas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa do Vinho</li> </ul>
Foz do Jordão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esportivo</li> </ul>	
Itambé	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eventos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aniversário do município</li> </ul>
Laranjeiras do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rural</li> <li>• Religioso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rodeios e torneios</li> <li>• Festas religiosas</li> </ul>
Pinhão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecoturismo</li> <li>• Religioso</li> <li>• Rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrativos naturais</li> <li>• Festa do padroeiro Espírito Santo</li> <li>• Festa do Pinhão</li> </ul>
Quedas do Iguaçu	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecoturismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrativos naturais</li> </ul>
Rio Bonito do Iguaçu	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecoturismo</li> <li>• Eventos</li> <li>• Religioso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrativos naturais</li> <li>• Festa de Nª Sra. dos Navegantes</li> <li>• Festa do padroeiro Santo Antônio</li> <li>• Festa do Senhor Bom Jesus</li> <li>• Exposição Agropecuária</li> <li>• Campeonato Nacional de Pesca à Traíra</li> </ul>

Quadro 01 – Tipos de Turismo que Ocorrem nos Municípios do Território Cantuquiriguaçu – PR - 2006

Fonte: IPARDES, (2007).

Percebe-se que as atividades apresentadas no quadro estão ligadas mais a eventos religiosos e aos atrativos naturais, sem ou com incipiente organização, sendo que muitos eventos acontecem pela tradição local (além dos religiosos, a festa do pinhão e a cavalgada). Nesse sentido, a pesquisa aborda justamente este aspecto e tenta mostrar as potencialidades de lazer e turismo num território dentro do território que é o assentamento Oito de junho.

### 3.2 OITO DE JUNHO: DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO

Em oito de junho de 1997 dezessete famílias ocuparam a frente do portão da Fazenda Rio do Leão às margens da rodovia BR 158 em Laranjeiras do Sul (CAMPOS, 2011). Era o marco inicial da luta de famílias camponesas pelo direito a um pedaço de terra. Luta que não se esgotou com a conquista da terra, mas que continua para desenvolver relações de produção e de vida. A data além de dar nome ao acampamento é comemorada como o aniversário do assentamento, porém esse espaço localizado às margens da BR 158, já possuía uma história precedente na luta pela reforma agrária.

*[...] no ano de 88, pra se te uma ideia já começo os primeiros acampamentos ali, que deu origem ao assentamento Passo Liso aqui em Laranjeiras, um dos mais velhos e deu origem a outros acampamentos. [...] então por ser um local próximo de Laranjeiras, tá entre Laranjeiras e Rio Bonito numa BR de menos movimento do que a 277, foi o local escolhido pra se fazer os acampamentos na época que se reivindicava a reforma agrária e naturalmente ele passou a ser um lugar que teve esse privilégio de vários acampamentos. [...] originou também outros acampamentos que ocuparam na época a fazenda cachoeira, que não virou assentamento depois, saíram e foram pra fazenda estrela que hoje é o assentamento em Nova Laranjeiras. Interessante que as famílias acampavam ali, mas não com o objetivo de ficar em cima daquele latifúndio era pela localização da BR, talvez nem conheciam de fato que ali existia um latifúndio improdutivo e assim foi a sequência [...] (LIDERANÇA 1).*

Gradativamente o movimento e a luta pela terra foram ampliando as conquistas através da reforma agrária nessa região, tendo como marco a conquista do Assentamento Ireno Alves em Rio Bonito, fruto de um acampamento com mais de 3000 famílias. A história do acampamento Rio do Leão está ligada diretamente a esse acampamento maior, pois as primeiras famílias que acamparam na porteira da

fazenda Rio do Leão eram oriundas do Ireno Alves, orientadas pelo MST e setores progressistas da Igreja Católica que perceberam que ali existia terra improdutivo.

*[...] começaram a perceber que ali existia um latifúndio também e que podia se torna um assentamento. (LIDERANÇA 1).*

*[...] por incentivo de pessoas do movimento e mais o pessoal mais ligado também à Igreja, o padre Afonso de Rio Bonito do Iguaçu fizeram o convite pra mim vim também pro acampamento que tava surgindo, o acampamento ali na beira da BR, chamado na época de Acampamento Rio do Leão (LIDERANÇA 2).*

O período de acampamento, que, inicialmente, se previa curto no Rio do Leão, baseado em experiências anteriores, acabou se alongando e a conquista que, se imaginava viria em meses, durou quatro anos. Foram muitas as dificuldades, famílias separadas, pois nem todos os membros vinham para o acampamento, a constante disputa com os fazendeiros, as dificuldades com a alimentação, a saúde, a educação entre outros.

*porque é um troço se você não é persistente, se você não vem com o objetivo e conhecendo um pouco o histórico, você não guenta, você não guenta porque a pressão vem de todo o lado. [...] digo ó se você tivé querendo um pedaço de terra e você boto na cabeça que você qué você vai, se você tive em dúvida você não vá porque você vai perde tempo”.(RESPONSÁVEL 3)*

*“Na luta ali houve vários momentos de bastante dificuldades, ou seja, fazendeiro mantinha segurança que era os pistolero né que ameaçava as famílias, que pressionavam pra despeja, que andavam armado que davam tiro à noite. Só foi possível resisti porque houve muito apoio desses acampamentos vizinho, principalmente do Ireno Alves, então tem esse reconhecimento por parte das famílias de origem do Assentamento 8 de Junho de que nós só conquistamos aquele assentamento graças ao apoio dos companheiro assentados lá no Rio Bonito do Iguaçu, houve essa troca essa solidariedade ai principalmente na questão da resistência então isso foi um marco que eu acredito importantíssimo.[...] Eu acompanhava essa luta do assentamento Oito de Junho na época que foi ocupado, então era eu que fazia reunião com eles quando dava problema, eu que vinha acompanha fazia as assembleia organizava, discutia segurança e acabamos então criando uma afinidade muito grande com aquelas famílias, tanto é que eu acabei me cadastrando junto com eles e ficando no acampamento”.(LIDERANÇA 3).*

Apesar das dificuldades os relatos trazem também uma visão positiva da luta da organização, da solidariedade, enfim dos laços que se formam no acampamento e que, com certeza, perduram e possibilitam uma organização para depois da conquista da terra, como aparece em algumas entrevistas. *“Foi um período assim,*

*bastante dificuldade também, né, uma outra realidade, mas também foi uma grande escola pra gente, essa questão de saber conviver com as pessoas, respeitar as diferenças” (LIDERANÇA 2)*

*[...] as mulher se reuniam pra discuti os problema que, daí tinha fome né, queira ou não queira, mas sempre tinha frio né no inverno, falta de água na seca ou chuva demais no inverno, então se reunia mais pra isso pra resolve, saúde, na escola das crianças, que quando a gente tava acampado, nem Rio Bonito não queria nós, nem um município, nem Laranjeiras, então uma hora tem que estuda em Rio Bonito, uma hora em Laranjeiras, saúde também depende do SUS. Então se reunia muito, mais pra discuti as dificuldade né. Mas com essa dificuldade daí começo também de alguém corre atrás, a gente tinha ligação com o sindicato né, com o próprio movimento né assim dava arrecadação né, pra faze agasalho pra faze de repente artesanato pra vende pra daí compra outra coisa, um remédio, então as mulher se reunia toda semana uma vez por semana a gente fazia isso, então os próprio artesanato servia pra faze acolchoadinho de lã, retalhos já pra agasalha também né. [...] nós já sonhava de trabalha em coletivo, nós tinha conseguido máquina de costura uma vez, então fazia fila né pra costura naquela máquina, e dizia um dia nós vamo te um coletivo com as mulher no assentamento pra trabalha, pra te uma malharia um negócio de costura né, fabriqueta de costura [...]. (CÔNJUGE 4).*

O lazer no acampamento reforçava os laços e aproximava as famílias, apesar das precárias condições de vida às margens de uma rodovia, muitas das atividades que fazem parte do lazer atualmente tiveram suas raízes no período de acampamento. *“Tinha lazer local, só que já começou no acampamento as nossas festinhas comunitárias que mantém até hoje, hoje não dá pra chama de festinha tem que chama de festona [...] e um tradicional jogo de vôlei, isso era sagrado todo dia na beira do asfalto.” (CÔNJUGE - 4). “[...] chamemo a patrola da prefeitura pra faze uma quadra na beira do asfalto, o pessoal dos nossos mesmo fazia a rede.” (FILHO 1 - 4). “A piizada ia roba jabuticaba fugia dos pistoleiro, era diversão” (FILHO 2 - 4).*

O processo que se desencadeia através da luta, dos acampamentos, das ocupações não termina com a desapropriação de áreas improdutivas e o respectivo assentamento das famílias, o processo ganha novos horizontes e se retoma nova luta agora para permanecer na terra e garantir a reprodução dessas famílias. As dificuldades são tão grandes quanto foram no momento de conquista do território.

*Foram quatro anos de acampamento mesmo em beira de estrada, na lona, e depois saiu a área em 2001 e 2002 que saiu os recursos né, e o pessoal conseguiu construir suas casas já nos lotes. Recurso pouco também né, que a estrutura do Incra infelizmente ainda é muito pouco. Na época tinha R\$ 2500,00 pra construir uma casa né. Então pelo tempo de acampamento o pessoal, boa parte do pessoal também já tinha dívida com outros*

*familiares e até em mercado, essas coisas, então essa grande dificuldade nesse tempo de acampamento. Mas eu acho que a progressão do assentamento aí foi muito boa né. (LIDERANÇA 2)*

Pouco mais de quinze anos após aquela noite de oito de junho de 1997, quando dezessete famílias ergueram seus barracos dando início a um movimento de luta pela terra, o Assentamento Oito de Junho está constituído por setenta e um lotes. *“Foram feitos 74 lotes. Hoje tem 71 né e 3 lotes, com a vinda da Universidade[...]” (LIDERANÇA 2).*

### 3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E MORADIAS

Retomando Wanderley (2001) quando aponta a importância social dos assentamentos rurais na medida que se tornam sementeiras de agricultura familiar e a partir de Souza & Brandenburg (2012), quando afirmam que na agricultura familiar propriedade, trabalho e família estão intimamente ligados e a combinação desses três fatores são determinantes da forma como essa agricultura age econômica e socialmente, considera-se fundamental para este trabalho caracterizar as famílias que fazem parte do Assentamento Rural Oito de Junho, visto que o lazer está intimamente ligado ao trabalho e à manutenção da família e pode estar diretamente ligado às estratégias de renda.

Das famílias que responderam ao formulário de pesquisa, 31 (63,27%) estão no Oito de Junho desde o início, enquanto 18 famílias (36,73%) vieram depois. O número até certo ponto elevado de famílias que vieram depois do início do assentamento, também se justifica pelo que explica na entrevista um líder dos assentados. *“boa parte das famílias ficaram ali, algumas desistiram nesse período de dificuldade e quando a gente conquista o assentamento, a gente tinha é menos família do que comportava a área” (LIDERANÇA 3).* Outro fator que justifica esta situação é a venda ou troca de lotes e aparece na fala desse mesmo líder. *“[...] o INCRA ainda conseguiu coloca ali uma meia dúzia de família ou mais que não eram integrada conosco, ou seja não passo por um processo de luta ali, não vivencio esse debate, nos criaram problema tanto é que não ficaram ali, com o tempo venderam, saíram, trocaram [...].(LIDERANÇA 3).*

Quanto à origem étnica dos responsáveis, a maioria é de origem brasileira, com 55,1%, depois, já num percentual bem menor, vem a descendência italiana com

22,45%, a alemã com 16,33% e a polonesa com 6,12%. No caso dos cônjuges pouco se altera, a descendência brasileira é maioria com 51,02%, enquanto aparece um equilíbrio entre as etnias europeias, a italiana e a alemã apresentam 14,29% cada uma e a polonesa apresenta 12,24%. Quatro responsáveis não possuem cônjuges, representando 8,16% dos pesquisados. Assim, observa-se a predominância dos chamados caboclos, que são camponeses que foram excluídos em sua maioria do processo de modernização.

As famílias apresentaram um número médio de 4,67 membros, sendo que 24,89% encontram-se na faixa etária entre 0 e 15 anos, que corresponde a infância e início da juventude, 30,57% estão na faixa entre 16 e 30 anos, final da adolescência, juventude e início da fase adulta, 36,68% encontram-se na fase adulta e 7,86% estão acima dos 60 anos. Observa-se que a maioria dos membros das famílias é de jovens e adultos, o que em tese potencializa o desenvolvimento da comunidade. Analisar a faixa etária é importante também para o lazer, objeto de estudo desta pesquisa, pois permite apontar alguns limites ou avanços em relação às necessidades de lazer de cada faixa. Conforme aponta Marcellino (2006), a faixa etária se constitui numa barreira para o lazer, principalmente as crianças e os idosos, que muitas vezes são desconsiderados tanto pelo poder público, quanto pelas próprias famílias. Sobre este aspecto a pesquisa abordará com mais ênfase em capítulo próprio sobre o lazer no assentamento.

A tabela 2 abaixo mostra que a maioria dos filhos dos assentados permanece nos lotes, sendo que muitos se casaram e trouxeram seus cônjuges. Esses genros e noras aparecem como outros na tabela, somando-se a pais e sogros. Esse fato faz aparecer uma boa quantidade de netos que também passam a moram nos estabelecimentos.

**Tabela 2 – Residência por Grau de Parentesco das Famílias.**

<i>Grau de Parentesco</i>	<i>Estabelecimento</i>	<i>(%)</i>	<i>Meio Rural Região</i>	<i>(%)</i>	<i>Cidade Região</i>	<i>(%)</i>	<i>Outros</i>	<i>(%)</i>	<i>Total</i>	<i>(%)</i>
Responsável	49	100	-	-	-	-	-	-	49	100
Cônjuge	44	97,8	-	-	-	-	1	2,2	45	100
Filhos (as)	76	88,4	2	2,3	2	2,3	6	7	86	100
Netos	20	100	-	-	-	-	-	-	20	100
Outros	29	100	-	-	-	-	-	-	29	100

**Fonte: Pesquisa de Campo, (2012).**

Os dados da tabela 2 nos remetem a uma discussão importante. As famílias pesquisadas estão mantendo seus filhos e conseqüentemente seus netos na comunidade, se, por um lado, isso representa uma conquista, por outro, precisam ter condições adequadas para a sua reprodução social. Nesse sentido, o acesso à saúde e à educação deve ser considerado, o lazer também ganha relevância nesse debate, pois além de sua função de manutenção do tecido social, pode ser pensado como uma importante estratégia de renda para as famílias projetarem sua continuidade na agricultura e no meio rural.

Sobre a questão da educação apenas duas pessoas das famílias que responderam ao formulário de pesquisa se declararam analfabetas, o que dá um índice de alfabetização superior a 99%. Dentre os informantes 88 (43,6%) possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 12 (5,9%) possuem o ensino fundamental completo, 34 (16,8%) estão cursando o ensino fundamental, 11 (5,4%) possuem o ensino médio incompleto, 40 (19,8%) possuem o ensino médio completo, ou estão estudando para concluí-lo e 15 (7,4%) já concluíram o ensino superior ou estão estudando nesse nível de ensino.

A partir desses dados delimitou-se três níveis, o nível baixo - Ensino Fundamental Incompleto (EFI), o nível intermediário – Ensino Médio completo ou concluinte (EM) e o nível elevado – Ensino Superior completo ou em conclusão (ES). A tabela 3 mostra, uma relação entre esses três níveis delimitados e três grupos de parentesco (responsáveis e cônjuges; filhos (as) e outros, composto principalmente por genros e noras).

**Tabela 3 – Relação do Nível de Ensino e Grupo de Parentesco**

<i>Nível</i>	<i>Total</i>	<i>Respons. Cônjuge</i>	<i>(%)</i>	<i>Filho (as)</i>	<i>(%)</i>	<i>Outros</i>	<i>(%)</i>
EFI	88	71	80,68	9	10,23	8	9,09
EM	40	14	35	22	55	4	10
ES	15	1	6,67	10	66,66	4	26,67

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.**

A tabela mostra uma relação de inversão da concentração de pessoas conforme o nível de ensino se eleva. Assim, as pessoas com nível mais baixo de educação formal se concentram entre os responsáveis e cônjuges, enquanto filhos, genros e noras são maioria no nível mais elevado de ensino, demonstrando que as gerações mais recentes tem mais acesso à educação.

Das famílias pesquisadas, atualmente 57 integrantes estão estudando, destes 36 (63,16%) estão cursando o Ensino Fundamental, sendo que todos estudam em escolas públicas no município de Laranjeiras do Sul, pois não existe escola no assentamento e as escolas mais próximas ficam na cidade, alguns estudantes tem que se deslocar a pé, parte do trajeto, para posteriormente utilizarem o transporte fornecido pelo município, este é um fato que preocupa as famílias. “[...] *há uma luta pra fazê uma escola municipal lá pra os primeiros anos, que a prefeitura trazia os alunos pra Laranjeiras,[...] que a escola é um espaço de organização da comunidade, da criança, dos jovens, onde se organiza atividades culturais, atividades políticas, atividades de lazer também né.*” (LIDERANÇA 1).

No Ensino Médio atualmente tem-se 10 alunos, (17,54%) que também se deslocam até o município de Laranjeiras do Sul para estudar. Um integrante das famílias que responderam ao formulário está fazendo curso técnico em agroecologia no CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – do MST.

O Ensino Superior tornou-se um capítulo a parte, pois instalou-se em Laranjeiras do Sul a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, e o câmpus universitário está sendo construído no Assentamento 8 de Junho, sendo esta uma conquista dos movimentos sociais. “[...] *3 lotes, com a vinda da Universidade, a gente fez um trabalho interno, intramovimento e agente conseguiu que 3 famílias fossem realocadas pra outro assentamento né, que é hoje onde está sendo construída a Universidade Federal.*” (LIDERANÇA 2). Esse fato é um grande orgulho para o assentamento e enche de esperanças as famílias com relação não somente a formação superior, mas também nos aspectos cultural e de desenvolvimento para os filhos e os netos.

*[...] por exemplo aí da luta que nós fizemos junto com a sociedade organizada, os movimentos sociais pra ter uma universidade lá, tem muita esperança que a universidade vai ajuda nesse sentido pelo conhecimento que ela pode propicia inclusive pras pessoas que tão ali. É, o conhecimento faz com você descubra e construa outras alternativas, essa é uma expectativa muito grande que a gente tem com a nossa juventude [...]* (LIDERANÇA 3).

Com relação à saúde a comunidade não possui posto público de atendimento, quando a família precisa de assistência tem sido atendida principalmente no posto público na cidade (93,9% das famílias) e/ou no hospital do



SUS no município (89,8% das famílias) e em alguns casos recorrem a postos de saúde e hospitais na região e clínicas e hospitais particulares. Outro recurso que aparece na pesquisa diz respeito à utilização da medicina alternativa, apontada por cinco famílias das seis que responderam recorrer a outros recursos na saúde. A tabela 4 mostra esses dados mais detalhadamente.

**Tabela 4 – Locais de Atendimento à Saúde para as Famílias do Assentamento 8 de Junho**

<i>Locais</i>	<i>Sim</i>	<i>(%)</i>	<i>Não</i>	<i>(%)</i>	<i>Total</i>	<i>(%)</i>
Atendimento no posto público na comunidade	0	0	49	100	49	100
Atendimento no posto público na cidade	46	93,9	3	6,1	49	100
Atendimento no posto público da região	15	30,6	34	69,4	49	100
Clínicas médicas particulares do município	10	20,4	39	79,6	49	100
Clínicas médicas particulares da região	9	18,4	40	81,6	49	100
Hospital SUS município	44	89,8	5	10,2	49	100
Hospital SUS região	11	22,4	38	77,6	49	100
Hospital particular município	3	6,1	46	93,9	49	100
Hospital particular região	5	10,2	44	89,8	49	100
Dentista saúde pública	34	69,4	15	30,6	49	100
Dentista particular	25	51	24	49	49	100
Outros	6	12,2	43	87,8	49	100

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.**

Das famílias entrevistadas, 59,18% consideram bom o estado da moradia, 32,65% consideram o estado da moradia razoável e apenas 8,16% consideram que sua moradia está em estado ruim; 57,14% das moradias são de alvenaria, 40,82% são mistas e somente 2,04% são de madeira. Destas, 77,55% possuem banheiro interno, sendo que dos que se pronunciaram com banheiro externo, este está anexo à casa, normalmente junto a chamada área. Considerando que estas famílias passaram 4 anos em barracos de lona às margens da rodovia e que o aporte inicial por parte do INCRA, para a construção de moradia, foi de R\$ 2500,00 (LIDERANÇA 2), pode-se considerar que as famílias avançaram bastante no quesito moradia no tempo de assentamento. Com relação ao esgoto não há rede e todas as moradias possuem fossa negra. O acesso a água se dá através de poço individual em 93,88% dos casos e 6,12% das famílias utilizam poço coletivo, todas as famílias possuem água encanada; 97,96% das famílias possuem telefone celular e ninguém possui

telefone fixo ou faz uso de telefone público e todas as famílias são atendidas por luz elétrica. O lixo orgânico é utilizado para compostagem em 65,31% das famílias, 10,2% utilizam para alimentar animais, 10,2% deixam em céu aberto e 14, 29% enterram, já o lixo não orgânico representa um problema, a coleta pública é limitada, passa uma vez por mês e somente 20,41% faz uso desse serviço, a maioria das famílias (75,51%) enterra.

Quanto aos veículos e equipamentos domésticos, todas as famílias possuem TV, algumas inclusive possuem mais de uma, todas possuem chuveiro elétrico, 97,96% das famílias que responderam ao formulário possuem geladeira, fogão a gás, freezer e rádio, Destaca-se também a presença da parabólica em 89,8% das moradias e o computador que já aparece em 36,73% das casas. Com relação aos veículos 65,31% das famílias possuem carro e 44,90% delas possuem motos e apenas 20,4% das famílias não possuem nenhum dos dois. Porém, mesmo as famílias que possuem carro e/ou moto utilizam também de outros meios de transporte, com destaque para o transporte coletivo público e para o coletivo privado, como demonstra a Tabela 5.

**Tabela 5 – Transporte Utilizado Pela Família**

<i>Transporte</i>	<i>Sim</i>	<i>(%)</i>	<i>Não</i>	<i>(%)</i>	<i>Total</i>	<i>(%)</i>
Coletivo Público	32	65,31	17	34,69	49	100
Coletivo Privado	35	71,43	14	28,57	49	100
Carro Próprio	31	63,27	18	36,73	49	100
Moto Própria	23	46,94	26	53,06	49	100
Outros	6	12,24	43	87,76	49	100

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.**

Quando analisada a participação na vida da comunidade destaca-se a igreja, com a participação de 47 famílias (95,92%), destas 42 (89,36%) declararam-se católicas e 5 famílias (10,64%) não declararam nenhuma opção religiosa. Sobre esse aspecto, causou curiosidade o fato de não haver igreja na comunidade e buscou-se entender como as famílias vivenciam sua religião. “Hoje vem mais gente participar das orações do domingo do que algumas missa né que vem o padre”.(FILHO 01 – 4). “[...] o pessoal vem porque, não é por causa que é rezá, nós discutimo, é aconteceu um despejo lá nós vamo discuti isso aí também né, é os avisos da comunidade, é Incra o que que tá sendo discutido, é uma assembleia né que tem a parte religiosa, espiritual e tem a parte política social, a parte cultural, tem uma ótima participação” (RESPONSÁVEL 4). “Nossos canto não é muito da igreja,

mas é do movimento né, mais da luta mesmo (teologia da libertação). (CÔNJUGE 4).

Através de observação feita em alguns momentos pôde-se comprovar o que as falas dos entrevistados apontam. Todos os domingos as famílias se reúnem no pavilhão da comunidade, que é mantido pela associação dos assentados, para essa celebração/assembleia. A parte religiosa é dirigida por um ministro, que é assentado e em alguns espaços da celebração, como no que seria destinado ao sermão, por exemplo, são discutidos questões locais, nacionais e até internacionais. Numa das participações pode-se observar a discussão de temas como o aniversário do Partido dos Trabalhadores (PT), inclusive com análises da atuação do partido na reforma agrária, a sucessão do Papa, apontando a necessidade de um Papa mais progressista e questões locais referente a associação e a cooperativa.

Essa vivência comunitária não se esgota na celebração, pois após seu término as famílias permanecem por algum tempo conversando no centro comunitário, que possui uma copa e esta é aberta após a celebração. Algumas famílias organizam o almoço por ali mesmo, assando carne na churrasqueira, entre outras atividades. Outras famílias retornam para suas casas, porém à tarde a comunidade é o ponto de encontro novamente, agora para o tradicional futebol, jogo de baralho e rodas de conversa. Essa vivência comunitária mostra uma integração das questões sociais, culturais, religiosas e de lazer que tem um poder de aglutinar as famílias em torno da comunidade.

Outro destaque na participação na comunidade é a Associação 8 de Junho, que organiza a comunidade nos aspectos sociais, culturais, e políticos, 75,51% das famílias participam da associação. Ela tem origem na fase de acampamento e mantém a tradição de aglutinar as famílias em torno da comunidade.

*Desde que nós acampemo aqui dizemo ó vamo cria uma comunidade nova esqueça o costume que você tinha lá em Dois Vizinhos, em Quedas no Paraguai, vamo cria uma coisa que é a nossa cara né [...] nós cheguemo a conclusão, aqui e hoje ninguém mais discute, que nós temo um caixa só que é a associação ela dá dinheiro pra igreja pro esporte, pra evento de mulher, coisarada, a gente sempre tira dali, mas é uma direção só um caixa só não é uma divisão. (RESPONSÁVEL 4).*

Inicialmente a associação se relacionava também com aspectos da produção, mas posteriormente foi organizada uma cooperativa que cuida dessa questão, tanto que muitas famílias, ao responderem de qual associação

participavam apontaram a Cooperjunho. Existe também uma associação de produtores que se chama Patrulha Agrícola, que está organizada em torno do uso coletivo de máquinas e implementos agrícolas, a qual será tratada no capítulo que envolve a produção.

Quanto à participação em entidades de caráter municipal, ou mesmo regional, destaca-se a participação no MST com 79,59% das famílias, a participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais com 46,94% das famílias e a participação em Cooperativas da região com 42,86%, lembrando que não foi incluída aí a participação na Cooperjunho que é uma cooperativa interna do assentamento.

Com relação ao acesso à informação e aos meios de comunicação 100% das famílias apontaram que assistem TV, destacando-se os programas jornalísticos e de entretenimento (novela, esporte, filmes), e 95,91% das famílias escutam rádio, com destaque para programas de informação, rurais e religiosos. Quanto ao jornal 75,51% das famílias afirmaram não ler e em relação à internet 32,65% tem acesso em casa. Inclusive o maior acesso aos meios de comunicação foram apontados nas entrevistas como um entrave para o lazer, principalmente para as crianças e adolescentes. “[...] mas hoje nem lembram mais, com a internet, assisti TV, nem querem se sujá né [...] (CÔNJUGE 4).

De uma forma geral, percebeu-se através das entrevistas e das observações, que as famílias do assentamento, eram oriundas da agricultura familiar, e não tinham perdido esse vínculo com o modo de vida rural, a vida social em torno da comunidade, a própria religião, apesar de algumas divergências, mas a religiosidade é muito forte e principalmente a relação com a propriedade, com a terra. Soma-se a isso a condição de sem terra, da luta pela terra, da organização em movimento social, portanto um tecido social com forte vínculo com o rural, com a defesa da reforma agrária, do direito e do dever de viver da terra, a adoção de bandeiras como a agroecologia, a diversidade da produção, a produção de alimentos saudáveis entre outros e a vontade de que esse modo de vida se reproduza. É claro que nem todas as famílias expressam essa condição, mas esse é o sentimento que fica marcante e foram esses vínculos que permitiram às famílias melhorarem em muito suas condições materiais de subsistência num curto período de tempo, pois a pouco mais de dez anos viviam em barracos de lona, num ir e vir entre a sede da fazenda e a beira da rodovia.

### 3.4 PROPRIEDADE, TRABALHO E PRODUÇÃO

Considerando fundamental a compreensão dessa relação família, produção e trabalho, partindo da noção que a terra para o agricultor familiar é espaço físico que condiciona o agricultor e que, ao mesmo tempo é transformado por ele e que a terra também é espaço social que deve ser preservado (CORONA & FERREIRA, 2012) e ponderando ainda que, sendo essa terra fruto de uma conquista, de uma retomada esse vínculo fica mais forte, pretende-se neste momento analisar como se dá essa relação familiar com a terra no sentido do trabalho e da produção no Assentamento 8 de Junho.

As cartas de anuência dos lotes, expedidas pelo INCRA, estão na sua maioria em nome do homem e da mulher (59,18%), enquanto 32,65% estão em nome apenas do homem e 8,17% estão somente no nome da mulher, estas propriedades, possuem em média 13,24 hectares. Todas as famílias que responderam ao formulário estão em situação regular no lote, além do seu lote regular, 5 famílias (10,2%) arrendam terras de terceiros e 11 famílias (22,44%) arrendam parte de seu lote. Das cinco famílias que arrendam terra de terceiros, todas arrendam pequenas áreas, de 3 a 5 hectares para complementar a produção do próprio lote, o mesmo acontecendo com quem arrenda o seu lote, arrendando apenas uma pequena parte e produzindo na parte que resta, se configurando esta prática como estratégias de renda, tanto para o arrendatário quanto para quem arrenda. Algumas famílias arrendam para agricultores não assentados.

Em média, 36,6% da área é utilizada com lavouras temporárias, 28,66% é utilizada com pastagem plantada e 19,05% com pastagem natural e 4,62 com horta e pomar domésticos e o restante para outros ou nenhum uso. Apenas 0,20% da propriedade foram apontados como área destinada ao lazer.

Com relação as técnicas de uso e conservação do solo, 14,29% usam terraceamento ou plantio em nível, 26,53% cultivam áreas declivosas, 83,67% fazem rotação de culturas, 95,92% não utilizam queimadas, 69,39% usam adubação verde e 83,67% das famílias utilizam o plantio direto. Quanto à produção agroecológica, 12,24% afirmaram que produzem dessa forma, 48,98% apontaram que parte da sua produção é agroecológica e 38,78% não possuem produção agroecológica, apesar de todos reconhecerem a importância desta. “[...] então tem certas cultura que nós usa agrotóxico, tem certas cultura que não [...]” (RESPONSÁVEL 3). “[...] o

*assentamento é uma mescla de pessoas que defende a agroecologia e praticam e outros que não tão, tão em fase de transição e outros que tão nos modelos convencionais.” (LIDERANÇA 3).* Quanto à reserva legal o assentamento possui uma área de proteção coletiva que supera a exigência legal.

Das famílias que responderam ao formulário 42,86% afirmaram que na propriedade tem diferentes tipos de solo, 40,82% afirmaram que existe erosão do solo e 81,63% apontaram a existência de nascentes, sangas ou córregos, destes 95% confirmaram a presença de mata ciliar e 40% apontaram a existência de proteção artificial das nascentes. Dessa água existente nas propriedades destaca-se o uso domiciliar em 63,27%, o uso com a criação 57,14% e o uso com irrigação em 40,82% dos casos.

Com relação aos equipamentos e veículos para a produção, quando se trata de equipamentos maiores como trator, plantadeira, arados os produtores estão organizados em associação que é popularmente chamada de patrulha agrícola, mas que oficialmente se chama Associação dos Produtores Rurais do Rio do Leão (Conforme Fotografia 1). Quanto aos demais equipamentos destacam-se a ordenhadeira mecânica presente em 33 propriedades, o pulverizador costal encontrado em 31 propriedades, motores presente em 22 propriedades e a carroça utilizada por 18 famílias. No que diz respeito às construções relativas à produção destacam-se as estrebarias presentes em 83,67% das famílias, variando em tamanho de 20 a 100 metros, devido a forte produção de leite, os chiqueiros e galinheiros presentes em mais de 73% das propriedades, nesse caso mais atrelados ao consumo próprio e uma venda direta em pequena escala e o galpões presentes aproximadamente em 70% das propriedades.



**Fotografia 1 – Trator da Associação dos Produtores Rurais do Rio do Leão**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).**

A utilização da mão de obra nas propriedades demonstra claramente a condição de agricultura familiar conforme aponta a tabela 6.

**Tabela 6 – Utilização da Mão de Obra**

<b>Mão de Obra</b>	<b>Sim</b>	<b>(%)</b>	<b>Não</b>	<b>(%)</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
Familiar	49	100	0	0	49	100
Empregados Permanentes	0	0	49	100	49	100
Empregados Temporários	7	14,28	42	85,72	49	100
Troca de dias	22	44,90	27	55,10	49	100
Mutirão	10	20,40	39	79,60	49	100
Trabalho fora do lote	26	53,06	23	46,94	49	100

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.**

O trabalho na propriedade é realizado pelos próprios familiares, combinado com alguma troca de dias, variando entre cinco e trinta dias, com o uso restrito de empregados temporários e com o trabalho fora do lote, demonstra a diversificação das estratégias e a pluriatividade para a reprodução das famílias, pois muitos combinam as atividades do lote com atividades em outro ramo. “*Não eu sempre*

*gostei assim de levantá cedo, daí sempre levanto até hoje quinze pras seis e tiro lá, sempre quando é sete hora já to pronto aqui, quando é sete e meia vô pra cidade, mas sempre faço o trabalho antes, então não é a atividade do leite que atrapaia as outras coisas né.” (RESPONSÁVEL 4).* A integração não é uma estratégia utilizada nos lotes, apenas 3 famílias trabalham nesse sistema, na produção de fumo, mas também com produção diversificada.

Antes ainda do assentamento ser constituído foram discutidas possibilidades inclusive de produção coletivizada, porém pelas circunstâncias a produção se dá da forma atual como podemos notar no depoimento de um assentado.

*[...] nós tinha um debate muito mais avançado, no nosso ponto de vista de constitui o assentamento porque nós já tinha feito toda uma preparação de grupos, as afinidades das família, os modelos de produção e foi uma briga muito grande quando saiu a emissão de posse e a seleção de família porque o INCRA é, obrigava faze uma assentamento num formato antigo que sempre o INCRA fez, que é aquele quadrado, dividi os lote e de preferência faze sorteio entre as família,[...] eu dentro do movimento sempre defendi essa questão da cooperação participei, na época das ocupações, de muitos modelos coletivos de produção, grupos informais, associações e tudo mais e ali a gente também fez esse debate, junto com todas as famílias e principalmente na área de agroecologia tinha um debate muito forte, qualidade dos alimento, responsabilidade que a gente tem de comprová que a reforma agrária é uma coisa viável, que dá certo, que produz alimentos saudáveis, que tem qualidade de vida.” (LIDERANAÇA 3.)*

Algumas famílias se organizaram por afinidade para trabalhar de forma coletiva inicialmente, porém a iniciativa não avançou e gradativamente as famílias foram produzindo individualmente e se organizando associativamente via cooperativa. *“[...] a gente tento faze um trabalho em princípio meio coletivo até, comecemos mal né tudo desorganizado, o rumo errado, poderia te dado certo se a gente tivesse investido em outra coisa, primeira coisa foi compra um trator e plantadeira grande aí, porque achava que vai resolve o problema. (RESPONSÁVEL 04) “virá fazendeiro, com 35 alqueire” ( FILHO 1 - 4).*

Com relação à produção, atualmente cada lote tem sua produção independente e desenvolvem estratégias de comercialização dos produtos, porém algumas estratégias coletivas, organizadas pela associação ou pela cooperativa dão mais alternativas aos assentados.

*Primeiro, o aspecto que o movimento sem terra sempre defende que o assentamento tem que ter é produzir a sua existência, então esse assentamento produz isso muito bem o pessoal tem uma diversificação*



*muito grande aí pra se mante. Pra renda a principal atividade é o leite né, que deve ir pra agroindústria (a cooperativa está construindo um laticínio para produzir derivados a partir do leite orgânico), além do mais a Cooperjunho fornece alimentos para as políticas públicas do PAA e do PNAES né e tem uma padaria industrial, onde trabalham mais de dezenove mulheres organizada em revezamento de tal forma que nenhuma tenha que abandonar as atividades do lote, [...] outros grupos tem estrutura de máquinas com associação organizada (Patrulha Agrícola) né e também tem as feiras né o pessoal participa com a feira orgânica na cidade e muitos assentados também que não tão diretamente na feira mas eles vendem diretamente aos consumidores na cidade, fornecem em muitos mercados né, tem várias famílias que fornecem vários produtos aí pros mercados da região e alguns até diretamente nos bairros com pequenos veículos que vão e em duas, três horas entregam para muita gente produção de hortigranjeiros. (LIDERANÇA 1)*

No que diz respeito à produção animal e seus derivados destaca-se como fonte de renda das famílias o leite. Das famílias entrevistadas 42 (85,71%) trabalham com bovinos de leite com uma média de 16 cabeças de gado por família. (Ver Fotografia 2). Identificou-se ainda a produção de suínos e aves em 75,51% e 83,67% das famílias respectivamente, porém essa produção é mais destinada ao consumo e o excedente é comercializado via feira ou diretamente aos consumidores vindo a se configurar numa boa alternativa de renda. A produção de bovinos de corte, ovinos e caprinos se destina ao consumo próprio e em raros casos alguma comercialização. Quanto ao leite principal derivado da produção animal, dentre as famílias produtoras, obteve-se uma média de 22086 litros/ano, desses 21524 litros (97,45%) são comercializados. Identificou-se ainda a produção de queijo, manteiga e ovos que também influenciam na renda das famílias.

Na produção agrícola, 44,9% das famílias produzem soja numa média de 240,3 sacas por propriedade, destes 95,23% usam adubo químico e semente certificada e apenas um agricultor (4,77%) afirmou usar semente crioula e adubo orgânico, 85,71% usam herbicida, em torno de 60% usam inseticida e fungicida e 42,85% usam calcário, a comercialização é feita em cooperativas da região e poucos casos em agropecuárias. O milho é produzido por 69,38% das famílias, destas somente 9 famílias (26,47%) comercializam o produto em cooperativas e cerealistas, as famílias restantes utilizam o produto para consumo na propriedade, principalmente em silagem; nesse cultivo prevalece o uso de adubo químico, semente certificada e herbicida. O feijão é produzido por 26,53% das famílias e seu destino é o consumo próprio, porém algumas famílias comercializam o produto de forma direta, na feira e também fornecem aos programas do governo PAA e PNAE.

Apenas um proprietário comercializa em quantidades maiores com a cooperativa, neste caso não há o uso de semente certificada, somente semente crioula ou própria e o uso de herbicida, fungicida e inseticida é extremamente baixo em relação às famílias que cultivam o produto.



**Fotografia 2 – Propriedade Assentamento 8 de Junho (Produção de Leite e Mata)**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).**

Outros produtos que podem ser destacados e que auxiliam na reprodução das famílias são: a mandioca com uma comercialização na média de 1214Kg/ano por família que se dedica a sua produção, a batata doce vendida na média 1000Kg/ano por família, as hortaliças com média de venda de 1700Kg/ano por família produtora e as frutas vendidas em torno de 1300Kg/ano por família. Destaca-se para estes produtos a comercialização direta ao consumidor, em supermercados, e programas do governo PAA e PNAE. Com relação a isso cabe aqui uma crítica de um filho de assentado ligado à Cooperjunho, no sentido de que há espaço para ampliar a produção.

*Nós hoje aqui, o assentamento, nos últimos dois anos pra cá aprovamos mais projeto do que tem de produção aqui pra entrega, então pra te uma noção, então hoje poderia ter o dobro de família produzindo verdura hortaliça, nós não concorremos ao PNAE do município na parte de verdura e coisa assim porque não tem mais produção. Hoje eu sempre digo assim, nós enquanto movimento, as entidades, se preocupamos muito em criar as leis e algumas coisa e não se preocupamo ao mesmo tempo de organizá a produção desses produtos né. Por exemplo, hoje tem a lei dos 30%, mas se ve apurado, isso município pequeno, mas pega aí as grande região não consegue mante, eu acho que nós, por meio dos pequenos, ainda tem muita cabeça no milho e soja e é complicado né, aqui tem alguns mudando, mas é poucos né. (FILHO 1 - 4).*

A média de renda bruta anual das famílias relacionada à diversidade de atividades, a partir das respostas dadas ao formulário, está apresentada na tabela 7.

**Tabela 7 – Diversidade de Atividades e Média de Renda Bruta Anual das Famílias**

<b>Atividades</b>	<b>Renda Total (R\$)</b>	<b>Média (R\$)</b>	<b>(%)</b>
Produção Agrícola	388.460,00	7.927,76	24,14
Produção Pecuária	4.900,00	100,00	0,30
Derivados da Produção Animal e Vegetal	697.690,00	142.38,57	43,35
Aposentadorias e Pensões	157.254,00	3.209,27	9,77
Renda Não Agrícola	306.572,00	6.256,57	19,05
Arrendamento de Terras	12.300,00	251,02	0,76
Aluguel de Máquinas	4.500,00	91,84	0,28
Trabalho Agrícola Fora do Estabelec.	20.000,00	408,16	1,24
Programas Sociais	9.800,00	200,00	0,61
Outros	8.000,00	163,27	0,50
<b>Total</b>	<b>1.609.476,00</b>	<b>32.846,45</b>	<b>100</b>

**Fonte: Pesquisa de Campo, (2012).**

Os dados apresentados comprovam o que as entrevistas apontaram, os derivados da produção animal e vegetal representam o maior percentual da renda das famílias, com grande destaque para o leite que é o carro chefe da economia no assentamento, seguido pela produção agrícola e pela renda não agrícola. Cabe ressaltar que essa renda não agrícola é em boa parte gerada pelos postos de trabalho da Cooperjunho, em algumas cooperativas regionais e também em agroindústrias na região. Outra fonte de renda que se destaca é aquela oriunda da aposentadoria de membros das famílias.

Com relação à variação de renda entre as famílias pode-se destacar que a maior parte das famílias transita próxima a renda média, 8 famílias (16,32%) se

encontram no extremo baixo com uma renda muito inferior a média, segundo a análise do pesquisador, esse fato se deve a pouca diversificação dessas oito famílias, pois apenas uma tinha mais de duas estratégias de renda, uma tinha duas estratégias sendo uma aposentadoria e as restantes apenas uma estratégia de renda. No extremo superior, as famílias que superaram bem a média estão em número de 10 (20,42%) e o grande destaque destas famílias fica por conta de, além da diversificação da produção no lote, conseguir agregar uma renda não agrícola. Não se conseguiu perceber nesse extremo a concentração de produção sobre um produto.

Nesse sentido, retomando o que apontou Ferreira (2002) quanto à importância dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, primeiro por defender o retorno à terra, e depois pelas estratégias de reprodução pautadas na diversificação, na pluriatividade, no associativismo e a busca por estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais.

Dentro dessa perspectiva de reprodução social das famílias o estudo aborda a partir daqui a questão do lazer e sua relação com esse tecido social, na preservação do ambiente, na valorização dos recursos naturais, e como uma possível estratégia de renda para as famílias, para quem sabe aumentar as alternativas apresentadas pelo quadro anterior.

#### 4 LAZER NO ASSENTAMENTO RURAL 8 DE JUNHO

Nasceram as comunidades rurais em torno da capelinha que, com o passar do tempo e o progresso financeiro do colono gringo, foi melhorando o aspecto e recebendo, anexas, outras benfeitorias, como escola, pavilhão de festas, cancha de bocha, campos para jogos com bola... tudo à maneira da terra de origem. (VOLTOLINI 2005, p.198)

A citação mostra uma tradicional relação do sujeito rural com o lazer, num período de colonização das regiões sudoeste, oeste e centro-oeste, por famílias de origem étnica europeia, oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essa relação comunitária nos momentos de não trabalho já era uma reprodução do modo de vida da terra de origem e integrava lazer, religião, socialização e política.

Apesar de expressar uma sociabilidade camponesa, esse modo de vida, já apresentava uma transformação com o modelo camponês pré-moderno, pois definia um espaço e um tempo diferentes para o trabalho e para o não trabalho, enquanto nas sociedades anteriores ao processo de industrialização, conforme aponta Marcassa (2002) o trabalho, a diversão, o descanso, o ócio e a convivência social e familiar se misturavam e se confundiam sem provocar grandes problemas entre o trabalho e o passar do tempo. Esse provavelmente era o espaço de lazer dos chamados caboclos de origem brasileira (português e índio ou negro)

Portanto, o lazer nas famílias rurais mantém um forte vínculo com práticas das sociedades tradicionais, como as relações pessoais, a presença, a comunidade, os laços, mas também assume características da sociedade moderna como a organização de um tempo específico, os equipamentos/espços próprios e as atitudes ou interesses. O lazer enquanto elemento da prática social, segundo Corona & Ferreira (2012) faz parte de um arcabouço de experiências e saberes que, como estruturante de uma sociedade, deve ser reproduzido. Porém esse arcabouço sofre mudanças, não apenas pela evolução simples, mas por eventos no ambiente e na produção, por exemplo, novas relações de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa buscou conhecer as relações históricas com o lazer em famílias de agricultores assentados no 8 de Junho e suas relações com o tempo, interesses e espaços, para o lazer.

As famílias entrevistadas, representadas por seus integrantes mais idosos mostraram uma identificação muito forte com essa sociabilidade até aqui apresentada, oriundos de agricultores familiares e tendo sua vida social organizada

em torno da comunidade. *“Bom até os dezesseis anos eu trabalhava meio dia em casa e meio dia eu estudava, depois dos dezesseis anos então me convidaram pra lecionar lá, a gente morava numa linha de Capanema, continuam morando, a minha família, com dezesseis anos daí meio dia eu estudava e meio dia eu lecionava.”* (CÔNJUGE 1). *“Nós era e semo até hoje, uma família mais ou menos grande, oito filho, né meu pai, [...] onde a gente morava era tudo pequeno produtor, então era tudo próximo, cerca de 8 a 10 km tinha 10 comunidade, então cada pouquinho tinha uma comunidade.”* (RESPONSÁVEL 4).

Com relação ao tempo destinado ao lazer, os entrevistados mais velhos, apontaram que durante a infância o lazer era entrecortado pelos afazeres junto à propriedade e pela escola, mas que o tempo livre era muito aproveitado para brincadeiras junto à natureza. *“O pai tinha um, na verdade não era pra chama nós, era uma buzina que era de chamá cachorro quando ele saía caçá [...] nós descia num riozinho uns dois, três km pesca né, se tocasse aquela buzina podia saber que era pra ir pra casa porque, ou tava na hora de trata os bicho, ou se não, tinha visita.”* (RESPONSÁVEL 4).

Já, da juventude em diante, as atividades de lazer no dia a dia, próximas a moradia e em contato com a natureza ficavam mais esporádicas, restavam as visitas noturnas aos vizinhos, o serão, *“Eu sempre me dei bem com os vizinhos, eu gostava de jogá baralho [...] e aí a gente se reunia em quatro ou seis e jogava baralho, gostava de canastra.”* (CÔNJUGE 1) e o tempo destinado ao lazer era o final de semana, sábado e domingo. *“[...] nós saíamos todo o sábado, todo o domingo, era sábado à tarde, sábado à noite, domingo, jogava vôlei, futebol, tudo junto, masculino e feminino a gente formava time mistos até os vinte sete anos vinte e oito.”* (CÔNJUGE 1).

Outro aspecto que permitiu caracterizar o lazer de famílias do Assentamento 8 de Junho, diz respeito aos equipamentos para o lazer. Marcellino (2006) classifica os equipamentos em específicos e não-específicos, sendo, os equipamentos específicos aqueles concebidos especialmente para as práticas de lazer. Nesse sentido o equipamento é um espaço destinado às práticas de lazer, que pode ser somente para o lazer ou de uso conjunto com outras atividades.

Tradicionalmente o lazer em comunidades rurais se desenvolveu no pavilhão da comunidade - *“O único lugar que a gente saía era na comunidade da gente né, domingo de manhã no culto e de tarde jogar futebol, assistir futebol [...]”* (CÔNJUGE

3) - que servia para usos múltiplos, jantares, festas, bailes, reuniões sociais e políticas, normalmente junto à capela e próximo ao campo de futebol. Teoricamente a comunidade rural seria um equipamento não específico para o lazer com alguns locais específicos. Porém, ao analisar os aspectos históricos das famílias rurais todo o espaço rural sempre foi utilizado como um equipamento de lazer “[...] *tomá banho de rio, se pendurá nos cipó, atravessá, hoje, se eu visse um filho meu ou um neto fazê o que nós fazia na época acho que ia fica loca né, aquilo era 50, 30 metro das pirambeira, nós pegava o cipó dum lado e ia pro outro[...]*” (CÔNJUGE 4). “*Rio sempre tinha, sempre ia pesca né, nadá também né.*” (RESPONSÁVEL 2).

Com relação às áreas de interesse para o lazer, historicamente destaca-se o interesse social, que, segundo Marcellino (2006) integra “o relacionamento, os contatos face a face, o convívio social [...]”. Dentre os entrevistados mais antigos as atividades destacadas nesse interesse são as festas, os bailes e a frequência a comunidade para o convívio. “[...] ia nos bailes nessa comunidade e quando não tinha lá a gente saía ao redor, sempre,[...]” (CÔNJUGE 1), “[...] ir num bailinho na comunidade, festa, ir em alguma festinha [...]”(RESPONSÁVEL 3), “[...] cada pouquinho tinha uma comunidade, então a gente sempre, baile, festa então final de semana futebol, sempre, esse era o principal lazer né, e eu conheci a Denise[...]” (RESPONSÁVEL 04). As visitas aos vizinhos, aos parentes, ou aos amigos, também marcavam as atividades de lazer, principalmente os serões “*Sempre tinha visita à noite.*” (RESPONSÁVEL 3).

Ainda com relação ao interesse outro destaque é o que Marcellino (2006) classifica como interesse físico, o qual envolve as práticas esportivas, a pesca, enfim onde prevalece o movimento. Nesse aspecto o que se percebeu entre os entrevistados em idade mais avançada é que esse interesse tradicionalmente esteve ligado à proximidade com a natureza, atividades de caça e pesca, “*Esse sim, principalmente era no dia a dia era pesca, caçá, que qualquer sanguinha dava uns peixinho, hoje não tem mais isso, caçá.[...]*” (RESPONSÁVEL 4) e ligado ao futebol, ou vôlei “[...] jogava vôlei, futebol [...]”(CÔNJUGE 1). Porém, os interesses físicos estavam fortemente ligados aos interesses sociais na comunidade como é o caso do futebol, onde muitas vezes o interesse não era jogar, mas assistir. “*Jogá bola por exemplo, nós andava quilômetros, porque carro não tinha, bicicleta não tinha, uns ia de a cavalo outros a pé né, juntava toda a vizinhança as meninada e saia longe pra jogá ou assistí jogo né[...]*” (CÔNJUGE 4).

Com relação a um suposto interesse turístico, as observações e anotações do pesquisador dão conta de que ele não fazia parte da prática social tradicional das famílias entrevistadas. Quando viajavam era com o intuito de visitar familiares, o que se enquadra mais no interesse social, de relacionamento do que na busca de novas paisagens, novos costumes e novas pessoas, características do interesse turístico.

Assim, o lazer, tradicionalmente, nas famílias do assentamento, cumpria a função de descanso dos afazeres diários, cumpria a função de divertimento e recreação (DUMAZEDIER, 2000) e cumpria também a função de socialização, de relacionamento, atuando de forma decisiva na manutenção do tecido social ao qual essas famílias pertenciam, sem, contanto, estar ligado à possibilidade de geração de emprego e renda. A relação do lazer com o ambiente e recursos naturais era a mais direta possível, sem a intermediação de ferramentas tecnológicas ou de técnicas elaboradas, com a utilização de saberes e experiências reproduzidas culturalmente.

O tempo destinado às visitas e serões diminuiu consideravelmente, mas deixou saudade, o *“eu gostava de canastra”* da entrevista citada acima demonstra isso, as relações pessoais e locais foram gradativamente sendo substituídas pelas relações à distância via, principalmente a televisão, a qual antigamente não tinha tanta influência, como aponta um entrevistado ao falar sobre, *“[...] tinha, mais a gente não era muito ligado[...]”* (CÔNJUGE 1), e hoje está presente em 100% das famílias participantes da pesquisa (dados da pesquisa). Como nos mostra Giddens (1991) as atividades sociais antes encaixadas nas particularidades dos contextos de presença, agora afetadas pelos mecanismos de desencaixe se abrem para múltiplas possibilidades de mudanças liberados das restrições, dos hábitos e das práticas locais. Um grupo de famílias tenta resgatar e manter essa tradição de se encontrar à noite *“uma vez por mês, nas casa, as família se reúne uma vez por mês, faz um circulo bíblico e depois comes e bebes e contam história.”* (CÔNJUGE 3).

O final de semana destinado a vida comunitária, principalmente ao lazer é uma tradição mantida desde a infância pelos adultos mais velhos *“domingo não é dia de trabalha”* (CÔNJUGE 4), o que pôde ser comprovado pela observação participante do pesquisador. Desde o sábado o movimento gira em torno da comunidade, *“Aí também tem as atividade de lazer na comunidade, se qué todo sábado e domingo tem né, sempre tem gente lá, se encontram. [...] convivência com as outras pessoas né é um lazer.”* (CÔNJUGE 4). O lazer se associa com atividades relacionadas à associação e cooperativa e reuniões, eventos que terminam



normalmente com uma conversa próxima à copa da comunidade, onde outros, que não estavam envolvidos com os compromissos sociais, ou jogam baralho ou conversam, alguns, geralmente mais jovens, mas não necessariamente, jogam bola, outros reivindicam uma cancha de bocha, a qual não será construída por decisão em assembleia, pelo menos por enquanto. O domingo, exceção feita à celebração, que é a primeira atividade do dia, é todo destinado ao lazer, ao convívio e ao descanso, após a celebração as famílias se encontram, algumas organizam seu almoço pela comunidade coletivamente, outras retornam para casa ou casa de amigos para almoçar. A tarde é destinada ao jogo de futebol oficial, tanto para quem joga, como para quem assiste, amistoso entre os times da comunidade contra times de outras comunidades, ou competições entre comunidades e até mesmo torneios. “[...] os melhores torneios e campeonatos de futebol da região acontecem no 8 de junho” (LIDERANÇA 1).

Já com os jovens, a tradição do fim de semana destinada à vida em comunidade e ao lazer está gradativamente se perdendo, por outros interesses, *“por isso que hoje em dia a gente passa até raiva com a juventude né que não sabem se divertir, as vez, aproveitá o pouco de bom que tem ainda.”* (CÔNJUGE 4), ou pela questão do tempo disponível. *“porque tem final de semana que ninguém sobe porque tem que estuda pras prova que tem né então as vezes a universidade também atrapalha.”* (FILHO 2 - 4).

Dentro do interesse social o grande destaque são as festas, a tabela 8 demonstra a participação maciça das famílias nesses eventos. *“Esse é um dos orgulho nosso, é ter em torno de cinco festa que acontece tipo gratuita pros convidado que chega. Se não me foge a memória temo cinco que é os assentado que faz a doação e quem chega no assentamento vai lá”* (CÔNJUGE 3). Com grande destaque para a festa de aniversário do assentamento no dia 8 de junho. Essa festa é organizada em colaboração entre todos os assentados, começa com um ato político, com discursos de autoridades e uma celebração, sendo que o ponto significativo é o que eles chamam de mística, uma apresentação de fatos que marcaram a história da conquista da terra. Essa apresentação é feita pelos próprios assentados, principalmente jovens e crianças, após o dia segue a festividade, sendo que o almoço, com churrasco e demais acompanhamentos é gratuito para os convidados. (BLOCO DE ANOTAÇÕES DO PESQUISADOR, 2012).

**Tabela (8) – Participação das Famílias em Festas.**

<b>Festas</b>	<b>Sim</b>	<b>(%)</b>	<b>Não</b>	<b>(%)</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
Igreja	44	89,80	5	10,20	49	100
Associação	43	87,75	6	12,25	49	100
Política	34	69,38	15	30,62	49	100
Escola	23	46,94	26	53,06	49	100
Outras Comunidades	37	75,51	12	24,49	49	100

**Fonte: Pesquisa de Campo, (2012).**

Outra atividade importante dentro do interesse social são as visitas, todas as famílias que responderam ao formulário afirmaram visitar os familiares, 97,95% delas afirmaram visitar vizinhos e 83,67% afirmaram visitar amigos, mesmo que numa frequência reduzida em relação ao passado. “[...] o pessoal também tem muita atividade um na casa do outro as famílias, aniversário, festas o pessoal se encontra muito, então tem muitas atividades.” (LIDERANÇA 1).

Outra atividade muito citada refere-se aos bailes ou jantar dançante, 46,93% das famílias informaram se divertir dessa forma, o destaque nesse tipo de atividade é o jantar dançante. A comunidade do 8 de Junho organiza, através da Associação, quatro eventos desses no ano, esses visam arrecadar fundos para as atividades sociais da comunidade. A opção pelo jantar dançante e não pelo baile se deve a maior integração e maior participação das famílias no jantar e também a questão de segurança, visto que um baile oferece maiores riscos. Ainda dentro do interesse social o jogo de cartas é apontado por 44,89% das famílias e jogado na própria família, com os vizinhos e principalmente na comunidade.

Dentre as práticas esportivas, na área dos interesses físicos, destacam-se o futebol e a pescaria, apontados como opção de diversão e lazer por 59,18% e 46,93% das famílias respectivamente. O que de certa maneira representa uma manutenção de práticas tradicionais para famílias rurais, ainda mais que o interesse nessas práticas está mais ligado ao interesse social, contato, convivência, do que ao interesse físico e esportivo propriamente dito.

Outra área de interesse que aparece na pesquisa é o interesse turístico, que se constitui nos passeios e nas viagens e na busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes, além é claro da quebra da rotina temporal e espacial (MARCELLINO, 2006). Nesse aspecto, 22,45% das famílias apontaram que viajam de férias todos os anos, 48,98% afirmaram que viajam poucas vezes e 28,57% delas responderam que nunca viajam de férias. Esse é um interesse que não fazia parte

das gerações mais antigas no assentamento, mas com a geração dos filhos e netos e as transformações na produção material das famílias, já se aponta um interesse significativo. “*Eu fui conhecer o mar em 90, mais ou menos 91, porque tive lá em Joinville e não conhecia o mar né, então como que o cara vai tirar (férias) pagando arrenda pro fazendeiro [...] (RESPONSÁVEL 3).*”

Pôde-se perceber até aqui que muitas práticas históricas referente ao lazer estão se reproduzindo e ao mesmo tempo as novas gerações, as novas relações de produção oportunizam novas possibilidades. Para entender essa trajetória histórica do lazer nas famílias estudadas e compreender essa relação entre experiências cristalizadas que devem ser reproduzidas e novas possibilidades, procurou-se investigar as práticas de lazer em diferentes grupos, estratificou-se a população em adultos homens, adultos mulheres, jovens homens, jovens mulheres, meninos e meninas. Foram estimulados a apontar espontaneamente atividades de lazer que vivenciavam.

Identificou-se no Assentamento 8 de Junho um rol de 28 atividades de lazer dentre as famílias que participaram da pesquisa, o que por si só já mostra uma ampliação do leque de atividades e uma mudança em relação às práticas tradicionais de lazer no rural. A tabela 9 apresenta as principais atividades de lazer acessadas pelos grupos etários.

**Tabela (9) - Acesso à atividades de Lazer por Grupos Etários**

<b>Atividades</b>	<b>Homens Adultos (%)</b>	<b>Mulheres Adultas (%)</b>	<b>Homens Jovens (%)</b>	<b>Mulheres Jovens (%)</b>	<b>Meninos (%)</b>	<b>Meninas (%)</b>
Festas	37,5	54,05	19,04	35,29	0	25
Futebol	27,5	8,1	71,42	29,41	41,66	0
Bailes	5	8,1	38,09	35,29	0	9,09
Visitas	10	29,72	0	0	0	0
Comunidade	17,5	10,8	9,52	11,76	0	0
Pescaria	10	0	0	0	8,33	0
Internet	0	0	9,52	11,76	0	0
TV	2,5	2,7	0	5,88	8,33	9,09
Brincar	0	0	0	0	38,09	47,05
Passear	10	10,8	9,52	11,76	8,33	0

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.**

O que os dados mostraram é que algumas práticas de lazer, que são tradicionais às famílias, ainda se mantêm em todas as faixas etárias, como é o caso da festa, do futebol e do baile. Outras práticas com relação histórica com as famílias como as visitas, a pescaria e a presença na comunidade mostram uma tendência de

queda nas novas gerações. Outra consideração que pode ser extraída dos dados, diz respeito ao surgimento de novas práticas, que não faziam parte da tradição familiar em gerações anteriores como a internet e a própria TV. E, também, pelos dados pode-se inferir que há uma busca por outros espaços de lazer que não mais os espaços rurais e da comunidade, destaque para o “passear” que pode ser somado a outras atividades como balneário e viagens dando uma ideia de busca por outros locais.

Os grupos de faixa etária mais jovem mantêm o vínculo com as práticas tradicionais, principalmente quando acessam juntamente com a família, porém suas preferências individuais ampliam suas possibilidades e começam a acessar outras práticas. Entre os jovens e adolescentes o interesse social diminui consideravelmente, “[...] *mas hoje nem lembram mais, com a internet, assisti TV, nem querem se sujá né [...]*” (CÔNJUGE 4), na comunidade, participam mais das festas e eventos tradicionais maiores e buscam convívio social fora da comunidade. “Gosto de ir na Toca do Leão, gosto das piscinas, vou nas festas da comunidade e nos jantares dançante” (FILHO 1 - 2). “[...] *mas a meninas, minhas amigas que moram aqui né, a gente vai em festa na cidade, boliche [...]*” (FILHO 2 - 4).

Já para os meninos e meninas a prática em si do esporte desperta mais o interesse, eles apontaram, além do futebol, a prática do vôlei e outros esportes de quadra, e piscinas, as brincadeiras, a escola, porém quando instigados sobre os espaços naturais, lembraram das cachoeiras e sangas, mas afirmaram não as utilizarem para o lazer.

Numa visão mais ampla, toda a comunidade pode se tornar espaço de lazer, porém de uma maneira geral, os próprios agricultores não percebem assim, para eles os equipamentos/espaços de lazer ou estão junto à capela ao salão comunitário ou estão na cidade, ou são espaços específicos no rural, como áreas de camping entre outros. Sobre esse aspecto o Assentamento 8 de Junho tem um vínculo histórico com essa tradição, a maioria das famílias assentadas tinha essa relação com comunidades rurais e reproduziram esse modelo com uma exceção, na comunidade estudada não existe a capela, a celebração religiosa é feita no próprio salão, que também serve para todos os eventos comunitários tanto do assentamento, como de outras entidades que se utilizam dele. “*Tem um salão comunitário simples mais bem amplo e uma certa estrutura, nesse assentamento se fazem muitos eventos, tanto do governo estadual, do INCRA, do governo federal, da*

*universidade, das prefeituras aqui da região do conselho de desenvolvimento do território,[...]" (LIDERANÇA 1). Outro vínculo com o modo tradicional de organizar os espaços para o lazer diz respeito ao campo de futebol organizado junto ao salão comunitário "[...] o pessoal tem um campo de futebol [...] em Laranjeiras do Sul os melhores campeonatos e torneios são feitos nesse assentamento eles fazem vários, vários tipos, tem de veteranos, de campo, de suíço, de feminino[...]" (LIDERANÇA 1).*

Dessa forma, as características do lazer vivenciado pelas famílias no Assentamento Rural ainda mantém um vínculo muito forte com as práticas e identidade rural. A comunidade é o espaço de lazer e de vida comunitária e é ali que acontecem as práticas esportivas, sociais e culturais, ligadas ao lazer ou não. Essa característica é muito marcante no Assentamento 8 de Junho, pois as famílias que conseguiram o lote ainda mantinham um laço histórico muito forte com o rural. Isso não significa dizer que não se incorporaram outros interesses de lazer aos interesses tradicionais, tanto nas gerações mais recentes, quanto nas mais antigas, sendo a proximidade com a cidade um fator marcante para isso. Tanto que, das famílias que responderam ao formulário apenas 18,36% afirmaram não ir à cidade em busca do lazer, 42,85% vão à cidade em busca de lazer e 38,77% o fazem raramente.

Com relação ao ambiente rural, a paisagem, os recursos naturais, a biodiversidade, estes não são percebidos pelos assentados como espaços para o lazer, primeiro porque estes espaços são rotineiros, já passam despercebidos ou são esquecidos. Segundo, a representação já formada pela população pesquisada é do lazer institucionalizado, com tempo específico, equipamento/espaço específico e práticas específicas, caminhar pelo ambiente, nadar, fazer trilhas, enfim explorar os espaços disponíveis não é cogitado, a não ser a pescaria por alguns assentados da faixa etária superior. Por não perceberem o potencial natural, os recursos derivados desse potencial e a sua própria tradição como potencialidades para o lazer, a percepção do lazer e turismo como estratégia de reprodução econômica ainda está distante, pois acreditam que precisam transformar completamente seus espaços para que o lazer e o turismo possam se transformar em atividade viável. Assim, daqui para frente o estudo pretende identificar potencialidades para o lazer como estratégia de renda para os assentados, tendo como referência o ambiente espacial, a tradição histórica e cultural e os recursos naturais.

#### 4.1 PERSPECTIVAS PARA O LAZER NO ASSENTAMENTO RURAL 8 DE JUNHO

A abordagem do Assentamento 8 de Junho como um território, mesmo que dentro de um território maior, permitiu analisar os sistemas de atividades (CAZELLA et. al., 2009) das famílias, as quais se manifestam por dinâmicas sociais, econômicas e institucionais nesse espaço e correlacionar essas dinâmicas com as múltiplas funções da agricultura, nosso instrumento de análise, especialmente a dinâmica do lazer. Isso permitiu entender que as estratégias de reprodução econômica pluriativas (atividades agrícolas e não agrícolas) no assentamento extrapolam a simples produção de renda na esfera privada, mas também contribuem para a manutenção dos bens públicos (manutenção do tecido social, preservação da paisagem e dos recursos naturais e segurança alimentar), nesse sentido o território estudado congrega as diversas funções da agricultura.

No caso específico do lazer no assentamento ele é uma dinâmica social que atua diretamente na esfera pública, como um elemento do tecido social e cultural e é resultado das relações sociais e das relações com a natureza, reproduzido a partir de uma tradição, faz parte de um arcabouço de experiências e saberes práticos que estruturaram a comunidade, mas que não são fixos e sofrem mudanças a partir de transformações sociais e naturais. Dessa forma, o lazer tem um duplo sentido, é produto e produtor de uma determinada sociabilidade local.

No caso estudado, pode-se afirmar que o lazer atua consideravelmente na manutenção do tecido social e cultural. Na interação, preservação e valorização dos recursos naturais e da paisagem rural sua atuação é nula, não valoriza, não preserva e também não degrada e como estratégia de geração de renda e trabalho, o papel do lazer se resume a organização de jantar dançante, que reúne fundos para a própria manutenção das atividades culturais da comunidade, rigorosamente, como uma atividade para a reprodução econômica das famílias ele não é utilizado e, sob esse aspecto, ainda não foi pensado no 8 de Junho. *“É, na verdade, veja, o lazer pra nós é uma coisa ainda, qué dize, é uma dificuldade que a gente tem, porque a gente não tem debatido, ou seja no histórico de luta do movimento, a gente se foco muito na qualidade de vida das famílias na produção na luta né, mas discutiu muito pouco o lazer, não se tem um debate mais aprofundado.” (LIDERANÇA 2).*

Nesse sentido a pesquisa buscou levantar perspectivas para o lazer como expressão da tradição e da cultura, como forma de interação com a paisagem e

como estratégia de renda, através da socialização de serviços e de produtos ligados natural e culturalmente ao território do Assentamento 8 de Junho, a partir da própria percepção da comunidade e de imagens locais.

#### 4.1.1 Tradição e Cultura

Uma identidade cultural possui componentes que formam um todo integrado e inter-relacionado como a história, os valores, o território, os símbolos e também elementos tangíveis, incluindo a tecnologia (ALMEIDA, 2011). Nesse sentido, elementos oriundos e estruturantes dessa cultura e dessa tradição podem se constituir em motivos para o lazer e para o turismo e estes atuarem na preservação e reprodução dessa identidade.

Quando indagados sobre as potencialidades para o lazer, tanto para a comunidade, quanto para oferecer à sociedade de uma forma geral na forma de turismo, o elemento histórico que apareceu significativamente foi a luta pela terra que é chamada de “mística”.

*[...] todo o aniversário do assentamento se busca resgatá a mística da luta ali pra conquista aquela terra e sempre focando que a luta da reforma agrária continua, eu acho que eu destacaria esse trabalho que a comunidade faz, ou seja, quem faz essa mística, quem faz esse resgate histórico é muito poucas das pessoas que vivenciaram, ou que participaram desde o início ali, é um pequeno grupo que coordena, mas se envolve muitas crianças que vieram depois, nós temos criança ali de 10 anos, de 8 anos ou até de cinco anos que não passaram por esse processo, mas que tão repetindo, ou seja eles tão fazendo nessas datas comemorativas, mostrando para o público que tá ali, pras pessoas que nos prestigiam como que foi a luta daquelas famílias que tão ali, isso é importante, porque, essa juventude passa a valoriza, passa a vivenciar o que foi esse momento então é uma memória viva que a gente faz,[...] (LIDERANÇA 3)*

A comemoração de datas, nesse caso a data de ocupação é o motivo desencadeador dessa celebração, dessa festa que agrega elementos da cultura rural, inclusive a churrascada, “*Todo o ano o pessoal faz uma festa, aberta para comunidade e é um almoço gratuito, churrasco, salada, bom tudo o que o pessoal tem ali produtos próprios [...]*” (LIDERANÇA 1) e elementos da luta pela reforma agrária “*[...] e onde se rememora, traz as fotos, se teatraliza, tem é atividades que o movimento sem terra chama de organização da mística, que é um pouco recordar e vivenciar,*” (IDEM).

Ainda sobre a “mística”:

*[...] pra comunidade em si entende também é, como é que foi a nossa história né, daí a vezes a gente se pergunta, o que que a gente vai fazer pra mística do ano que vem né, por mais que seja uma vez por ano, essa questão da mística vai se a história de novo, porque tem tanta coisa as vezes pra conta né, novas pessoas as vezes pra conta, ou a gente tem que conta a história de como surgiu nosso assentamento, ou a gente aborda fatos assim tantas pessoas, na última vez da mística, tantas pessoas que morreram lutando, perderam a vida lutando né,[...] (FILHO 2 - 4).*

Porém, além da história do próprio acampamento/assentamento 8 de Junho, aparece a história de muitos acampamentos que acabaram redundando em assentamentos pela região “A gente teria que fazer um resgate até, porque se pegá, aqui foi o berço dos acampamento né, a não ser o mais antigo aqui que é o Xagú e eu acho que Estrela né (Cantagalo), mas os demais todo mundo acampo aqui, daqui que saiu os assentamento, mais de oito mil família aqui (de 96 a 2003).” (RESPONSÁVEL 4).

Dessa forma essa história como produto das relações sociais em determinado tempo e espaço acaba se tornando um bem cultural, que nas palavras de Almeida (2011, p. 247) “é um produto de concepção humana, dotado de um valor singular qualquer para nós, ou porque constitui uma obra de arte, ou porque representa um testemunho, registro ou um documento da história do homem.”

Outro elemento da cultura e da tradição e que pode se tornar um bem cultural é a própria forma de produção da agricultura familiar e a propriedade (Fotografia 3) “Nessa questão de poder utilizar as propriedades em si como uma fonte de turismo a gente táva comentando outro dia, existe regiões que o pessoal leva as escolas da cidade, as turmas pra ir conhecer uma propriedade rural, como é que funciona principalmente essa diversificação, se tem leite se tem horta e mostra que é possível fazer isso tudo numa área pequena também e ter a renda dali,[...]” (FILHO 1 - 4). “porque a criança, o que que a criança aprende na escola a que só plantam soja, milho é só monocultura né, ou criam gado.” (FILHO 2 - 4). A produção agroecológica também pode se tornar um atrativo, já que muitas famílias estão certificadas, “E eu acho que, também a questão da agroecologia né, que hoje é o foco a agroecologia, então eu acho que este trabalho também ele chama muito a atenção, várias pessoas já vieram filmar.” (RESPONSÁVEL 4).



Os produtos dessa forma de produção também acabam se tornando um bem cultural, porém com uma característica mais tangível “[...] *as própria frutas pra fazer as compotas, conservas, doce né, as vez tem uma criança que quando é que vê isso, na cidade não vê né, não sabe né[.]*” (CÔNJUGE 4). Esses produtos ainda apresentam um potencial de comercialização, que podem ser potencializados pelo lazer e pelo turismo. “Com certeza, tudo que implanta, que venha mais gente, por exemplo, que atraia vai ter que consumir,[...]” (RESPONSÁVEL 3) “*Acho que teria que pensar num ponto de venda de produtos, mas não lá em cima na comunidade, mas mais próximo da BR ali. Quem quisesse lanchar poderia tá visitando e daí a gente ter esse outro material pra também estar mostrando (lazer).*” (RESPONSÁVEL 4). “Um quiosque na beira da BR vendendo só produtos do assentamento.” (FILHO 2 - 4).



**Fotografia 3 - Propriedade com Potencialidades para o Lazer Rural**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).

Nesse sentido, os elementos da cultura e da tradição acabam se tornando um patrimônio cultural, que é definido pela UNESCO (1998) como o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente. Por esses elementos, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez, materializados, são transmitidos às gerações futuras.

Assim, os bens apontados pelos entrevistados acima integram o patrimônio cultural do Assentamento 8 de Junho e podem se constituir em potenciais ofertas de serviços de caráter lúdico, recreativo e cultural.

Uma possibilidade concreta de lazer e turismo nessa comunidade com capacidade de expressar seus bens culturais e que já está estruturada de certa maneira, devendo ampliar suas perspectivas é a festa. Para Almeida (2011) a festa testemunha crenças coletivas, as representações do sagrado próprias de uma comunidade e possui a capacidade de instituir símbolos territoriais nos quais o uso social se prolonga além de seu acontecimento, além do que, a festa é uma maneira de construir relações com as sociedades e com os territórios vizinhos.

A festa se configura então numa importante expressão do território, não somente no aspecto simbólico, mas na questão do espaço geográfico, porém um cuidado que se deve ter com as identidades culturais, se refere a uma mercantilização excessiva, que transforme a tradição em mais uma mercadoria de consumo.

Outra possibilidade, a qual exige uma estruturação completa, mas que deve ser apontada em perspectiva para aproveitar esses bens culturais, diz respeito ao turismo rural, que é citado nas entrevistas “[...] *mas tentar fazer talvez, eu digo, até um roteiro de turismo não envolvendo só o assentamento. Temo ali o Ireno Alves, tem é..., lá embaixo onde tá o Ceagro hoje né, que tem uma vista muito boa lá também pra usina, talvez nesse sentido, não fazer alguma coisa só isolada no assentamento.*” (LIDERANÇA 2), “*Os Caminhos da Reforma Agrária*” (LIDERANÇA 1)

Nesse caso, devido às características do local, o lazer rural no assentamento, ou num possível roteiro regional se enquadraria como; a) destinos tradicionais e populares perto de áreas urbanas, recebendo uma grande proporção de visitantes; e também podendo ser combinado com b) áreas protegidas que procuram integrar o turismo, o ambiente e a economia local (DINIS, 2011). Assim, outro elemento que pode se somar aos aspectos da tradição/cultura, da propriedade e da produção se refere ao espaço, ao ambiente e suas riquezas naturais que também fazem parte do conjunto de elementos naturais/culturais e constituem o patrimônio do território.

#### 4.1.2 Natureza e Paisagem Rural

A abordagem do tema natureza poderia remeter a um sentido oposto ao tema cultura, e esse tópico de capítulo ser visto como distinto do anterior e encaminhar a uma divisão entre bens culturais e bens naturais. Na verdade, os tópicos foram separados por uma questão metodológica apenas, pois não se pode entender os elementos aqui levantados como puramente naturais, mas sim frutos de uma relação cultural e tradicional, assim como aborda Serrano (2007) a paisagem é entendida como a representante cultural da ideia de natureza. Assim esses elementos da relação natureza/cultura exercem um forte apelo para atividades lúdicas, esportivas, culturais, sendo a paisagem o cenário para ações humanas.

Quando estimulados a falar sobre potencialidades para o lazer, os entrevistados citaram amplamente esses aspectos ligados à natureza e à paisagem. O primeiro elemento que vem a mente dos moradores do oito de Junho é a área de reserva legal comunitária. (Figura 3) *“São 90 alqueires né, que poderia ser feito algumas trilhas[...]*” (LIDERANÇA 2).



**Figura 3 – Reserva Legal Comunitária do Assentamento 8 de Junho**  
Fonte: Google Earth, (2013).

*Com certeza, nós temos uma área ali de em torno de 100 a 105 alqueire que é mata nativa e aí se quiser implantar alguma trilha ecológica e tal.” (responsável 9).” A área ainda segundo os entrevistados pode ter determinados usos “[...] o pessoal tem uma floresta grande que é uma reserva, 270 hectares, floresta nativa, intacta ainda, mas hoje não é usada*

*porque havia restrições por parte do INCRA e que agora liberou até pra alguma atividade econômica, apicultura, retirada de material lenhoso seco.” (LIDERANÇA 1).*

Ainda sobre a reserva, nas entrevistas aparecem alguns atrativos para lazer e turismo (Figura 4):

*Se a gente organizá visitasões, o que a gente preservo dali das espécies animais que a gente tem hoje nessa reserva da própria floresta em si, nós temo ali eu acredito que dentre as reservas de laranjeira é onde que mais existe ainda a preservação da jabuticaba, nós temo ali é mais de setenta pé de jabuticaba com mais de cinquenta anos de existência né, além de se uma fruta nativa ali ela, ela é uma coisa que tá em extinção.” (LIDERANÇA 03). “Nós temo o mato ali na beira da BR né e um mato né bonito mesmo, só entra lá na época de pegá jabuticaba né, diz que tem uma lagoa lá.” (CÔNJUGE 4).*



**Figura 4 – Lagoa na Reserva Legal Comunitária do Assentamento 8 de Junho**  
**Fonte: Google Earth, 2013.**

Outro espaço que é comunitário é um espaço onde anteriormente funcionou uma pedreira, (Figura 5) *“Nós temos também um espaço ali que a gente poderia futuramente tá aproveitando que é uma pedreira, que é praticamente quase 2 alqueires de terra que foi tirado a pedra com a sola, a vala que lá que poderia limpar e fazer algumas atividades até ali, porque é um lugar bem, bem bonito ali, se fosse limpar e arrumar ali. Então, acho que atividade teria a ser feita.” (LIDERANÇA 2). “Eu comentava hoje dentro daquela pedreira ali, é comunitário, é uns paredão de*

*pedra, acho que dá uns quatro metro cortado retinho assim tem nascente de água ali né do ladinho,[...] sempre tem água ali que verte da própria pedra.” (RESPONSÁVEL 4), “mais de quatro metro” (FILHO 1 - 4), pela observação do pesquisador em alguns lugares os paredões chegam a dez metros, (Fotografia 4) “Podia fazê escalada nos paredão, é uma coisa.” (FILHO 2 - 4).*

A antiga pedreira, como as entrevistas apontaram, é uma área comum e que apresenta um potencial para o lazer e turismo rural, principalmente para o que Ribeiro & Barros (2007) classificam como turismo tipo aventura desportista de grupo, que inclui modalidades alternativas de baixo investimento de capital fixo. Enquadram-se nessa categoria a escalada, como citada em uma entrevista, o trekking, entre outros, segundo dados do bloco de anotações do pesquisador essa área esporadicamente é utilizada por motoqueiros e jipeiros para fazer suas trilhas, uma das falas confirma *“tem os motoqueiro, [...] tem os jipeiros, [...] mas o assentamento mesmo não organiza isso lá dentro, as pessoas, as vezes, vão por lá percorrem as propriedades, mas não chega a ser uma atividade organizada do assentamento.” (LIDERANÇA 1).*



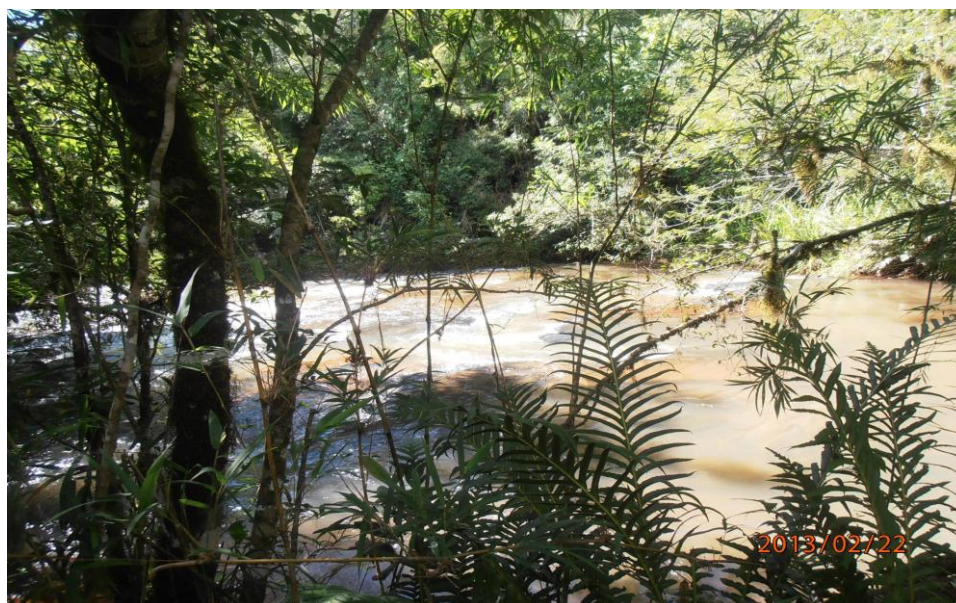
**Figura 5 – Área Comunitária Onde Funcionou uma Pedreira**  
**Fonte: Google Earth, 2013.**



**Fotografia 4 – Vista Interna da Antiga Pedreira (Pesquisa de Campo, 2013).**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).**

Realmente a área apresenta um potencial para o lazer, sendo este na forma de turismo ou de lazer para os próprios moradores, porém o cuidado que se deve ter diz respeito ao tipo de atividade a ser pensada para essa área. A percepção do pesquisador aponta para o lazer tipo aventura desportista de grupo, mais elaborado, com técnicas e ferramentas tecnológicas específicas que não fazem parte da história das famílias, isso não inviabiliza a utilização deste espaço, somente exige algumas condições, principalmente um diálogo entre os saber tradicional do sujeito local e o saber técnico-científico e suas inovações, visto que a possível transformação dessa área em equipamento específico de lazer parece ser a utilização mais adequada do referido espaço, hoje utilizado apenas para carga e descarga de máquinas agrícolas, devido às paredes retilíneas.

No assentamento existem mais duas áreas pequenas de reserva coletiva e também a mata ciliar legal que acompanha o Rio do Leão (Fotografia 5) o qual é limítrofe para a área do assentamento, esse rio apresenta uma potencialidade muito importante para o lazer.



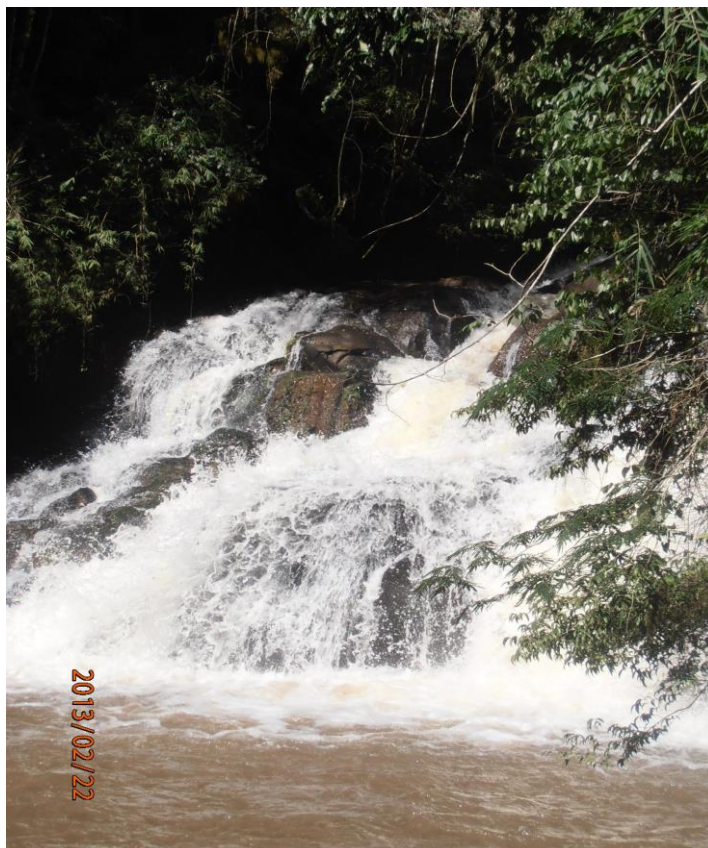
**Fotografia 5 – Imagem do Rio do Leão Assentamento 8 de Junho**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).**

Apesar de o assentamento estar situado num terreno plano sem muitos acidentes geográficos o rio oferece algumas cachoeiras e algumas corredeiras que podem ser aproveitadas para o lazer, sem falar da beleza natural do caminho para chegar até elas. “[...] daí tem mais umas cachoeira grande que é no rio do Leão mesmo, que é divisa do assentamento lá em baixo,[...]” (RESPONSÁVEL 4), “[...]lá embaixo, a gente foi lá bem bonita a cachoeira.” (FILHO 2 - 4). “[...] é riachos são pequenos, tem uma cachoeira, mas parece que é difícil de virá um ponto atrativo, mas também ninguém nunca se preocupa com isso cada um tem que tocá seu lote suas coisas aí e eu me parece que essa cachoeira fica numa partezinha de um segundo pedaço da reserva legal ali do assentamento[...]

(LIDERANÇA 1)

A fotografia 6 mostra a primeira cachoeira do Rio do Leão e parte da piscina natural formada pela queda, esta queda situa-se em um dos lotes do Assentamento

A fotografia 7 mostra a segunda cachoeira do Rio Leão, esta situada numa área de reserva coletiva, frequentada por poucos integrantes do assentamento, forma uma linda piscina natural, apesar de um volume de água menor que a anterior em termos de queda essa cachoeira é maior, devido a um segundo patamar, que não aparece na fotografia.



**Fotografia 6 – Cachoeira no Rio do Leão – Assentamento 8 de Junho**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).



**Fotografia 7 – Segunda Cachoeira no Rio do Leão – Assentamento 8 de Junho**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).

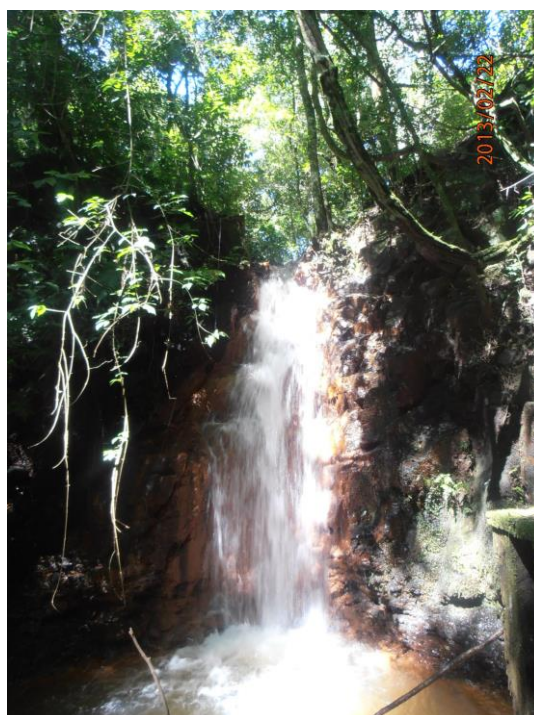


Chama a atenção a beleza da paisagem durante o caminho para a chegada até as cachoeiras (Fotografia 8).



**Fotografia 8 – Paisagem de Mata Nativa no Caminho das Cachoeiras do Rio Leão**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).

Uma última cachoeira que está na área de uma propriedade e é formada num córrego originado de uma das muitas nascentes presentes no assentamento, vai recebendo água de mais nascentes no caminho e forma essa paisagem (Fotografia 9) “*Tem uma cachoeira bem bonita ali é pouca água, mas uma cachoeira bem alta, [...]*” (RESPONSÁVEL 4).



**Fotografia 9 - Cachoeira em Uma Propriedade do Assentamento 8 de Junho**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).

Enfim, a análise das entrevistas e das imagens colhidas em loco, ou por programa via satélite permitem apontar um rico patrimônio comunitário que estrutura o Assentamento 8 de Junho. Patrimônio comunitário é um conjunto de valores, crenças, experiências, saberes, técnicas, instrumentos, espaços, bem como todo o tipo de manifestação tangíveis ou intangíveis que se expressam no modo de vida, na organização social e nas relações com a natureza, constituindo uma identidade cultural (MALDONADO, 2006). Patrimônio, nesse sentido, é entendido como o que é próprio, num sentido de pertencimento, o que implica em cumplicidade e não simplesmente em posse.

O lazer como processo é estruturador desse patrimônio comunitário, pois é através dele que essa sociabilidade se comunica e se reproduz através das gerações, tanto intrinsecamente no território, como externamente para a sociedade como um todo. O lazer como produto dessa sociabilidade se utiliza desse patrimônio comunitário para estruturar suas práticas e nesse duplo movimento tanto pode ser usufruído pela comunidade, como pode ser oferecido a populações externas.

É sob este prisma que já na fundamentação teórica foi proposta uma abordagem do lazer por uma racionalidade ambiental (LEFF, 2002), não no sentido de uma abordagem pós-moderna, mas numa abordagem crítica a modernidade que supere a lógica do capital, pois numa abordagem apenas capitalista essas duas faces do lazer são descoladas uma da outra, ao capital só interessa o lazer como produto, ou melhor, como mercadoria, pois a mercadoria é a forma como o capital se reproduz.

Não se pretende aqui negar a possibilidade mercantil do lazer, que se consubstancia no turismo, o que se propõe é condicionar o uso mercadológico do produto lazer à manutenção do tecido social, à preservação da paisagem e a possível reprodução socioeconômica das pessoas e não a reprodução do capital. Assim não se pode separar as duas faces do lazer, nem negar uma em detrimento da outra, pois se estaria negando uma sociabilidade que o próprio lazer construiu.

Usufruir desse lazer comunitário já é uma possibilidade concreta para as famílias do Assentamento 8 de Junho, em algumas práticas isso é mais que uma possibilidade é uma realidade como as festas, os jogos entre outros. Outras práticas podem ser resgatadas e necessitam de pequena estruturação, que pode ser feita comunitariamente, como é o caso de atividades em interação com a natureza e a paisagem, (trilhas, cachoeiras, etc); outras práticas precisam de uma estruturação

completa que envolve infraestrutura, formação e tecnologia. Nesse sentido, oferecer lazer na forma de turismo pode contribuir, não só na geração de trabalho e renda, mas na estruturação de práticas de lazer e no resgate de práticas que estão sendo esquecidas, contribuindo com a manutenção do tecido social e preservação da natureza e da paisagem. Indo ao encontro à fala de um dos entrevistados: *“Primeiro pra que a juventude permaneça no campo ou na comunidade ela te renda, tem que te renda e a segunda é o lazer se a gente conseguiu te essas duas coisas a gente pode ser uma referência em outras comunidades que também tão tentando fazer isso e trabalha eu acho que isso é o desafio.”* (LIDERANÇA 3).

Assim, quando instigados a apontar potencialidades para o lazer que agregue possibilidade de renda, interação e respeito à natureza e manutenção do tecido social, os entrevistados apontaram alguns destaques aos quais, inferiu-se algumas práticas de lazer a partir dos dados de campo (entrevista, observações, conversas, bloco de anotações e a própria percepção), demonstrado no quadro (2).

	<b>Potencialidades</b>	<b>Possibilidades de Atividades</b>
<b>Tradição/Cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mística da luta pela terra (teatro, materiais visuais);</li> <li>• Propriedade e modo de produção familiar diversificado;</li> <li>• Manutenção da paisagem;</li> <li>• Produtos oriundos da agricultura familiar e organicamente produzidos;</li> <li>• Transformação de produtos coloniais (doces, etc);</li> <li>• Experiências de comercialização direta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Festas, festivais, exposições, espaço cultural;</li> <li>• Visitas de alunos, professores, e simpatizantes;</li> <li>• Quiosque, ou restaurante com produtos e comida típica;</li> </ul>
<b>Natureza</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reserva legal de mata nativa;</li> <li>• Antiga pedreira;</li> <li>• Rio do Leão, corredeiras e cachoeiras;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trilha da lagoa, lagoa e espelho d'água, trilha da jabuticaba;</li> <li>• Escalada na rocha, cabo suspenso, esportes de aventura na natureza;</li> <li>• Trilha das cachoeiras, descida do rio com boia, piscina natural nas cachoeiras e pescarias;</li> </ul>

**Quadro 02 – Potencialidades da Comunidade e Possibilidades de Atividades**  
 Fonte: Pesquisa de Campo, (2012 – 2013).

O turismo pode assumir esse desafio e unir as duas necessidades apontadas acima, se não como o principal provedor de renda para as famílias, mas contribuindo na reprodução econômica, na reprodução demográfica, na reprodução ecológica, enfim na reprodução social no território estudado. No entanto, de qual turismo estamos falando?

#### 4.1.3 O Turismo Rural Comunitário: uma proposta para o Assentamento Rural 8 de Junho

A indústria do turismo é uma das atividades econômicas mais rentáveis no mundo, e alcançou esse patamar, principalmente por ter aproveitado um espaço de tempo em que ocorreram mudanças em direção a uma economia com ênfase no consumo e no lazer, as chamadas indústrias limpas estruturadas em grande concentração de conhecimento técnico-científico e assim, ocupa o lugar da “indústria com chaminé”, associadas à poluição e a exploração de recursos naturais. Baseados numa retórica de respeito ao meio ambiente e a cultura local encontra-se um leque de empreendimentos que vão desde balneários de luxo (supostamente ecoarqueológico), passando por caminhadas ecológicas, ou peregrinações eco religiosas, até hotéis fazenda que simulam um modo de vida (RIBEIRO & BARROS, 2007), geralmente sustentados por um forte aporte de capital, inclusive transnacional, e exploração de países pobres.

Hogan (2007) questiona:

A indústria do turismo pode se constituir, numa determinada escala, em mecanismo de clivagem social (ócio dos afortunados, empregos mal pagos para o lazer dos outros), mas não poderia ser diferente?

O turismo pode se tornar o novo veículo de consumo diferenciado (viagens exóticas, condomínios fechados em praias paradisíacas, Disney-world). Não poderia ser diferente?

O turismo também pode ser o veículo que consegue transformar em mercadoria os últimos redutos da natureza intocada e condená-los à urbanização indiscriminada? Poderia ser diferente?

Dessa forma, o turismo em grande escala, apesar de atender a algumas necessidades sociais, econômicas e culturais, reproduz a lógica do capital e suas contradições clássicas. Em contrapartida, novas perspectivas de turismo, podem ser

um importante vetor para equacionar valores, tradição, cultura, paisagem, natureza, lúdico, ócio, tempo livre, com relações humanas, (familiares, de amizade, de trabalho, de vizinhança, etc.) e ainda gerar renda.

Nessa perspectiva, afirmam-se procuras voltadas para a tradição, o estilo de vida, com destaque para o turismo nas comunidades, principalmente nas rurais, as quais contam com o patrimônio comunitário que atrai turistas que desejam conviver e conhecer as atividades produtivas (colheitas, ordenhas), integrar-se nas suas práticas de lazer, enfim partilhar o cotidiano e o território (CAVACO, 2011). “Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar.” (ZAOUAL, 2008).

Segundo Maldonado, citado por Cavaco (2011, p. 158):

O turismo comunitário, predominantemente rural, tem por base os direitos de uso comum do território, suporte da autogestão participativa e sustentável dos recursos (proteção de bosques, economia de energia e água, uso racional da biodiversidade), a revalorização da cultura e a distribuição dos benefícios de acordo com a prática de cooperação e equidade: um turismo com dimensão humana e cultural, antropológica, diálogo entre iguais, encontros interculturais de qualidade, no quadro de empresas sociais, mobilizando modos de vida e recursos próprios e em benefícios de toda a comunidade.

Prossegue ainda Cavaco (2011) apontando que esse modelo de turismo envolve infraestruturas turísticas de pequeno porte, integradas no ambiente e construídas pela comunidade; rearticulação da cultura e da tradição; integração com a pesca, a pequena agricultura, a culinária e o artesanato; criação de mecanismos autônomos de gestão que organizem a relação entre turistas e comunidade e que articulem com órgãos oficiais do estado, e organizações da sociedade civil como conselhos de desenvolvimento, movimentos sociais, ONG's, entre outros. Ressalta também a autora, alguns campos problemáticos para o lazer comunitário: as metodologias de participação, os apoios financeiros, as infraestruturas e os equipamentos, a viabilidade econômica e as exigências de certificação.

Considerando as possibilidades e necessidades que este modelo de turismo exige em comparação com as potencialidades que a pesquisa apresentou do Assentamento 8 de Junho, pode-se afirmar que muitos aspectos coincidem, podemos destacar nesse sentido: uma boa organização em torno da cultura e da

tradição; uma considerável produção agroecológica; produtos da agricultura familiar; perspectiva de utilização de infraestrutura para o lazer de pequeno porte, integrada à natureza e com baixo impacto no ambiente.

Com relação aos campos problemáticos apresentados, a comunidade tem uma organização coletiva bem estruturada, que conta com: uma cooperativa em pleno funcionamento, onde funciona uma indústria de panificação, com contratos fechados, inclusive com programas de governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); está em fase de conclusão a indústria de laticínios, que tem como meta trabalhar somente com leite orgânico; uma associação que trata dos aspectos culturais; e uma associação para o uso de máquinas e implementos agrícolas coletivamente. A comunidade tem um forte relacionamento com os movimentos sociais, principalmente o MST, com o Conselho de Desenvolvimento do Território (CONDETEC) e com Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sendo que o Câmpus de Laranjeiras do Sul está sendo construído num espaço de três lotes que foram destinados pelo assentamento.

O turismo rural comunitário em suas possibilidades de oferta assume-se como alternativa ao turismo de massa, atendendo públicos que simpatizam com outros modos de vida, estudantes, professores, pesquisadores, entre outros. Alternativa ao turismo convencional, principalmente no que diz respeito à exploração humana, da natureza e da cultura, indo ao encontro a uma procura emergente pela qualidade ambiental, pela tradição e cultura, por produtos de qualidade ética e ecológica e pelo respeito dos direitos humanos e do ambiente (CAVACO, 2011).

Como princípios gerais da abordagem do turismo rural comunitário, Cavaco (2011, p. 201) ressalta:

[...] a importância atribuída ao modo de vida comunitária, atrativo turístico principal: vida cotidiana da comunidade, com toda a sua simplicidade, rusticidade, peculiaridade, formas de organização, tradição cultural; autogestão; repartição justa dos benefícios entre os moradores locais; preços justos para os visitantes. O turismo funciona então como instrumento de fortalecimento associativo e comunitário: intercâmbio cultural e afirmação da identidade, o turista encarado não como cliente mas como visitante e mesmo parceiro, com toda riqueza relacional da participação em vivências comunitárias; experimentação-aprendizagem das atividades do cotidiano; histórias locais na oralidade dos contadores da comunidade e não encenações folclóricas.

Uma perspectiva muito interessante na comunidade estudada, segundo a percepção do pesquisador, e que vai de encontro aos princípios do turismo rural comunitário, diz respeito a utilização dos adultos mais idosos em atividades turísticas, pois conhecem a história, conhecem as espécies locais, conhecem o ambiente e se localizam facilmente na mata, além do que possuem disponibilidade de tempo e uma vontade de mostrar, falar sobre o ambiente e a própria história da comunidade. Essa percepção advém da utilização de dois destes senhores como guias durante as incursões para colher imagens para a pesquisa. (Fotografia 10)



**Fotografia 10 – Guia Durante as Incursões à Área de Mata no Assentamento**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).**

Por fim é preciso deixar claro que o turismo rural comunitário também expõe fragilidades das comunidades, debilidades, conflitos, que como expressão autêntica da comunidade não poderiam ficar de fora. Porém por essa lógica, essas condições não devem ser alteradas, aliás, nenhuma condição deve ser alterada em relação ao que acontece rotineiramente nas dinâmicas sociais e com relação ao espaço, porque ele deve ser alterado o mínimo possível apenas para permitir o acesso aos locais atrativos, sabe-se que isso já representa alguma degradação porém ela deve ser a mínima, quando não nula.

Aponta-se então o turismo rural comunitário como perspectiva de lazer, tanto para o usufruto da comunidade quanto para o oferecimento à sociedade como um todo, por considerar que é a metodologia que mais se identifica com as características da comunidade estudada e com potencial para a reprodução socioeconômica das famílias do assentamento, para a manutenção do tecido social e cultural da comunidade e para a interação e preservação da natureza e da paisagem local.

Acredita-se que essa alternativa de lazer e turismo se contrapõe ao turismo em grande escala, atende a uma racionalidade ambiental e o principal, não tem a pretensão de substituir a lógica capitalista, apenas avança para além dela atacando e superando algumas contradições do modo de produção capitalista e nesse sentido cumpre uma função social relevante, na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados, informações, percepções e observações provenientes da pesquisa empírica possibilitou, num primeiro momento, caracterizar a dinâmica social das famílias assentadas no 8 de junho. Em síntese essas famílias oriundas da agricultura familiar, descendentes de pequenos produtores rurais com propriedades pequenas ou arrendatários que, por alguns motivos, não conseguiram reproduzir sua existência no campo principalmente por falta de terra. Em geral engajaram-se aos movimentos sociais de luta pela terra – ao MST - por intermédio de alas progressistas da igreja católica, ou por intermédio dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

As famílias do Assentamento 8 de Junho passaram por um período de acampamento e ocupação longo o que gerou uma identidade e uma coesão social muito forte, um sentimento de pertencimento e um vínculo muito forte com a terra conquistada. Essa história recente é vivenciada, rememorada e comemorada em todos os momentos culturais, políticos e sociais da comunidade dando ênfase ao lado positivo, à conquista e a possibilidade de produzir a sua vida como agricultores e rurais.

Das dificuldades geradas pela vida sob um barraco de lona, surgiu uma organização de mulheres que deu origem à Cooperjunho que hoje gera empregos para muitas mulheres do assentamento trabalhando com panificação e em breve com laticínio. Surgiu também uma relação comunitária e cultural muito forte com duas associações, uma atuando mais nos aspectos culturais, políticos e sociais e outra com o uso coletivo de máquinas agrícolas.

Oriundas da agricultura e do rural as famílias reproduzem esse modo de vida. No aspecto produtivo destaca-se a diversificação de culturas voltada para a sobrevivência, questão que parece cara às famílias entrevistadas, num primeiro momento, cada família assentada deve produzir a sua existência em cima do lote e posteriormente gerar o excedente à comercialização e produtos especificamente voltados à venda.

Na questão da geração de renda destacam-se a produção leiteira e a produção agrícola. Aqui os dados de campo apontam uma contradição, enquanto algumas famílias geram sua renda através de produtos dessa diversificação, destacando-se as frutas, hortaliças, o feijão, a mandioca entre outros,

comercializados em feiras ou direto com consumidores; o leite, comercializado com cooperativas e em breve com o próprio laticínio do assentamento e o milho cultivado para o consumo da família ou dos animais. Outras famílias produzem soja, a base de fertilizantes, inseticidas e sementes certificadas, comercializada em cooperativas e cerealistas da região. Soma-se a isso as atividades não agrícolas realizadas por muitos familiares, sendo que a maioria mantém a ligação com o rural e, em síntese, tem-se um quadro favorável à reprodução socioeconômica das famílias, isso pode ser demonstrado pelas condições de renda, moradia e bens de consumo apontados na pesquisa.

Com relação a segurança alimentar o principal aspecto visualizado pela pesquisa no Assentamento Oito de Junho está ligado a produção diversificada para o auto-consumo, porém a produção para o comércio já desponta como uma importante estratégia de renda, outro aspecto fundamental na segurança alimentar trata da qualidade dos alimentos, nesse sentido é latente a busca e a defesa da produção agroecológica e orgânica dos alimentos, como exemplo concreto a implantação da indústria de laticínios com enfoque na produção orgânica de derivados de leite. Dessa forma, o cenário apontado pela pesquisa mostra um quadro contraditório, um esforço comunitário de várias famílias e dos movimentos sociais tentando configurar um modelo produtivo mais adequado à agricultura familiar e que se contraponha à hegemonia do modelo produtivista moderno por um lado e por outro algumas famílias reproduzindo essa forma de produção, pautada na mecanização, nos insumos e em monocultivares.

Simultâneo ao ato de produzir percebeu-se a preocupação comunitária com o viver no rural, as relações sociais e culturais pautadas numa tradição ligada ao modo de vida rural, que convive com a mudança, porém sem perder seus vínculos e suas raízes, a vida em torno da comunidade para vivenciar seus projetos de lazer, (jogos, festas) de socialização (associação comunitária, cooperativas) e sua religiosidade (cultos, missas). Legitimando assim sua identidade social como rural, não no sentido de segregar de separar, mas sim buscando uma integração social com o diverso com o diferente, promovendo uma dinamização do rural.

Essa dinâmica social de produzir e viver no rural é permeada pela proximidade com a natureza e a paisagem, assim observou-se através da pesquisa uma constante preocupação com a preservação da natureza, a manutenção das reservas e matas ciliares, porém percebe-se uma certa tensão entre produzir e

preservar, nesse aspecto a comunidade explora pouco a possibilidade de unir essas dimensões, principalmente pelo que é conhecido como as amenidades do rural através de atividades culturais e de lazer. Esse é um debate que a comunidade ainda não fez, mas que a própria pesquisa contribuiu para despertar.

Assim pode-se afirmar que o conjunto das famílias no assentamento abrange e expressa as múltiplas funções da agricultura: promoção da segurança alimentar, tanto para a comunidade quanto para a sociedade; reprodução socioeconômica das famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural e preservação da paisagem rural e dos recursos naturais, porém esse debate deve avançar em alguns aspectos.

Com relação às práticas culturais e de lazer, essas reproduzem em parte as condições rurais tradicionais da vida social próxima (visitas parentes e vizinhos), ou junto à comunidade como as festas e bailes, o futebol e o baralho, bem como, o encontrar-se na comunidade junto à copa do pavilhão comunitário para conversar. Essas práticas são mantidas pelas famílias, trazidas de suas relações históricas com o lazer. Por outro lado, aparecem mudanças nas práticas de lazer, mesmo nas gerações mais antigas, mas principalmente nas gerações mais jovens, devido à ampliação de suas relações sociais, escolas, universidades entre outras, à melhora na condição material da vida e possibilidade de acesso a bens e produtos para além dos tradicionais e também às mudanças ocorridas no ambiente rural e na relação entre o rural e o urbano.

Com relação à interação do lazer com a natureza e a paisagem, tradicionalmente o modo de vida rural aponta uma aproximação, a pesquisa com integrantes mais idosos mostrou esse quadro pescarias, trilhas pelo mato, caçadas, brincadeiras em cipós são alguns destaques que foram citados. Atualmente, o que a pesquisa apontou é um afastamento visível das pessoas com as práticas lúdicas nesses espaços, ficando restritas aos membros mais velhos que ainda mantêm uma relação com a pescaria ou alguns passeios no ambiente, tanto que para se chegar a determinados lugares que interessavam à pesquisa, como cachoeiras, por exemplo, foram utilizados como guias esses membros, pois os jovens não saberiam chegar. Aponta-se aqui um paradoxo, enquanto para as pessoas que vivem no meio urbano as atividades na natureza, os esporte na natureza e a paisagem rural são um forte apelo para o lazer e o turismo, para os sujeitos que vivem no rural essa relação com

o lazer na natureza e na paisagem rural não são atrativos, isso foi o que demonstrou a pesquisa no Assentamento 8 de Junho.

Dessa forma, o lazer no Assentamento Rural 8 de Junho está relacionado em parte com a identidade rural, principalmente no que diz respeito às práticas culturais junto à comunidade, nesse sentido o grande destaque são as festas realizadas que atrai a imensa maioria das famílias e cumpre sua dupla função, como produto que se utiliza de elementos de uma sociabilidade e ao mesmo tempo como processo reprodutor dessa sociabilidade. No entanto, no que diz respeito à interação e à preservação da natureza e da paisagem rural o lazer demonstra gradativamente perder esse vínculo.

Quanto à geração de trabalho e renda via oferecimento do lazer e turismo para a sociedade trata-se de uma questão que tem sido pouco pensada pela comunidade, ou pelas famílias, sendo que a pesquisa despertou esse interesse. Nesse sentido, identificou-se um potencial de lazer e turístico muito bom, principalmente vinculado à história de luta pela reforma agrária e pela terra, à forma de produção da agricultura familiar e aos recursos naturais, rio, matas pedreiras.

A identificação de potencialidades e o apontamento de atividades por si só não garantem a condição de possibilitar renda, de manutenção do tecido social e de preservação da natureza, pelo contrário, usufruir delas ou prestar serviço à sociedade através delas sem uma metodologia adequada pode levar ao caminho oposto do pretendido.

Enfim, concluiu-se que a perspectiva para o Assentamento Rural 8 de Junho com relação ao lazer no sentido de manutenção de tecido rural, interação e preservação da natureza e das paisagens e como reprodução socioeconômica das famílias converge para a abordagem metodológica do turismo rural comunitário, pois ele pode agregar renda e lazer dois elementos apontados como essenciais para a reprodução das famílias no assentamento, em interação com a natureza, paisagem, cultura e tradição local. O turismo comunitário fortalece o lazer na comunidade, pois refere-se a oferta à sociedade apenas de práticas que fazem parte do cotidiano da comunidade, com equipamentos construídos pela comunidade, sob esse olhar ele pode promover um resgate das atividades junto à natureza que estão em desuso ou ainda invisíveis para maioria dos assentados. Ele promove a interação entre saberes, o saber tradicional dos antigos em relação à pesca, à orientação à fauna e à flora, associado ao saber técnico e científico atuando na manutenção do tecido

social e cultural. Pode ainda promover a distribuição dos dividendos baseada na equidade, de acordo com a prática de cooperação. Sob todos esses aspectos, essa metodologia expressa uma racionalidade ambiental (LEFF, 2002) já exposta no trabalho e o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, que percebe a agricultura familiar em todas as suas dimensões.

Aponta-se ainda necessidade de se estudar e avaliar mais a fundo as necessidades para a implementação de um projeto de lazer e turismo na comunidade, como exemplo o trabalho necessário, pois implica em trabalho para a comunidade enquanto os outros vivenciam o lazer. Outra necessidade é a formação necessária para quem trabalhar com o lazer e o turismo, a infraestrutura entre outros.

Não pretende-se apontar essa metodologia como a única, porém como uma perspectiva, que, no limite do trabalho, se apresenta no campo acadêmico, mas que deve ser comprovada por uma prática social e posteriormente analisada para que apresente suas próprias contradições e que nesse processo dialético possa ser transformada a partir de sua materialidade e simbolismo. Nesse sentido, o presente estudo abre possibilidade para a continuidade para futuros trabalhos de extensão e de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Economia Rural**. v. 40, n. 2, p. 235-264, abr/jun 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(11), p. 2704-2709, nov, 2008.

ALLES, Jair, M. **Políticas Públicas, Conselhos Municipais e Agricultura Familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6752>. Acesso em 12 set. 2012.

ALMEIDA, Maria, G. O patrimônio festivo e a reinvenção da ruralidade e territórios emergentes de turismo no espaço rural. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Tempo de Trabalho e Tempo Livre: algumas teses para discussão. In: BRUHNS, Heloisa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. (Orgs.) **Representações do Lúdico: II ciclo de debates "lazer e motricidade"**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony et. all. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMPOS, Francieli, R. **Organização e Estratégias de Desenvolvimento Rural a Partir das Relações de Gênero: estudo de caso do Assentamento 8 de Junho – Laranjeiras do Sul/PR**. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Toledo, 2011. Disponível em: [http://tede.unioeste.br/tede/tde\\_arquivos/2/TDE-2011-09-09T192319Z-645/Publico/Francieli%20do%20Rocio%20de%20Campos.pdf](http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2011-09-09T192319Z-645/Publico/Francieli%20do%20Rocio%20de%20Campos.pdf)  
Acesso em 05 nov. 2012.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARNEIRO, Maria J; MALUF, Renato S. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CAVACO, Carminda. Turismo Rural Comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina – um olhar europeu. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

CAZELLA, Ademir, A.; ROUX, Bernard. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 13, p. 46-69, out. 1999.

CAZELLA, Ademir, A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil e o Enfoque da Pesquisa. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU (CONDETEC). **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico**. Curitiba: Condetec, 2004.

CORONA, Hieda M. P. **A Reprodução Social da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas Múltiplas Interrelações**. 2006. 316 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 2006.

CORONA, Hieda M. P.; FERREIRA, Angela D. D. As Estratégias de Reprodução Social da Agricultura Familiar da Região Metropolitana de Curitiba. In FERREIRA, Angela, D. D.; BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda, M. P. (Orgs.) **Do Rural Invisível ao Rural que se Reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

DINIS, Anabela. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégias de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FERREIRA, Angela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 28-46, out. 2002.

FERREIRA, Angela D. D.; ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Angela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Angela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização Dolorosa: estrutura agrária e fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HOGAN, Daniel J. Prefácio. In: SERRANO, Célia, M. T.; BRUHNS, Heloisa, T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

LACERDA, Tatiana, F. N.; MARQUES, Eduardo M. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar. **Ruris**, v. 2, n. 2, Campinas, set. 2008.

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGNANI, José G. C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo Luis. **O corpo e o Lúdico**. Campinas: Autores Associados, 2000.

MALDONADO, Carlos. Turismo y comunidades indígenas: Impactos, pautas para autoevaluación y códigos de conducta. **Série Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina (REDTURS)**. Genebra: OIT, 2006. Disponível em: [http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS\\_117521/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_117521/lang--es/index.htm) Acesso em: 11 de fev. 2013.

MALUF, Renato, S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria, J.; MALUF, Renato, S. (Orgs.). **Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MARCASSA, Luciana. **A Invenção do Lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935)**. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2002. Disponível em: <http://www.boletimef.org/biblioteca/1259/>. Acesso em: 11 jun. 2011.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e Humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_, Nelson C. **Lazer e Educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_, Nelson C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARCONI, Marina, A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. 287 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000359432>. Acesso em: 11 jun. 2011.



PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007.

REQUIXA, Renato. **O Lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBEIRO, Gustavo, L.; BARROS, Flávia, L. A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade no Mundo Contemporâneo. In: SERRANO, Célia, M. T.; BRUHNS, Heloisa, T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

RICHARDSON, Roberto, J. et. al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência**. v. 15, p. 9-27, 1. Sem., 2008.

SERRA, Elpidio. A posse da terra e os conflitos rurais no Paraná. In: SAQUET, Marcos, A.; SANTOS, Roselí, A. (Orgs.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SERRANO, Célia, M. T. Uma Introdução à Discussão sobre Turismo, Cultura e Ambiente. In: SERRANO, Célia, M. T.; BRUHNS, Heloisa, T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

SOUZA, Osmar, T. et. all. A publicização do campo: políticas agrícolas e de desenvolvimento frente às múltiplas funções do espaço rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 193-219, 2010.

SOUZA, Osmar, T.; BRANDENBURG, Alfio. Políticas Públicas, Trajetórias de Desenvolvimento Rural e Reprodução Social da Agricultura Familiar. In FERREIRA, Angela, D. D.; BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda, M. P. (Orgs.) **Do Rural Invisível ao Rural que se Reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

UNESCO. **UNESCO/BRASIL 1998**. UNESCO, 1998.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno**. 2. ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.

WANDERLEY, Maria, N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria, J.; MALUF, Renato, S. (Orgs.). **Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

WANDERLEY, Maria, N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>  
Acesso em: 11 jun. 2011.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. v. 8, n. 2, 2008.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 101-110, jul./dez. 2004.

## APÊNDICE A – Formulário de Pesquisa de Campo

### 1) FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

#### I – IDENTIFICAÇÃO

Nº. Formulário \_\_\_\_\_

- 1.1) Entrevistador \_\_\_\_\_  
 1.2) Data entrevista \_\_\_\_\_  
 1.3) Comunidade: \_\_\_\_\_ Laranjeiras do Sul  
 1.4) Nome do responsável pelo estabelecimento \_\_\_\_\_  
 1.5) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim ( ) não ( ). Quem ( )  
 (1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros  
 1.6) É assentado desde início do assentamento( ) sim ( ) não; em que ano entrou no assentamento;  
 \_\_\_\_\_  
 1.7) Carta de anuência do INCRA em nome ( ) do homem e da mulher; ( ) do homem ( ) da mulher; ( ) outro

#### II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

##### 2.1) Origem étnica dos pais:

###### 1. Do responsável:

( ) brasileiro, ( ) português, ( ) polonês, ( ) ucraniano, ( ) italiano, ( ) alemão, ( ) outros \_\_\_\_\_

###### 2. Do cônjuge:

( ) brasileiro, ( ) português, ( ) polonês, ( ) ucraniano, ( ) italiano, ( ) alemão, ( ) outros \_\_\_\_\_

##### 2.2) Composição da família

1) Membros	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Horas trabalho/dia na propriedade
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						

- 1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.  
 2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros  
 4) Escolaridade: até que série e grau que estudou ((1): não estudando); série e grau em que está estudando ((2): estudando)  
 5) Residência:  
 (1) no estabelecimento;  
 (2) no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da região; (4) outros;  
 (3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região; (3) outros  
 6) Ocupação:  
 (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

#### III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

##### 3.1) Condições da moradia

( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Mista

- Ano de construção da casa \_\_\_\_\_  
 Tamanho da casa \_\_\_\_\_  
 Estado atual:     Bom            Razoável            Ruim  
 Possui forro:    Sim            Não  
 Banheiro:        Externo        Interno  
 Esgoto:          Fossa negra    Rede            Vala, sanga  
 Água:            Poço/vertente individual    Poço coletivo comunidade    Rede pública  
                    Encanada    Puxada na mão  
 Telefone        Fixo            Celular    Público  
 Luz elétrica    Sim            Não  
 Destino lixo orgânico:  
 Enterra        Céu aberto/vala        Compostagem/adubo    Coleta pública  
 Destino lixo não orgânico doméstico:  
 Enterra        Queima            Coleta pública \_\_\_\_\_vezes/mês

### 3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	TV	Geladei ra	Fogão gás	Chuveiro Elétrico	Free zer	Rádio	Parabólica	Computador	Máquina lavar/roupa	Tanquinho	Carro	Moto	Bicicleta
Quantidade													

## IV. ACESSO AOS SERVIÇOS

### 4.1 Educação (da família)

Quantos dependentes estão estudando: \_\_\_\_\_. Eles estudam no:

1. Ensino fundamental da escola pública na comunidade sim  não
2. Ensino fundamental da escola pública no município sim  não
3. Ensino fundamental da escola privada sim  não
4. Ensino Médio da escola pública na comunidade sim  não
5. Ensino Médio da escola pública no município sim  não
6. Ensino Médio da escola privada sim  não
7. Ensino superior público sim  não
8. Ensino superior privado sim  não
9. Escola Familiar Rural sim  não . Número de filhos \_\_\_\_\_
10. Centro de formação do MST  sim  não

### 4.2. Saúde

1. Cite três problemas mais graves de saúde enfrentados pela sua família:

---



---



---

2. Quando precisa de assistência tem sido atendido no:

1. Posto público na comunidade sim  não
2. Posto público na cidade sim  não
3. Posto público da região sim  não
3. Clínicas médicas particulares do município sim  não
4. Clínicas médicas particulares da região sim  não
5. Hospital pelo SUS do município sim  não
6. Hospital pelo SUS da região sim  não
7. Hospital particular do município sim  não
8. Hospital particular da região sim  não
9. Dentistas na saúde pública sim  não
10. Dentistas particulares sim  não
11. Outros \_\_\_\_\_

### 4.3. Assistência social

1. Cesta básica: 1. sim  2. não
2. Bolsa família: 1. sim  2. não
3. Bolsa Escola: 1. sim  2. não
4. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim  2. não
5. Outros benefícios: 1. sim  2. não  \_\_\_\_\_

**4.4 Transporte utilizado pela família:**

1. Transporte coletivo público: 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Transporte coletivo privado: 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Carro próprio: 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Moto própria: sim ( ) não ( )
5. Outros: 1. sim ( ) 2. não ( )

**4.5 Participação na vida da comunidade e do município**

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim ( ), qual: _____; não ( )	1. S.T Rurais: filiado: sim ( ) não ( ); diretoria: sim ( ) não ( )
2. Associação agricultores: sim ( ) não ( ) qual: _____	2. Participa do MST: sim ( ); não ( ) Condição: ( ) militante ( ) dirigente
3. Clube de mães: sim ( ) não ( )	3. Conselhos: sim ( ), qual: _____; não ( )
4. ONG's: sim ( ) não ( ) qual: _____	4. Cooperativas: sim ( ), qual _____; não ( )
5. APM's: sim ( ) não ( )	5. ONG's 1. sim ( ), qual: _____; não ( )
6. _____ Outros: _____	6. _____ Outros: _____
7. Não sabe ( )	7. Não sabe ( )

**4.6 Acesso à informação:**

A família:

1. Escuta rádio sim ( ) não ( ). Qual o programa que mais gosta \_\_\_\_\_
2. Assistem televisão sim ( ) não ( ). Qual o programa que mais gosta \_\_\_\_\_
3. Lê jornal sim ( ) não ( ). Qual notícia mais interessa \_\_\_\_\_
4. Tem acesso à internet sim ( ) não ( ). O que mais lhe interessa \_\_\_\_\_
5. Participa de cursos de formação profissional sim ( ) não ( ).
6. Participa de curso de formação do MST \_\_\_\_\_

**4.7 Acesso ao lazer:**

Lazer dos adultos homens	Lazer dos adultos mulheres	Lazer dos jovens homens	Lazer dos jovens mulheres	Lazer das meninas (ças)	Lazer dos meninos (ças)

1. A família ou parte de seus membros frequenta as festas da comunidade promovidas pela:
  - a) igreja: sim ( ) não ( );
  - b) associação: sim ( ) não ( );
  - c) política: sim ( ) não ( );
  - d) escola: sim ( ) não ( )
2. A família ou parte de seus membros frequenta as festas em outras comunidades: sim ( ) não ( ).
3. A família ou parte de seus membros visita: familiares ( ); vizinhos ( ); amigos ( ); outros ( ).
4. A família ou parte de seus membros vai à cidade em busca de lazer: sim ( ) não ( ) raramente ( ).
5. A família viaja de férias: todos os anos ( ); poucas vezes ( ); nunca ( ).

6. Para se divertir participam de:

jogo futebol ( ); pescaria ( ); jogo de cartas ( ); bingo ( ); baile ( ) caçada ( ); bocha ( ); outros ( ) \_\_\_\_\_.

## V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE PRODUÇÃO

5.1 Condição do produtor:

1. Está regular no lote: ( ) sim ( ) não; área total do lote: \_\_\_\_\_(ha)
2. Arrenda lote de terceiros ( ) sim ( ) não; área arrendada: \_\_\_\_\_(ha)
3. Arrenda o lote ( ) sim ( ) não; área arrendada \_\_\_\_\_(ha)
4. Mora no lote de outro ( ) sim ( ) não; de quem \_\_\_\_\_

### 5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1.Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar doméstico	
4. Mata Plantada	
5. Mata Natural	
6. Pastagem plantada	
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Lagos	
10. Rios, sangas	
11. Lazer	
12. Outros usos	
13. Sem uso Motivos: _____	
14. Área Total	

### 5.3) Técnicas de uso e conservação

1. Terraceamento ou plantio no nível: sim ( ) não ( )
2. Cultiva em áreas quebradas: sim ( ) não ( )
3. Rotação de culturas sim ( ) não ( )
4. Queimadas sim ( ) não ( )
5. Adubação verde sim ( ) não ( )
6. Plantio Direto sim ( ) não ( )
7. Sistemas Agroflorestais e Agrossilvopastoril sim ( ) não ( )
8. tem produção agroecológica ( )sim ( )não ( ) parte

### 5.4) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

1. Existem tipos diferentes de solos: sim ( ) não ( )
2. Existem erosões de solos: sim ( ) não ( )
3. Existem nascentes, sangas, córregos? sim ( ) não ( )
4. Existe proteção artificial nas nascentes sim ( ) não ( )
5. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim ( ) não ( )
6. Se utiliza água da propriedade para que finalidade:  
Irrigação ( ); Abastecimento de pulverizadores ( ); Limpeza de maquinas e equipamentos ( ); Criação ( );  
Outros ( ) \_\_\_\_\_.
7. Utiliza madeira da propriedade: sim ( ) não ( )
8. Tem 20% de preservação de reserva legal: ( )sim ( ) não

### 5.5) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários

1. Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Queima na propriedade : 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Enterra na propriedade : 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Reutiliza : 1. sim ( ) 2. não ( )
5. Deixa a céu aberto : 1. sim ( ) 2. não ( )
6. Armazena na propriedade: 1. sim ( ) 2. não ( )

### 5.6) Conhece a agroecologia: ( ) sim ( ) não;

Se sim, usa no seu lote: ( ) sim ( ) não; porque \_\_\_\_\_

**5.7) Assistência Técnica:** 1. sim ( ) 2. não ( )

1. Secretaria Municipal ( )
2. Emater ( )
3. Privada ( ) \_\_\_\_\_ (nome)
4. SENAR ( )
5. SEBRAE ( )
6. ONG's ( )
7. Universidade ( )
8. MST ( )
9. Entidades dos assentados ( )
10. Outros ( ) \_\_\_\_\_

**5.8) Integração:** 1. sim ( ) 2. não ( ). Tipo ( )

(1) fumageira; (2) aves; (3) outros

**5.9) Utilização de mão de obra:**

- 1) Mão de obra familiar: 1. sim ( ) 2. não ( )
- 2) Empregados permanentes: 1. sim ( ) 2. não ( ). Número de pessoas ( )
- 3) Empregados temporários: 1. sim ( ) 2. não ( ). Número de pessoas/ano ( )
- 4) Troca de dias: 1. sim ( ) 2. não ( ). Quantidade de dias/ano ( )
- 5) Participa de mutirão 1. sim ( ) 2. não ( ) Número de Pessoas/ano ( )
- 6) alguém da família trabalha fora do lote ( ) sim ( ) não; quem.....

**5.10. Veículos e equipamentos para produção do estabelecimento**

Tipo	Caminhão	Trator	Grade	Motores	Pulverizador mecânico	Plantadeira	Colheitadeira	Micro-trator	Ordenhadeira mecânica
Quantidade									

Tipo	Pulverizador costal	Arado/aiveca	Carroça	Carpideira/cultivador	Riscadeira/ bico de pato	Aterrador	Outros
Quantidade							

**2) Construções**

Tipo	Silos	Galinheiros	Estrebaria	Chiqueiros	Estufas	Galpões	Tanques	Casa	Outros
Área (m²)									

**5.11) Produção animal nos últimos 12 meses**

Criações	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida
1. Bovino de corte			
2. Bovino de leite			
3. Suíno			
4. Ovino			
5. Caprino			
6. Equino			
7. Aves			
8. Peixe			

**5.12) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses**

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida

**5.13) Principais produtos artesanais agrícolas e não agrícolas nos últimos 12 meses**

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida

**5.14) Produção agrícola na última safra (2010/2011)**

Culturas	1) Área plantada	2) Quantidade colhida (kg,maço,ton)		3) Para quem vende	4) Calcário	5) Adubo químico	6) Adubo Orgânico	7) Agrotóxicos			8) Sementes		
		Venda	Consumo					In	F	H	Certifi	Próp	criol
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													
24													
25													
26													

1) Sequência de culturas por importância na geração de renda, horta e pomar caseiros

5) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) CEASA; (7) Intermediários; (8) Outros (quem?).

**5.15) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$**

1 Produção Agrícola	
2 Produção pecuária	
3 Derivados da produção vegetal e animal	
4 Aposentadorias e pensões	
5 Renda não agrícola	
6. Arrendamento de terras	
7 Aluguel de máquinas	
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento	
9. Programas sociais	
10. Outros	
Renda Total	

**VI. FINANCIAMENTO.**

a) Tipo de financiamento	b) Fonte financiadora	c) Valor financiado
<b>1. Investimento</b>		
2010/2011		
2009/2010		
<b>2. Custeio</b>		
2010/2011		
2009/2010		

6.1. Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc)



( ) Nenhuma ( ) Diversificação de produção ( ) Seguro agrícola ( ) Poupança bancária ( ) Poupança familiar ( ) Outros

## VII. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

### 7.1) Tipos das mudanças na propriedade desde que foram assentados.

Tipos de mudança	Aumentou	Diminuiu	Mesma	Motivo
1) Área total do estabelecimento				
2) Área com lavoura				
3) Área de mato/floresta				
4) Área com pastagem				
5) Numero de culturas				
6) Uso de insumos químicos/agrotóxicos				
7) Uso de insumos orgânicos/verde				
8) Uso de máquinas e implementos agrícolas				
9) Volume pássaros silvestres				
10) Volume de outros animais silvestres				
11) Diversidade de animais silvestres				
12) Tipos de pragas e doenças				
13) Fertilidade do solo				
14) Volume de água das nascentes				
15) Volume de água dos córregos e rios				
16) Qualidade de água das nascentes				
17) Qualidade da água dos córregos e rios				
18) Mão de obra empregada na propriedade				

## VIII. SITUAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DE VIR PARA O ASSENTAMENTO.

- Onde nasceu. Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
País \_\_\_\_\_
- Morava com pais ( ) sim ( ) não ( ); com sogros: ( ) sim ( ) não; outro \_\_\_\_\_
- Era arrendatário: ( ) sim ( ) não; era parceiro ou meeiro: ( ) sim ( ) não ( ); era posseiro: ( ) sim ( ) não; era proprietário de terra: ( ) sim ( ) não
- Trabalhava como assalariado urbano: ( ) sim ( ) não
- Trabalhava como assalariado no meio rural: ( ) sim ( ) não
- Estava desempregado: ( ) sim ( ) não
- Tinha casa própria ( ) sim ( ) não
- A casa tinha: água encanada ( ) sim ( ) não; luz elétrica: ( ) sim ( ) não; telefone ( ) sim ( ) não; esgoto ( ) sim ( ) não
- Renda mensal familiar: ( ) até ½ Salário Mínimo; ( ) de ½ a 1 SM; ( ) de + de 1 SM a 2 SM; ( ) de + de 2 SM a 3 SM; ( ) acima de 3 SM.
- A situação anterior era: ( ) pior ( ) melhor ( ) a mesma
- Valeu a pena lutar pela terra. ( ) sim ( ) não; porque \_\_\_\_\_

Aparel. de som	Celular	Computador	Ferro elétrico	Fogão a gás	Forno elétrico	Microondas	Freezer	Geladeira	Lava roupa	Tanquinho	TV	Parabólica	Carro	Moto

12 Antes de ser assentado o que possuía e quantos:

13. Quantas cabeças de gado possuía? \_\_\_\_\_

14 Tinha acesso a créditos para financiar a produção:  
custeio: ( ) sim ( ) não; para investimento ( ) sim ( ) não

15. Conhecia a agroecologia ( ) sim ( ) não;

16. Participava de alguma organização de trabalhadores:

( ) sim ( ) não; quais: \_\_\_\_\_

17. Tinha acesso a educação:

( ) sim ( ) não; qual \_\_\_\_\_

18. Tinha acesso aos serviços de saúde:

( ) sim ( ) não; qual \_\_\_\_\_

19. Tinha máquinas e equipamentos agrícolas ( ) sim ( ) não; quais: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – FAMÍLIAS

- 1 - Como era o dia a dia na sua família quando ainda morava com seus pais (trabalho, estudo, obrigações, horas livres (noite, fim de semana)?
- 2 - Como se divertiam? Onde?
- 3 – Trajetória histórica a partir da formação da sua família, ligação ao MST, período de acampamento até se tornar assentado?
- 4 - E hoje como é o seu dia a dia?
  - 4.1 Como trabalha?
  - 4.2 O que produz? Como produz? Como comercializa os produtos?
- 5 - Como se organizam socialmente?
  - 5.1 Como se divertem?
  - 5.2 O que mais gostam de fazer?
  - 5.3 Onde fazem suas atividades de lazer?
  - 5.4 Existem espaços ou atividades que lhe atraem na comunidade?
- 6 – O que apontaria como ponto forte na sua propriedade e no assentamento como recurso para o lazer dos assentados e que atraísse visitantes? (recursos naturais; história, tradição e cultura; espaços e ambientes)?
- 7 - O que faltaria para o lazer? (O que apontaria como limitação ou barreira na sua comunidade para o desenvolvimento do lazer ou para atrair visitantes?)

#### Questões extras para lideranças

- 1- Qual a importância do Assentamento no território?
- 2 - Além da função primária de produzir alimentos, quais outras funções sociais podem ser demandadas ao assentamento:
- 3 - Como se dá a organização social: (política, econômica, cultural) O que produz, como produz como comercializa os produtos?